



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

NATÁLIA FRANCISCA NASCIMENTO DA SILVA

**O COMPORTAMENTO EM INFORMAÇÃO DE MULHERES VÍTIMAS DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:** análise das barreiras sociais de acesso à informação, na
perspectiva de Chatman

Recife,
2022

NATÁLIA FRANCISCA NASCIMENTO DA SILVA

**O COMPORTAMENTO EM INFORMAÇÃO DE MULHERES VÍTIMAS DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:** análise das barreiras sociais de acesso à informação, na
perspectiva de Chatman

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação. Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia.

Orientadora: Profa. Dra. Nadi Helena Presser

Recife,
2022

Catálogo na fonte
Bibliotecária Mariana de Souza Alves – CRB-4/2105

S586c	Silva, Natália Francisca Nascimento da O comportamento em informação de mulheres vítimas de violência doméstica - análise das barreiras sociais de acesso à informação, na perspectiva de Chatman / Natália Francisca Nascimento da Silva – Recife, 2022. 116f.: il., fig. Sob orientação de Nadi Helena Presser. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2022. Inclui referências e apêndices. 1. Informação, Memória e Tecnologia. 2. Comportamento em informação. 3. Acesso à informação. 4. Violência doméstica contra a mulher. 5. Normas sociais. 6. Movimento feminista I. Presser, Nadi Helena (Orientação). II. Título. 020 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2022-137)
-------	---

NATÁLIA FRANCISCA NASCIMENTO DA SILVA

**O COMPORTAMENTO EM INFORMAÇÃO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA: análise das barreiras sociais de acesso à informação, na perspectiva de Chatman**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação da Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, como
requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da
Informação. Área de concentração: Informação, Memória e
Tecnologia.

Aprovada em: 21/06/2022

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Nadi Helena Presser (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profª Drª Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profª Drª Izabel França de Lima (Examinador Externo) Universidade Federal da Paraíba

Dedico essa pesquisa a todas as mulheres que se empenham no combate ao patriarcado em nossa sociedade, mais do que feministas, heroínas do cotidiano.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e à Iansã, companheiros e ouvintes de todas as guerras que a vida me apresenta e escolho lutar.

Agradeço ao “povo da rua” que abrem portas e ajudam a deixar problemas e desafios, pequenos, a ponto de caberem na palma da minha mão.

Minha companheira Karla Bandeira, pela paciência, incentivo, carinho e com quem pude dividir minhas angústias, inseguranças e alegrias durante todo esse percurso.

Ao meu amigo Everaldo Carneiro, “Pai Nêgo”, líder religioso e comunitário por me avisar: “Chegou a hora!”.

À minha amiga Andréia Alcântara, por ser exemplo de profissional e de comprometimento com o que faz.

A minha Mãe Cema e meu Pai Joel, exemplos de força e resistência, autênticos brasileiros, que sobreviveram e venceram, mesmo sem nenhum privilégio social.

À minha orientadora Nadi, pela confiança e incentivo e por compartilhar seu arsenal de conhecimento, sempre desprendida de vaidade.

A toda equipe do Centro das Mulheres do Cabo, em especial a Coordenadora Nivete Azevedo e a Psicóloga Hyldiane Lima que me auxiliaram a trilhar a reta final e mais importante dessa pesquisa.

Aos colegas da turma 2020 do mestrado em Ciência da Informação. Amigos virtuais e contemporâneos de um período duplamente difícil: o desafio das aulas virtuais em pleno contexto pandêmico.

A cada uma das mulheres entrevistadas, com elas chorei e sofri, mas também passei a nutrir maior esperança em dias melhores, com mais força para todas as mulheres que sofrem não apenas violências diversas, mas todo tipo de opressão, subalternização e silenciamento, nessa sociedade, comodamente, estruturada na misoginia.

“Que circunstâncias restringem a liberdade da mulher, e quais ela pode superar?”

(BEAUVOIR, 2019, p.26)

RESUMO

Objetiva examinar as características do comportamento em informação das mulheres vítimas de violência doméstica com relação às barreiras sociais de acesso à informação. Os objetivos específicos foram: a) Descrever as circunstâncias que encorajaram as vítimas de violência doméstica a buscarem informações; b) Identificar o tipo de orientação que procuravam e que caracterizava a informação da qual necessitavam; c) Analisar o comportamento em informação das mulheres à medida que acessavam as informações no enfrentamento à violência. Do ponto de vista da abordagem metodológica, as reflexões desta pesquisa fazem menção aos trabalhos desenvolvidos na área da Ciência da Informação (CI) por Chatman (1996, 1999, 2000), especificamente nas suas análises das barreiras sociais de acesso à informação. Os dados foram coletados mediante três procedimentos específicos: análise documental, entrevistas semiestruturadas com profissionais do Centro das Mulheres do Cabo (CMC), e, por último, entrevistas semiestruturadas com quatro mulheres vítimas de violência doméstica que buscaram atendimento por meio do CMC. A exploração dos resultados foi realizada com base em análise de conteúdo e, assim sendo, as mensagens foram agrupadas em três categorias molares, e mais um reagrupamento de sete categorias moleculares. A primeira conclusão deste estudo é que a violência doméstica é a face mais perigosa e cruel de todas as coações e constrangimentos aos quais as mulheres estão submetidas. O estudo contribui para evidenciar as questões sociais que atravessam os fluxos informacionais. As normas sociais que conformam o comportamento em informação das mulheres entrevistadas são explicitadas na aceitação e naturalização dessa violência, mantendo em sigilo suas necessidades de informação, como um recurso de autoproteção, sendo razoável assumir que essas mulheres viviam em uma realidade de vida informacional empobrecida. Ademais, o estudo potencializou novos pontos de vistas sobre a importância e a magnitude social do movimento feminista, em específico o CMC, uma Organização não governamental (ONG) que atua em diversas frentes no enfrentamento à violência doméstica e ao feminicídio.

Palavras-chave: Comportamento em informação; Acesso à informação; Violência doméstica contra a mulher; Normas sociais; Movimento feminista.

ABSTRACT

To examine the characteristics of information behavior of women victims of domestic violence with respect to the social barriers to accessing information. The specific objectives were: a) To describe the circumstances that encouraged victims of domestic violence to seek information; b) Identify the type of guidance they were looking for and which characterized the information they needed; c) To analyse the information behavior of women as they accessed information in the fight against violence. From the point of view of the methodological approach, the reflections of this research mention the work developed in the area of Information Science (CI) by Chatman (1996, 1999, 2000), specifically in his analysis of social barriers to access to information. Data were collected through three specific procedures: document analysis, semi-structured interviews with professionals from the Centro das Mulheres do Cabo (CMC), and, finally, semi-structured interviews with four women victims of domestic violence who sought care through the CMC. The exploration of the results was carried out based on content analysis and, therefore, the messages were grouped into three molar categories, plus a regrouping of seven molecular categories. The first conclusion of this study is that domestic violence is the most dangerous and cruel face of all the coercion and constraints to which women are subjected. The study contributes to highlight the social issues that cross information flows. The social norms that shape the information behavior of the women interviewed are explained in the acceptance and naturalization of this violence, keeping their information needs confidential, as a self-protection resource, and it is reasonable to assume that these women lived in an impoverished informational life reality. Furthermore, the study potentiated new points of view on the importance and social magnitude of the feminist movement, specifically the CMC, an non-governmental organization (NGO) that works on several fronts in the fight against domestic violence and femicide.

Keywords: Information behavior; Access to information; Domestic violence; Feminist movement; Social norms

RESÚMEN

Tiene como objetivo examinar las características del comportamiento de información de las mujeres víctimas de violencia doméstica en relación con las barreras sociales para acceder a la información. Los objetivos específicos fueron: a) Describir las circunstancias que animaron a las víctimas de violencia doméstica a buscar información; b) Identificar el tipo de orientación que buscaban y que caracterizó la información que necesitaban; c) Analizar el comportamiento informativo de las mujeres en el acceso a la información en la lucha contra la violencia. Desde el punto de vista del abordaje metodológico, las reflexiones de esta investigación mencionan el trabajo desarrollado en el área de Ciencias de la Información (IC) por Chatman (1996, 1999, 2000), específicamente en su análisis de las barreras sociales de acceso a información. Los datos fueron recolectados a través de tres procedimientos específicos: análisis de documentos, entrevistas semiestructuradas con profesionales del Centro das Mulheres do Cabo (CMC) y, finalmente, entrevistas semiestructuradas con cuatro mujeres víctimas de violencia doméstica que buscaron atención a través del CMC. La exploración de los resultados se realizó a partir del análisis de contenido y, por tanto, los mensajes se agruparon en tres categorías molares, más una reagrupación de siete categorías moleculares. La primera conclusión de este estudio es que la violencia doméstica es la cara más peligrosa y cruel de todas las coacciones y constricciones a las que se ven sometidas las mujeres. El estudio contribuye a resaltar las cuestiones sociales que cruzan los flujos de información. Las normas sociales que moldean el comportamiento informativo de las mujeres entrevistadas se explican en la aceptación y naturalización de esta violencia, manteniendo sus necesidades informativas en secreto, como recurso de autoprotección, y es razonable suponer que estas mujeres vivieron en un contexto informativo empobrecido. Además, el estudio potenció nuevos puntos de vista sobre la importancia y magnitud social del movimiento feminista, específicamente de la CMC, una organización no gubernamental (ONG) que trabaja en varios frentes en la lucha contra la violencia intrafamiliar y el feminicidio.

Palabras llaves: Comportamiento en la información; Acceso a la información; Violencia domestica contra la mujer; Normas sociales; Movimiento feminista.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 —	Modelo de buscas de informações	22
Quadro 1 —	Esferas da exclusão social feminina	28
Figura 2 —	Ciclo da violência doméstica contra a mulher	46
Quadro 2 —	Relação dos documentos analisados	57
Quadro 3 —	Criação de categorias de análise do conteúdo	64
Quadro 4 —	Perfil das entrevistadas	67
Quadro 5 —	A estrutura de apresentação do comportamento em informação	69
Quadro 6 —	A vergonha e o medo de assumir sua condição de vítima de violência doméstica	71
Quadro 7 —	A decisão de buscar orientação informacional no Centro das Mulheres do Cabo	76
Quadro 8 —	O apoio e o acolhimento de outras mulheres	80
Quadro 9 —	Necessidades de informação e orientação	82
Quadro 10 —	O CMC como referência em fonte de informações às vítimas	87
Quadro 11 —	Apropriação das informações	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações não Governamentais
CI	Ciência da Informação
CLADEM	Comitê Latino-Americano e do Caribe para a defesa dos direitos da mulher
CEJIL	Centro pela Justiça e o Direito Internacional
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CMC	Centro das Mulheres do Cabo
CNCM	Conselho Nacional da Condição da Mulher
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COMFEM	Comitê de Monitoramento e Violência do Feminicídio do Território Estratégico de Suape
COVID 19	Cooronavirus Disease 2019
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais e Mais
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
VDCM	Violência Doméstica Contra a Mulher

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DA INFORMAÇÃO	19
2.1	A ABORDAGEM SOCIAL DO COMPORTAMENTO EM INFORMAÇÃO	19
2.2	EXCLUSÃO SOCIAL E INFORMACIONAL FEMININA	24
2.3	CONTEXTOS INFORMACIONAIS EMPOBRECIDOS: A VISÃO DE ELFREDA CHATMAN	30
2.3.1	O contexto informacional de um mundo pequeno	31
2.3.2	O contexto informacional de uma vida em círculo	33
2.3.3	O papel dos insiders e outsiders no contexto informacional	35
2.3.4	Pobreza em informação	36
2.3.5	O sigilo e o engano como mecanismos de autoproteção	37
2.3.6	A disposição para assumir riscos e a relevância situacional	39
3	A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	42
3.1	O MOVIMENTO FEMINISTA E SUAS ONG's	48
3.2	O CENTRO DAS MULHERES DO CABO	52
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	55
4.1	ABORDAGEM DA PESQUISA	55
4.2	COLETA DOS DADOS	56
4.2.1	Análise documental	57
4.2.2	Entrevistas semiestruturadas	59
4.3	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	62
4.3.1	O procedimento de pré-análise	63
4.3.2	A análise temática e a definição de categorias	64
5	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	66
5.1	PERFIL DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	66
5.2	O COMPORTAMENTO EM INFORMAÇÃO DAS MULHERES VÍTIMAS DE	

	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	69
5.2.1	As circunstâncias que impulsionaram a busca de orientação no CMC	70
5.2.1.1	<i>Vergonha e medo de assumir sua condição de vítima de violência doméstica</i>	70
5.2.1.2	<i>A decisão de buscar informação</i>	76
5.2.1.3	<i>A cooperação e o acolhimento de outras mulheres</i>	79
5.2.2	Necessidades informacionais das mulheres vítimas de violência	82
5.2.2.1	<i>Informações sobre procedimentos para denunciar o agressor</i>	83
5.2.2.2	<i>Informações sobre serviços de apoio à vítima</i>	85
5.2.2.3	<i>O Centro das Mulheres do Cabo como fonte confiável de informação</i>	86
5.2.3	Apropriação das informações recebidas	89
5.2.3.1	<i>Ações imediatas contra o agressor</i>	92
5.2.3.2	<i>Busca do reconhecimento à condição de ser mulher</i>	94
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
	REFERÊNCIAS	103
	APÊNDICE A - ROTEIRO ENTREVISTA - CMC	113
	APÊNDICE B - ROTEIRO ENTREVISTA – MULHERES ATENDIDAS PELO CMC	114
	APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	116

1 INTRODUÇÃO

Para contar a história da vida das mulheres é preciso falar em silêncios e marginalização. Silenciadas dos feitos históricos, dos acontecimentos sociais, do processo informacional; marginalizadas do centro das decisões públicas. Às mulheres foi concedido o lugar do outro, do negativo, submisso, invisível e passivo colocadas à parte do centro das decisões familiares e sociais. Por tudo isso, vivenciam diversas formas e expressões de exclusão, uma delas é aquilo que Chatman (1996) denominou como pobreza em informação. A autora definiu um mundo de pobreza em informação como aquele em que uma pessoa não deseja ou não sabe resolver um problema crítico, pois se percebe desprovida de quaisquer fontes de informação que poderiam ajudá-la.

Em tempos remotos, caso as mulheres ousassem exercer os domínios de seus aprendizados e sabedorias, eram intituladas bruxas e queimadas vivas em praças públicas (TOSI, 1998). Nos registros da história da humanidade, há um mundo empreendido por homens, com raras exceções de mulheres protagonistas (PERROT, 1988). Em diversos momentos históricos, as mulheres estavam (e continuam) subjugadas ao poder masculino. Desde o direito de receber educação formal até os padrões de comportamento desejáveis, tudo foi decidido pelos homens.

Esforços de resistência são promovidos por movimentos sociais que lutam pela igualdade dos sexos, combatendo o fim da segregação feminina cotidiana e lutando por igualdade de direitos. Esses movimentos que são difundidos em todo o mundo, são nomeados movimentos feministas ou feminismo, fenômeno caracterizado por empreender ações de emancipação política que impulsionam o empoderamento e a cidadania das mulheres, além de dar notoriedade às causas femininas e propor modos críticos de analisar as relações sociais entre homens e mulheres (GREGORI, 2017; SARTI, 1988).

O feminismo, em sua representação social, com diversas nuances, amparadas dentro da mesma sigla, não tem definição exata, delimitação teórica firme nem marco inicial único. “Como todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias (ALVES E PITANGUY, 1981, p.7)”. Estudiosos dividem o movimento em até quatro “ondas”, as quais seriam períodos de tempo, que demarcam as principais bandeiras de luta e reivindicações do movimento em todo o mundo (SILVA, 2019; ALVES, PITANGUY, 1981).

Para fazer frente aos duros cenários nos quais as mulheres se encontram, é notória também a atuação das organizações não governamentais (ONGs) feministas, criadas a partir de iniciativas populares da sociedade civil para efetivar a luta por direitos e a promoção da

cidadania das mulheres, nas diversas camadas sociais. Essas ONGs são importantes nas ações de busca, acesso e apropriação de informações, incorporando o papel de agente formativo, anteriormente restrito a escolas, museus e bibliotecas. Para Marteleto (2001), a disponibilização de informação por entidades do terceiro setor como as ONGs é o combustível para a apropriação e produção de novos conhecimentos por parte das mulheres, que têm a possibilidade de reavaliação de sua existência e das suas relações sociais.

Acrescentando à análise, Gohn (2005) defende que as ONGs criam identidade para as mulheres, até então, dispersas e desorganizadas, alheias à realidade que as oprime. Ou seja, ao realizarem ações conscientizadoras, projetam sentimentos de pertencimento social e cidadania nas mulheres. Dessa forma, são mediadoras entre os movimentos populares e a sociedade civil, promovendo debates para a concretização de maior igualdade em direitos.

Mesmo com um histórico ascendente em visibilidade e conquista de direitos, ainda há muito caminho a ser percorrido pelas mulheres. Apesar do advento de leis protetivas, no caso do Brasil, não obstante a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), temos o aumento gradativo de casos de feminicídios e registros oficiais de agressão às mulheres.

Este estudo identificou maneiras pelas quais os movimentos feministas fornecem informações às mulheres que buscam auxílio para combater a violência doméstica, caracterizando o comportamento em informação e sua potencialidade de promover empoderamento e protagonismo social, na destruição das barreiras sociais de acesso à informação.

As reflexões desta pesquisa fazem menção aos trabalhos desenvolvidos sobre o comportamento em informação por Chatman (1996, 1999, 2000), especificamente nas suas análises das barreiras sociais de acesso à informação. Na área da Ciência da Informação (CI), a autora tem se destacado por estudar mulheres marginalizadas dentro de um contexto social e os resultados de suas pesquisas representam uma importante contribuição que a teoria traz às investigações empíricas sobre o comportamento em informação. De acordo com essa autora, em situações nas quais uma mulher tem uma necessidade de informação e essa necessidade não está sendo compartilhada, devido a comportamentos de autoproteção, ou a dificuldades no acesso informacional, é razoável assumir que essa mulher vive em uma realidade de vida informacional empobrecida.

O foco das investigações de Chatman (1996, 1999, 2000) gira em torno das necessidades de informação das mulheres que vivem marginalizadas, especialmente aquelas que não fazem parte da população social dominante, mas são dependentes ou controladas por ele. Assim sendo, o que está subentendido neste debate são as barreiras sociais de acesso à informação e o

que isso significa à luz do comportamento em informação.

Face ao que se expõe, a indagação deste projeto de pesquisa configurou-se no problema:

Quais os fatores presentes no comportamento em informação das mulheres vítimas de violência doméstica que caracterizam barreiras sociais de acesso à informação?

Analisando o resultado de seus estudos, Chatman (1999) define que pessoas em estado de vulnerabilidade social têm comportamentos públicos que são motivados por normas sociais de aceitabilidade, a partir do que é considerado apropriado ou não apropriado. Assim, atitudes na tentativa de não se expor levam a auto proteger suas reais necessidades, incluindo aqui necessidades informacionais.

Chatman (2000) contribui para um maior entendimento no interior da CI, das formas por meio das quais a informação chega a uma determinada comunidade ou grupo de pessoas e é compartilhada entre seus membros. O objetivo da autora é rastrear as razões que influenciam os comportamentos em informação e quais agentes atuavam como barreiras informacionais. Chatman (1996, 2000), explica também, as condições que determinam maior, menor, ou nenhuma relevância às informações acessadas. Em síntese, suas análises englobam não só a busca por informação, mas também a não apropriação, o desinteresse e os custos sociais e pessoais da sua falta. Um importante obstáculo à busca de informação identificado por ela é a análise do custo relativo para manter o *status* social dentro da sua pequena (ou restrita) comunidade. Por isso, os esforços da autora tentam ir além de nomear indivíduos ou comunidades em usuários e não usuários de informação, mas investigar de que forma a informação pode ser positiva na vida de pessoas que, muitas vezes, para manter padrões sociais, não têm interesse ou não sabem buscar informação.

Uma das conclusões de Chatman (1999) é que a realidade é socialmente construída e os membros de um grupo social tenderão a incorporar e exemplificar os valores impostos por seu ambiente social. A partir disto, é possível considerar que as mulheres, as quais vivenciam situações de exclusão ativa e passiva, arranjadas na sustentação da sociedade patriarcal, fazem parte da parcela social que enfrenta dificuldades informacionais cotidianas, de busca, acesso, uso e apropriação da informação.

O objeto deste estudo é o comportamento em informação das mulheres vítimas de violência doméstica frente às barreiras sociais de acesso à informação. Foram entrevistadas mulheres, que buscaram apoio e orientação no Centro das Mulheres do Cabo (CMC), uma organização não governamental que atua em diversas frentes de resistência feminina, dentre elas o enfrentamento à violência doméstica e ao feminicídio. Atua no território de Suape, o qual compreende oito municípios do Estado de Pernambuco: Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão

dos Guararapes, Moreno, Escada, Ribeirão, Rio Formoso, Sirinhaém e Ipojuca.

A escolha do CMC se deve ao fato de ele ser pioneiro no movimento feminista em Pernambuco e no Nordeste. Fundado em março de 1984, mais de 9.000 mulheres já foram beneficiadas por suas ações formativas e educativas. Essas ações pretendem disponibilizar informações seguras e úteis, amparadas no referencial teórico-político do feminismo. A ong também transmite, desde 1997, programas de rádio diários, a partir de uma rádio comunitária local, levando a um número expressivo de mulheres, informações sobre como empreendedorismo feminino, acesso à saúde e sobre a própria temática da violência doméstica. Para responder ao problema desta pesquisa foram definidos os seguintes objetivos:

O **Objetivo geral** do estudo foi examinar as características do comportamento em informação de mulheres vítimas de violência doméstica com relação às barreiras sociais de acesso à informação.

Os **objetivos específicos** facultaram maior delimitação ao tema, para apresentar, de forma mais detalhada, os resultados pretendidos pela pesquisa:

- I. Descrever as circunstâncias que encorajaram as mulheres vítimas de violência doméstica a buscarem informações;
- II. Identificar o tipo de orientação que solicitaram e que caracteriza a informação que buscavam;
- III. Analisar o comportamento em informação das mulheres à medida que acessavam as informações no enfrentamento à violência.

É oportuno apontar que, o movimento feminista e o protagonismo social das mulheres, ainda são pouco explorados nas ciências e espaços acadêmicos, muitas vezes abordados sob a perspectiva patriarcal, repercutindo a opressão e silenciamento sistemáticos, que invisibilizam as mulheres e suas lutas. Milojevic (1998) diz que por séculos, espaços como as universidades, bloquearam o acesso às mulheres, e mesmo após a permissão da presença feminina, a hostilidade permanece nas relações estruturais acadêmicas e científicas. Isso impõe um longo caminho para a efetiva representação feminina nas ciências e na cultura vigentes. Esta pesquisa contribui e promove o debate científico em direção aos estudos sobre gênero e seus movimentos sociais. Visa ampliar o debate sobre a temática, especificamente no âmbito da Ciência da Informação, que, de acordo com Bufrem e Nascimento (2012), tem tido um crescimento significativo em número de publicações, mas ainda carece de mais pesquisas “com diferentes abordagens [que] devem ser estimuladas na área, pois envolvem análises sobre relações de poder, pelas quais se percebe a informação como fator de diminuição das desigualdades”

(BUFREM; NASCIMENTO, 2012, p.21).

Do ponto de vista social, esta pesquisa contribui no fortalecimento das políticas públicas para enfrentamento à violência contra a mulher e ao feminicídio. É no âmbito das relações sociais que este estudo se fundamenta, analisando o comportamento em informação que se estabelece entre as pessoas nos processos de identificação de necessidades, busca e apropriação da informação, como abordado por Chatman (1996, 1999, 2000).

Capurro (2003) assinala que a abordagem social não concebe uma pessoa como um ser isolado, mas examina as relações sociais por ela estabelecidas. Hjørland (2004) declara que diferentes profissionais descrevem objetos informativos de diferentes formas e que eles organizam suas descrições de acordo com critérios de domínio específicos. O que se apreende de Capurro e Hjørland (2007) é que o mundo dos produtores de informação e o mundo dos usuários são distintos. Assim, a existência de dois mundos (dos *insiders* e dos *outsiders*) pode ser um obstáculo à busca e ao compartilhamento de informações. Ou seja, movimentos feministas e outras instituições públicas, podem fortalecer a inclusão informacional e social das mulheres, ou reforçar a pobreza em informação.

O intuito dessa pesquisa é compreender o comportamento em informação das mulheres que buscam uma ong feminista, a partir de uma perspectiva social. Como elas utilizam a informação para transpor realidades sociais excludentes e aviltantes. A iniciativa justifica-se também pelo interesse pessoal da pesquisadora, em dar notoriedade não só aos aspectos crítico-teóricos do feminismo, mas também às mulheres das camadas mais populares, sem acesso a processos educativos formais, nem expectativas de direitos atendidos, mulheres que sofrem a interseccionalidade das opressões socialmente legitimadas, seja por gênero, classe social, raça, credos, ou simplesmente o fato de serem o que são: mulheres.

A partir do percurso metodológico percorrido, adentrando-se nos conceitos desvendados por Elfreda Chatman (1996, 1999, 2000) buscou-se caracterizar o comportamento em informação das mulheres que buscaram a ong, na perspectiva de cessar a violência doméstica que sofriam. O CMC, por seu turno, reconhecido como fonte de informações para a erradicação da violência doméstica, precisa inspirar credibilidade e confiança, para que as mulheres vítimas de violência doméstica exteriorizem suas incertezas e medos diante das agressões que sofrem. Chatman (1996, 1999, 2000) evidenciou as barreiras informacionais de populações socialmente excluídas e trouxe significativas contribuições também ao estudo aqui referenciado.

2 ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DA INFORMAÇÃO

Nesta seção são apresentadas as contribuições teóricas mais específicas da área da CI. Em seguida, são apresentadas as contribuições multidisciplinares sobre a violência doméstica contra a mulher e sobre os movimentos feministas que atuam em favor da igualdade de gênero.

2.1 A ABORDAGEM SOCIAL DO COMPORTAMENTO EM INFORMAÇÃO

Em uma sociedade denominada da “Informação” e do “Conhecimento” pensar a informação como insumo básico de relações sociais com diversos vieses como o poder, tecnologia, economia e cultura, é indispensável, no intuito do seu entendimento como produto social e também como mecanismo de questionamento da própria sociedade. Capurro (2003) defende que o paradigma social da informação é o modelo que vai além das perspectivas estruturais ou formais, estabelecendo a informação como passível de significação e sentido, oriundos não de sua representação, formato ou transmissão, mas dos sentidos elaborados pelas pessoas a partir dela.

A perspectiva social ou sociocognitiva de estudos da informação caracteriza o terceiro e mais recente paradigma incorporado à CI, surgido a partir dos anos finais do século XX, e que expande as possibilidades práticas e teóricas do campo. Se até então a informação era considerada algo de cunho ora tangível ora subjetivo, o modelo social analisa o quanto a informação influencia os contextos socioculturais e o quanto é influenciada por estes contextos.

Essa terceira possibilidade é descrita com termos como pragmática, intersubjetiva ou sociocultural, e nela a informação é algo de ordem não apenas do objetivo ou do subjetivo, mas também do coletivo, de uma construção social. [...] informação aparece ligada a termos como documento, saberes, ação, contexto, cultura, memória, coletivo, sociedade, histórico (ARAÚJO, 2020, p. 37-38).

Este modelo privilegia as investigações sobre o quanto as necessidades, escolhas e apropriações informacionais dos indivíduos são influenciadas ou construídas pelo contexto social. Os estudos sociais da informação estão situados na relação e no processo dialógico entre o indivíduo, o contexto e a informação, nas palavras de Capurro (2003, p. 12) “isto significa [...] uma integração da perspectiva individualista e isolacionista do paradigma cognitivo dentro de um contexto social no qual diferentes comunidades desenvolvem seus critérios de seleção e relevância”. Ou seja, para este paradigma o que importa são os contextos que definem e influenciam a apropriação e a necessidade por informação.

Além dos modelos de estudos da informação, a CI, como toda área científica, é composta por subáreas, que possuem metodologias e objeto de estudo distintos. Dentre elas trataremos das relações dos indivíduos com a informação, a área dos “Estudos dos Usuários”. Esse campo busca compreender, as formas pelas quais as pessoas percebem uma necessidade de informação e como acontecem a busca e apropriação informacionais, num processo interseccionado por diversos fatores objetivos, subjetivos e intersubjetivos (ARAÚJO, 2017).

Com origem na Biblioteconomia, o marco inicial dos estudos dos usuários da informação ocorreu na década de 30, na Universidade de Chicago, onde foram empreendidas as primeiras pesquisas sobre a utilização dos serviços de uma biblioteca por seus usuários. Desenvolveram-se meios de conhecer as características sociodemográficas dos usuários que interferiam em suas preferências em relação aos serviços da biblioteca. A partir de dados quantitativos, eram gerados indicadores de uso dos serviços e dos recursos informacionais, a satisfação dos usuários era mensurada através da eficiência dos sistemas informacionais (ARAÚJO, 2020).

Pesquisas científicas apresentadas por Bernal e Urquhart na Conference Royal Society, ocorrida em 1948 em Londres, também contribuíram para o início da área. Os dois desenvolveram estudos que analisavam as ações dos usuários em relação à utilização de recursos informacionais, isto é, suas necessidades e buscas por informação junto a centros de pesquisas. Neste período, os estudos voltavam-se para analisar ações estabelecidas em relação à eficácia na recuperação da informação, em obter êxito no acesso ao item informacional desejado, dentro de um sistema estruturado (bibliotecas, centros de pesquisas, laboratórios). Assim, desconsideravam-se aspectos cognitivos, pessoais, culturais ou sociais, tanto dos usuários quanto das estruturas às quais estavam ligados os serviços informacionais (ARAÚJO, 2020).

Na década de 80, lança-se uma nova abordagem, intitulada de “alternativa”, ou “cognitiva” que ganha notoriedade quando recebe a contribuição de “estudos [que] começam a considerar que a informação é um dado incompleto, ao qual o indivíduo atribui um sentido a partir da intervenção de seus esquemas interiores” (FERREIRA, 1995, p.04) nessa fase, a atenção das pesquisas se volta para o comportamento dos usuários em relação à informação, em sua dimensão individual e subjetiva. Contemporâneos desse período, Brenda Dervin e Michel Nilan publicam estudos nos quais fazem severas críticas à abordagem tradicional dos estudos de usuários da informação, comprovando em suas publicações a insuficiência dos métodos e análises empregados até então. Assim, defendem que a informação não seja vista,

[...] como alguma coisa que existe à parte das atividades do comportamento humano, mas sim como um dado ao qual o indivíduo proporciona vida,

correlaciona, analisa, cria e confere sentido, incorporando essas novas informações aos seus esquemas interiores, alterando-os e atualizando-os constantemente (FERREIRA, 1995, p. 06).

Outras pesquisas surgem e propõem modelos que estabelecem as etapas pelas quais os indivíduos passam, desde a percepção da necessidade de informação até a obtenção de resposta. Dentre os estudiosos dessa fase, Wilson se destaca por propor modelos que comportam as etapas que constituem o comportamento em informação. É de Wilson (2000) o conceito de comportamento em informação a ser considerado em nossa pesquisa, afirmando que o comportamento em informação ou informacional é todo comportamento humano relacionado às fontes e canais de informação, incluindo a busca ativa e passiva de informação e o uso da informação. Isso inclui a comunicação pessoal e presencial, assim como a recepção passiva de informação, como a que é transmitida quando se assiste aos comerciais da televisão, sem qualquer intenção específica em relação aos dados apresentados. Ele também destaca a etapa de busca informacional, momento onde acontece o reconhecimento de alguma necessidade informacional pelo usuário, e ele pode buscar a informação tanto em sistemas formais quanto informais, a exemplo de outras pessoas - o que é denominado "troca interpessoal de informação".

Wilson (2000) também indica, no horizonte do comportamento em informação 08 (oito) variáveis intervenientes nas etapas ou processos de busca, que são: Pessoais, Emocionais, Educacionais, Demográficas, Sociais, Ambientais (contextuais), Econômicas e as que se relacionariam diretamente com os canais/fontes informacionais (Credibilidade, Meios de Comunicação e de Acesso). Ao longo do tempo, propostas de modelos de comportamento em informação foram apresentadas na tentativa de mapear a multiplicidade de contextos e enfoques em relação aos usuários e às fontes informacionais, essas propostas abrangeram diversas etapas, dentro do campo geral do comportamento em informação, e identificaram que essas etapas podem ser como uma série de campos aninhados: o comportamento em informação poderia ser definido como o campo mais geral de investigação dos inúmeros e possíveis comportamentos humanos em relação à informação.

Na figura 1, localizamos diferentes movimentos da busca informacional, vista como um subconjunto do campo, particularmente preocupado com a variedade de métodos que as pessoas empregam para obter acesso à informação, e o comportamento de pesquisa de informação ainda mais específico e voltado para as interações entre o usuário de informação (com ou sem um intermediário) e sistemas e fontes informacionais. Esse e outros modelos representam diferentes aspectos do problema geral: nomear, definir e compreender os processos e etapas através dos quais as pessoas percebem ou não a necessidade por informação, como a buscam, de que forma

a acessam e como utilizam e se apropriam dela.

Figura 1 — Modelo de buscas de informações



Fonte: Wilson (1999 p. 263)

Um modelo pode ser descrito como uma estrutura para pensar sobre um problema e pode evoluir para uma declaração das relações entre proposições teóricas (WILSON, 1999; CHATMAN 1996; 1999). Como o próprio Wilson (1999) reconhece, a maioria dos modelos no campo geral do comportamento em informação são da primeira variedade: são declarações, muitas vezes na forma de diagramas, que tentam descrever uma atividade de busca de informações, as causas e consequências dessa atividade ou as relações entre os estágios da busca de informações. “Raramente tais modelos avançam para o estágio de especificação de relações entre proposições teóricas: em vez disso, eles estão em um estágio pré-teórico,” (WILSON, 1999, p. 250, tradução nossa¹) embora possam sugerir relações frutíferas para explorar ou testar.

O desenvolvimento dos modelos cognitivo-sistemáticos mostra a pertinência e necessidade de ampliar o campo dos estudos dos usuários e do comportamento em informação para um escopo socialmente engajado. Passa-se a analisar o processo de busca e apropriação das informações a partir das ações dos usuários de forma menos mecanizada e previsível. As investigações passam a utilizar metodologia e arcabouço teórico de áreas científicas como as ciências sociais e a psicologia comportamental, que cooperam para melhor entendimento dos processos informacionais vivenciados pelos indivíduos. Para os estudiosos do comportamento em informação, com ênfase em aspectos socioculturais, a utilização da informação e sua contribuição na experiência dos indivíduos deveria ser o centro da atenção das pesquisas (FERREIRA, 1995).

¹ Rarely do such models advance to the stage of specifying relationship between theoretical propositions: on the contrary, they are in a pre-theoretical stage.

Assim, os esforços se voltam para responder aos anseios deixados pelos modelos tradicional (ou físico) e alternativo (ou cognitivo), empreendendo-se pesquisas que se voltam para a estrutura que determina ou influencia os comportamentos em informação dos usuários. Os contextos delimitados (um funcionário numa empresa, um cientista numa instituição de pesquisa ou um usuário numa biblioteca), abrem espaços para análises de interações que acontecem em nível macro, em ambientes diversificados, onde circula a informação de forma mais livre e horizontal. Toda a gênese do conhecimento nos indivíduos, desde a percepção de uma necessidade por informação, até o processo de busca, forma de acesso e ressignificação passam a ser considerados. Os estudos analisam como a vida em sociedade leva os indivíduos a desenvolverem ações e posicionamentos identitários, como seres relacionais, em constante convivência e conflito com ideias e posturas, as quais podem dar sentido e significado a sua existência humana e social, e a forma como todos esses aspectos interferem nos processos informacionais.

Os estudos de comportamento em informação empreendem enfoque nos contextos sociais, enfatizando os usuários e produtores em papéis ativos, que influenciam e são influenciados por fatores não só informacionais, mas também econômicos, políticos, históricos, geográficos, culturais, psicológicos, cognitivos, pessoais e de gênero. A informação sociabilizada alicerça a criação de conhecimentos que podem vir a se tornar instrumentos de combate às segregações sociais. Assim, como indica Araújo (2018):

A informação está imbricada a um contexto, ela é da ordem da contingência. Informação não representa apenas a entrega de algo de um emissor para um receptor, ela produz efeitos, é uma forma de ação no mundo – ela precisa ser compreendida em seus vínculos com a dimensão social, cultural, política e econômica (ARAÚJO, 2018, p. 92).

A partir desse entendimento, novas pesquisas surgem, considerando fatores contextuais de forma macro e complexa. Nessa direção destacamos Elfreda Chatman, com investigações que enriqueceram os estudos socioculturais do comportamento em informação. Para Chatman, o comportamento em informação das pessoas estaria ligado aos contextos de interação social, necessidades circunstanciais e às normas sociais convencionadas a determinados indivíduos ou grupos.

De acordo com Chatman (2000), comportamento em informação como um conceito tem muitas falhas. Entretanto, a autora argumenta que é o melhor jeito que conhece para explicar porque algumas pessoas não procuram ou não usam informação. Para entender o processo de busca e apropriação da informação é mais adequado primeiro compreender o comportamento da pessoa em relação à informação. Para ela o comportamento em informação é entendido como um estado no qual uma pessoa pode ou não buscar uma informação relevante ou pode ou não

agir com base na informação recebida, sempre circunscrita às normas sociais do grupo social na qual esteja inserida.

2.2 EXCLUSÃO SOCIAL E INFORMACIONAL FEMININA

Ao nos referirmos ao termo exclusão social é comum ser remetidos a conceitos como pobreza material ou privação de renda, porém, essa concepção abrange muitas variáveis e trata de desigualdades e seus encadeamentos aos indivíduos e à sociedade em seu todo. Ser socialmente excluído implica em limitações espaciais, de representatividade social e no impedimento de exercer cidadania. Sen (2000) afirma que, para definição e análise do que seria exclusão social, quais seriam seus fatores causais e respectivas consequências, seria necessária análise minuciosa sobre a origem, a relevância e a abrangência da exclusão, para ele é preciso analisar mais do que “carteiras vazias” é preciso observar as “vidas empobrecidas”.

A ideia de exclusão social tem conexões conceituais com noções sobre pobreza e privação, e tem antecedentes mais antigos do que a história específica da terminologia pode sugerir. De fato, eu diria que podemos apreciar mais plenamente a contribuição feita pela nova literatura sobre exclusão social, colocando-a em um contexto mais amplo, do que a antiga e velha ideia de pobreza como privação de capacidade. É possível se conectar a uma abordagem mais ampla, que nos ajudará a analisar contextos com ênfases particulares e nos preocuparmos com realidades sociais distintas, iluminando, a partir do conceito mais recente de exclusão social, novas abordagens. (SEN, 2000, p.8, tradução nossa ²).

Conforme Sen (2000) a exclusão se refere mais amplamente às estruturas e relações sociais e aos papéis desempenhados pelos sujeitos. Estar ou ser excluído seria uma condição de total ou parcial restrição, que pode ser instaurada por motivos pontuais, como privação financeira por desemprego, ou pode ser crônica, como a exclusão sofrida por grupos étnicos minoritários ou segregados, como deficientes mentais, idosos, usuários de drogas, mulheres, delinquentes e moradores de rua. Nessa concepção, a vida desses sujeitos seria empobrecida, pois não há a “liberdade para realizar atividades importantes que uma pessoa tem razão para escolher” (SEN, 2000, p.05, tradução nossa ³) além da “exclusão de relações sociais, que podem levar a outros tipos de privações, limitando ainda mais as oportunidades de vida (idem)”.

² The idea of social exclusion has conceptual concepts with notions of poverty and deprivation, and has older antecedents than the specific history of terminology might suggest. Indeed, I would argue that we can more fully appreciate the contribution made by the new literature on exclusion, by extending it into a broader context, than the old-fashioned idea of poverty as deprivation of capacity. It is to connect a broader approach, which concerns us with accessible contexts with individuals and we are concerned with different social reality, illuminating from the most recent concept of social exclusion, new approaches.

³ Freedom to carry out important activities that a person has reason to choose.

Para Halleröd e Larsson (2008), problemas de bem-estar social, problemas físicos e também psíquicos se relacionam uns com os outros, culminando não apenas na pobreza financeira, mas numa vida de empobrecimento em um único aspecto ou numa conjunção deles, arranjos de forma heterogênea, motivados por cenários sociais e resultando em algum tipo de exclusão.

Para nossa pesquisa, o conceito de exclusão social se faz importante por acarretar uma análise mais profunda da estrutura que influencia e determina as vivências sociais femininas. Para corroborar com as ideias conceituais já apresentadas, trazemos Sposati (1999) apud Dal Pozzo e Furini (2010) que ressalta a ideia de exclusão prosseguindo no entendimento de questões culturais e étnicas, ao ser comparada ao conceito restrito de pobreza. Assim, pobreza – total ou eventual – pode se referir a uma condição de privação enquanto a exclusão, para além do sentido de privação, abrange discriminação e estigmas designados por questões intrínsecas ao sexo, a raça, a idade, orientação sexual e outros fatores. Em outros termos, o pobre pode ser discriminado por ser pobre, mas o excluído sofre por todo o arranjo e união de diferentes agentes excludentes, pela miríade de processos discriminatórios, passa a ser entendido como aquele que foi abandonado e que passa por processos de fragilização dos vínculos sociais (SPOSATI, 1999 apud DAL POZZO, FURINI, 2010).

Entende-se a impossibilidade de um indivíduo ou grupo de pessoas de transformar suas capacidades, desejos, objetivos e necessidades em oportunidades para viver, exercer sua liberdade e autonomia, como uma exclusão social, que pode ou não ser intensificada por elementos tangíveis como a renda escassa, desemprego pontual ou algum tipo de discriminação ou repressão social (SEN, 2000). Assim temos o terreno fértil, onde brotam violências, silenciamentos e opressões das quais as mulheres, têm sido vítimas ao longo de toda sua trajetória. A exclusão feminina estaria relacionada a uma inapropriada inserção na vida em sociedade, à ínfima representação social e a dependência cultural e psicológica de papéis exercidos pelos homens. Por si só, o fato de ser mulher em nosso contexto é uma variável ativa para a pobreza material e também exclusão social.

De acordo com Abreu (2012), são características predominantes na pobreza do mundo ocidental: ser morador do hemisfério sul; ser desempregado; receber menores salários quando empregados; ser mulher e pertencer a minorias étnicas. Para essas pessoas afetadas por uma ou por todas essas condições simultaneamente, “a exclusão do processo de participação e cidadania influencia as atitudes e dificulta a mobilização para um melhor aproveitamento das oportunidades” (ABREU, 2012, p. 101). Destarte falar da exclusão social feminina é falar da impossibilidade real das mulheres obterem total proveito de suas potencialidades, devido a sua

posição desfavorável e vulnerável com o acúmulo de desvantagens estruturais e sociais.

Num resgate do contexto histórico que origina a submissão e exclusão das mulheres, Muraro (1992) apud Fonseca (1994) relata o início da supremacia masculina, ainda nas culturas de caça, onde até então, famílias tinham como chefes e provedoras as mulheres, com total poder sob os meios de produção, que em geral supriam apenas a subsistência familiar. As mulheres eram a maior autoridade familiar, porque além de gestar, criavam e alimentavam os filhos, enquanto os homens saíam à caça. Porém com a descoberta da função reprodutiva do homem e a criação do excedente de produção, inaugura-se a noção de propriedade privada e do acúmulo de bens, o que modifica a sociedade ocidental naquele momento:

O crescimento da propriedade privada e transmissível, sob a forma de produtos da terra, trouxe consigo a subordinação sexual da mulher, pois o marido exigia agora a exclusividade dela para ser o destino do fruto do seu trabalho. O surgimento do patriarcalismo foi fatal à supremacia e autonomia da mulher. Estava definitivamente encerrado o período histórico em que a mulher respondia pela unidade familiar, pela organização da sociedade e pela herança dos bens (MURARO 1992 apud FONSECA, 1994, p.53).

A tomada do poder pelos homens foi gradual e violenta, como exemplos temos a idade média e sua caça às bruxas, quando sob o pretexto de condenar a suposta heresia em praticar magia negra, mulheres eram queimadas vivas em praça pública. Nesse momento, a supremacia masculina, buscava se apropriar de conhecimentos milenares, que estavam em posse das mulheres, em geral mais velhas, viúvas e proprietárias de terras (MURARO 1992 apud FONSECA, 1994, p. 55).

Com o argumento de aniquilar a bruxaria, vizinhos, parentes e homens de poder, matavam mulheres e se apropriavam de suas terras e seus conhecimentos, sobretudo em medicina e agricultura. Para Perrot (1988), a caça às bruxas foi o pilar mais sólido para o estabelecimento do patriarcado, e concretizou a submissão pessoal, familiar e social das mulheres. Em outros arranjos sociais, como o feudalismo, a opressão feminina apenas foi sendo concretizada e normalizada. Até em regimes mais democráticos como o socialismo, que pleiteava a erradicação da propriedade privada e maior igualdade entre os indivíduos, as mulheres permaneceram em posição de subalternidade. Fonseca (1994) indica que nesta situação a jornada da mulher mais simples, a mulher popular, era triplicada, somando-se o trabalho nas fábricas e em casa ao trabalho na militância política.

Na França revolucionária, berço do que hoje conhecemos como universalização dos direitos sociais e liberdades individuais, foi anunciada a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789, como lei máxima para garantia da dignidade e dos direitos humanos. Mas, embora as palavras *homem* e *cidadão* sejam utilizadas em sua acepção universal, nenhum

dos artigos reivindicava direitos iguais a homens e mulheres, ou englobava algum direito específico do sujeito feminino. Assim em 1791, a feminista francesa Olympe de Gouges, denunciou a exclusão sexista existente na carta magna e elaborou A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, que entre outros pontos reiterava: “A Mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos. As distinções sociais só podem ser fundamentadas no bem comum” (ROCHA; ET AL, 2020, p. 185). Embora tenha sido importante, essa declaração das mulheres permaneceu ignorada da história da revolução, sendo resgatada pelas feministas, apenas no início do século 20.

Esses são fragmentos e recortes de uma história concebida na marginalização, que comprovam que as mulheres vivem exclusões silenciosas que preveem a existência em sociedade de forma passiva e sem expressividade.. As piores tarefas, os menores salários, o trabalho doméstico e a falta de representação e direitos, esses foram e ainda são o que a sociedade patriarcal, subliminarmente destina às mulheres. Na atualidade, a exclusão feminina se constitui em pilares como baixa renda, escolaridade insuficiente, alto índice de desemprego, problemas com a maternidade, questões raciais, discriminações à fatores de orientação sexual, baixa representatividade política e institucional, violências físicas e sexual e outros empecilhos a uma vida equiparada em autonomia, à masculina.

Sen (2000, p. 47, tradução nossa ⁴) ressalta que variáveis como essas são “questões para as quais o conceito de exclusão social ajuda a chamar atenção”. Ou seja, são fatores intervenientes que incidem direta ou indiretamente na exclusão social feminina, num processo cíclico contínuo, de forma ativa ou passiva. O autor conclui que existem diversas formas pelas quais a exclusão social causa a pobreza de renda, e sua contribuição mais importante é comprovar que para além de ser causa da pobreza no sentido econômico, a exclusão restringe as experiências sociais.

Dentre as diversas formas de exclusão social das mulheres, que seriam de importância instrumental, se constituindo em variáveis ativas (quando há a intenção de excluir) e passivas (quando a exclusão acontece como resultado de medidas que a princípio não se pretendem excludentes), o Quadro 1 mostra alguns dados que se pretendem constitutivos e relacionais na tentativa de delinear a exclusão estrutural social feminina.

⁴ Issues to which the concept of social exclusion helps to draw attention.

Quadro 1 — Esferas da exclusão social feminina

ESFERA	CONTEXTO	COMENTÁRIOS
Política	1. A câmara dos deputados brasileira tem apenas 15% de seu quadro formado por mulheres; 2. Apesar da previsibilidade legislativa (lei 9.504/1997) da reserva de vagas femininas para câmara federal e assembleias estaduais e municipais, as candidaturas femininas são menores em número e competitividade. (INSTITUTO UPDATE, 2020).	A baixa representatividade de mulheres na política resulta em políticas públicas e legislações alienadas das reais necessidades femininas. Temos na maior parte dos casos, ações estatais e institucionais para as mulheres, concebidas por homens. A ínfima representatividade é também um empecilho no momento em que, as mulheres eleitas necessitam aprovar projetos próprios, pois há a dependência da maioria de votos de apoio dos homens.
Educacional	1. Até 1827, a educação pública formal brasileira era permitida somente à homens; 2. As mulheres negras e de baixa renda, tem menor probabilidade de concluir o ensino médio, em relação às mulheres brancas e aos homens de forma geral (IBGE, 2013).	Até receberam autorização para frequentar escolas, a educação feminina acontecia em casa, restrita às mulheres da burguesia. Mesmo com a permissão de uma vida escolar, a segregação entre mulheres ricas e pobres permaneceu. Frequentar escolas destinava-se às meninas brancas de família abastada. Embora o acesso educacional representasse um avanço, havia distinção entre o ensino às moças (que tinham como destino certo o casamento) e o ensino dos rapazes. Destarte as mulheres serem maioria em números absolutos, referentes à acesso ao ensino básico e médio, recortes raciais e econômicos, demarcam a divisão entre brancas e negras, mulheres pobres e das classes média e rica. O que resulta em maior segregação de mulheres pobres e pretas.
Trabalho e Renda	1. Maiores taxas de desemprego entre as mulheres; 2. Média salarial inferior à masculina; 3. As mulheres são maioria no trabalho doméstico, retratando uma perpetuação de estruturas sociais escravocratas.	Em relação ao mercado de trabalho formal, a presença feminina está equiparada à masculina, mas as mulheres ganham menos para realizar as mesmas atividades. As mulheres são maioria nas estatísticas que se referem a ocupações não remuneradas, já que elas são as maiores responsáveis pelos trabalhos domésticos e cuidados com os filhos. Ainda em relação a trabalho e rendimentos, mulheres mais jovens lideram a lista de desemprego. Dados como estes mostram que, apesar do acesso a escolaridade e do aproveitamento da força de trabalho feminina, as mulheres ainda lideram a clandestinidade, discriminação e maior subordinação no ambiente de trabalho. (IBGE, 2013).

Tecnologias da Informação	Embora proporcionalmente, as brasileiras sejam maioria em relação ao acesso a meios de comunicação e tecnologia (smartphones e internet), elas permanecem excluídas do debate paradigmático que concebe e domina as diversas tecnologias.	De acordo com Berrío-Zapata (2020) na tecnologia, a exclusão das mulheres é especialmente complexa pela ideia de “neutralidade” associada com estas atividades. Apesar de avanços femininos serem notados, ainda existem condições que dificultam e restringem o acesso e o aproveitamento das tecnologias pelas mulheres, fenômeno conhecido como Exclusão Digital de Gênero. As formas mais comuns da exclusão feminina nesse âmbito seriam: o negligenciamento permanente de suas conquistas na computação; o desestímulo à formação feminina regular nas áreas tecnológicas e a exclusão hierárquica e de níveis salariais na área.
----------------------------------	--	--

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de referências.

A partir do exposto no Quadro 1, temos o contexto das exclusões estruturais sofridas pelas mulheres. Essas exclusões, reunidas, contribuem para um cenário de marginalização, piorado pela pobreza econômica. Essas limitações podem ser entendidas como a não apropriação de espaços, os quais atendem a disposições sociais discriminatórias em relação às questões de gênero. De acordo com Sen (2000, p.5, tradução nossa ⁵) seria “a pobreza como a falta de liberdade para fazer certas coisas valiosas [socialmente]”.

Uma categoria de exclusão que está presente de forma subliminar são as dificuldades no acesso, busca e apropriação da informação. Para Sen (2000), podemos caracterizar essa exclusão como passiva, já que não é voluntariamente imposta. Porém, a falta de acesso à informação útil, condizente com as insuficiências de conhecimento confrontadas pelas mulheres, estão estipuladas e normalizadas pelo que Beauvoir (2019) chama de univocidade patriarcal. Essa expressão significa que todo o conhecimento valorizado, padronizado e assimilado como verdade, é criado e organizado pelos homens, mesmo quando tratam de realidades que não são suas, quando ditam conhecimento que na verdade, são restritos à esfera feminina. Desde o início do patriarcado, todo ato de contestar as informações pactuadas pelos homens é um ato de revolução.

A exclusão informacional das mulheres se dá na invisibilização de suas necessidades informacionais, seja nos meios de comunicação formais, informais, na literatura e nas artes, até em meios de comunicação oficiais governamentais. Varela (2007) afirma que toda informação sempre traz consigo uma possibilidade de sentido, sendo a informação fator vital para subsistência do indivíduo em sociedade, além do fato de que a qualidade da informação

⁵ Poverty as the lack of freedom to do certain valuable things.

disseminada torna mensurável o nível de desenvolvimento de uma sociedade.

As exclusões sociais femininas poderiam ser amenizadas pelo acesso à educação formal e às suas demandas informacionais, uma vez que poderiam proporcionar às mulheres a condição de manterem-se empoderadas e protagonistas nas suas relações sociais. Do contrário, o empobrecimento informacional feminino é agente e também resultado de sua segregação social. Sem a informação, que atua como mecanismo para engendrar novos sentidos no cotidiano feminino, permanecem os cenários segregadores.

A exclusão informacional acentua tudo aquilo que as mulheres vivenciam na sociedade, quando lhes é negado o acesso a informações que poderiam criar a possibilidade de elaboração de novos posicionamentos, novos discursos e o desenvolvimento de ações que viessem a combater a limitação de sua identidade social. Assim, a exclusão informacional não se desvincula em nada da exclusão social majoritária, ao contrário, elas se retroalimentam, promovendo a existência de camadas sociais que enfrentam barreiras informacionais, ou parcelas da população que se incluem no mundo informacional de forma avessa, até perversa: não acessam a informação que verdadeiramente necessitam, não sabem a quem recorrer, desconhecem fontes informacionais seguras e confiáveis e sequer conseguem fazer uso efetivo das informações e do conhecimento dos quais dispõem.

Nesse cenário, é vital a derrubada das barreiras informacionais, pautada no intercâmbio de informações, que os movimentos sociais e suas ongs possibilitam. Sendo diferentes dos meios informativos convencionais, que nem sempre se empenham na real inclusão sócio informacional feminina, as ongs tem “um caráter de difusão em pequenos grupos, com potencialidade multiplicadora (comunidades organizadas, lideranças locais, sindicais, universidades e meios de comunicação fora dos grandes centros urbanos etc.)” (ALVARENGA, 1998, p. 98). Nascimento e Marteleto (2004) também defendem que a informação deve ser referenciada à historicidade dos sujeitos, ao funcionamento das estruturas e às relações sociais. Com a devida inclusão informacional, o comportamento em informação de grupos socialmente invisibilizados, como as mulheres, pode efetivar o exercício da cidadania plena.

2.3 CONTEXTOS INFORMACIONAIS EMPOBRECIDOS: A VISÃO DE ELFREDA CHATMAN

Em seus estudos sobre comportamento em informação, Chatman (1996, 1999, 2000), investiga grupos em contextos específicos, como idosas numa casa de repouso, zeladoras de uma universidade, reclusas em um presídio feminino de segurança máxima e mulheres solteiras

chefes de família. Seu foco é avaliar como certas conjunturas microsociais intervêm no comportamento em informação dessas mulheres. As pesquisas são empreendidas no sentido de descrever os obstáculos para o acesso à informação e ao conhecimento, e a forma pela qual as pessoas percebem suas necessidades informacionais, assim como o uso dado às informações em seu cotidiano. No seu percurso metodológico, utiliza diferentes teorias sociológicas como a Teoria da Difusão, da Gratificação e da Alienação, além de teorias próprias, todas na tentativa de identificar o que poderia definir os contextos que interferem no comportamento em informação de mulheres, em determinadas circunstâncias ou extratos sociais.

2.3.1 O contexto informacional de um mundo pequeno

Nos contextos analisados por Chatman, a vida geralmente tem alto grau de previsibilidade, o que a autora denomina de vida em um mundo pequeno (*small world*), resultando em um horizonte informacional restrito, como o caso de presas que dividem diariamente todos os espaços de convivência entre si. “Um fator que parece justificar isso é a base de uma realidade compartilhada” (CHATMAN, 2000, p.207, tradução nossa⁶). Com isso, a autora quer dizer que as presidiárias têm maneiras padronizadas de se apresentarem umas às outras. Embora inicialmente elas possam ter perspectivas individuais sobre as maneiras de sobreviver na prisão, com o decorrer do tempo, as visões privadas são assimiladas à visão comum das outras reclusas. A rotina da vida carcerária dá certo grau de segurança e até proteção. As presas, aos poucos, remodelam suas próprias visões de mundo particulares a fim de incorporar as normas da prisão, precisamente pela segurança que esse processo traz.

No pequeno mundo da prisão, de acordo com Chatman (1999), é fundamental observar o papel que a informação desempenha para as mulheres. Por exemplo, uma característica da informação é que ela carrega um propósito muito específico: mudar sistematicamente o comportamento para se adequar ao ambiente. Mesmo quando novas prisioneiras tentam se proteger dessas informações, a pressão para se conformar é muito grande (CHATMAN, 2000, p. 208, tradução nossa⁷).

Outra característica de um mundo pequeno é que esse ambiente se torna seu próprio mundo. No caso das presas, em vez de elas fazerem planos e articulações com pessoas que poderiam ajudá-las a sair da prisão, o encarceramento se torna seu próprio mundo. Para ilustrar, o estudo

⁶ A fator that seems to make this the case is the grounding of a shared reality.

⁷ In the small world of the prison, according to Chatman (1999), it is essential to observe the role that information plays for women. For example, one characteristic of information is that it carries a very specific purpose: to systematically change behavior to suit the environment. Even when new prisoners try to protect themselves from this information, the pressure to conform is too great.

de Merton (1968) sobre teoria e estrutura social, identificou dois tipos de indivíduos e as redes que eles escolhem para apoio e aconselhamento: os "cosmopolitas" e os "locais". Ser cosmopolita significa ter uma orientação para fora, em direção à sociedade, com ênfase no ambiente macrosocial. Adaptando-se essa teoria às necessidades do estudo, ser cosmopolita, de acordo com Chatman (1999) refere-se a uma orientação social direcionada para fora da vida na prisão, e um conhecimento que, a fim de permanecer em contato com aquela outra vida, tem interesses e valores de um "outsider". Por outro lado, os "locais" são "insiders", cujos interesses estão focados na realidade cotidiana da vida carcerária. A prisão é o mundo deles. Consequentemente, o conhecimento da sociedade em geral tem um interesse mínimo. Ao contrário das cosmopolitas, os habitantes locais dedicam a maior parte de seu tempo e energia para manterem os relacionamentos na prisão.

Ao tentar explicar como a informação ajuda a formar uma visão de mundo, dentro de um mundo pequeno, uma conclusão a que Chatman (1999) chega é que a informação é realmente uma performance. Ou seja, a informação carrega uma narrativa específica que é facilmente adaptável às expectativas e necessidades dos membros de um pequeno mundo. Ela também tem determinada forma. Nesta situação, a forma é interpessoal e, na maior parte, está sendo usada por pessoas de dentro para ilustrar maneiras de assimilar o mundo de uma pessoa ao mundo da vida na prisão.

O que torna essas informações potencialmente dignas de nota é que são produzidas dentro de um contexto específico para uso dentro desse contexto. Consequentemente, elas se encaixam facilmente na realidade da vida cotidiana. Mesmo que as dúvidas possam permanecer sobre a verdadeira natureza da informação, sua capacidade de moldar uma visão de mundo coletiva raramente é questionada (CHATMAN, 1999, p. 208-209, tradução nossa)⁸

Chatman (1999) se utiliza da teoria de Luckmann (1970), que sugere que um mundo pequeno é um mundo definido por crenças compartilhadas por seus membros: agindo de acordo com as normas e expectativas geralmente reconhecidas que emanam da visão conjunta de mundo, as pessoas sabem sobre a ordem certa das coisas e que fazem sentido naquele ambiente particular.

Portanto, para Chatman (1999, p. 209, tradução nossa ⁹), "A vida em um mundo pequeno é

⁸ What makes this information specific in this context is worth noting that it is considered within its use. Consequently, it easily fits into the reality of everyday life. While it may persist as to the nature of information, its ability to shape a collective worldview is questioned.

⁹ Life in a small world is one where activities are routine and predictable.

aquela em que as atividades são rotineiras e previsíveis”. Um elemento que une este mundo é o controle social. (BERGER, 1963). Por exemplo, Berger (1963, p. 67 apud CHATMAN, 1999, p. 209) observa que uma função primária das normas sociais é dizer a um indivíduo exatamente o que ele pode fazer e o que ele pode esperar da vida. Assim sendo, é fácil entender porque esses conjuntos de normas e valores são compartilhados e aceitos coletivamente. Outra maneira de definir um mundo pequeno é explorar a ideia de localização (SHILS, 1957 apud CHATMAN, 1999). Ou seja, o indivíduo se preocupa mais com o que está próximo, com o que é presente e concreto, do que com o que é remoto e abstrato. Ele é mais responsivo em geral às pessoas, ao *status* daqueles que o cercam. Seguindo na mesma perspectiva, Wilson (1983) pondera que,

como as roupas que se veste, a comida que se come, o sotaque e o vocabulário que alguém fala, assim também as coisas sobre as quais a pessoa é informada e as questões sobre as quais ela tem pontos de vista são todas influenciadas pela localização social (WILSON, 1983, p. 149 apud CHATMAN, 1999, p. 210, tradução nossa ¹⁰).

Em suma, para membros de um mundo pequeno, limitado e sem acesso a informações “de fora”, a localização determina quais coisas cotidianas requerem concentração significativa e quais não requerem concentração alguma. Dentro dos limites desses pequenos mundos, se aceita certas maneiras de falar e se comportar, como também de aceitar ou rejeitar informações ou determinar o valor que essas informações têm e como serão apropriadas.

2.3.2 O contexto informacional de uma vida em círculo

Chatman (1999) define como a vida em círculo, a vida com alto grau de imprecisão e, surpreendentemente, níveis aceitáveis de incerteza. A autora dá exemplos, ou seja, raramente se objeta se alguém disser: “Encontro você por volta do meio-dia” ou “Vamos nos encontrar para jantar em mais ou menos uma hora”. Ou quando pergunto à minha mãe como ela se sente, ela sempre responde: “Oh, estou com um pouco de artrite, mas, fora isso, estou bem”. Há tolerância para a inexatidão.

Uma vida em círculo exige um modo de vida pública na qual, segundo Chatman (1999), o conhecimento geral auxilia no pequeno aprendizado. É uma vida em que certas coisas são implicitamente compreendidas. Se a vida dentro de um mundo pequeno é composta de linguagem e visão padronizadas, a vida vivida em círculo é o processo que possibilita que o significado social aconteça. É a integração de um mundo no qual muitas coisas são fáceis de

¹⁰ Like the clothes one wears, the food one eats, the accent and vocabulary one speaks, so too the things one is informed about and the issues one has views on are all influenced by social location

entender (CHATMAN, 1999).

Para que haja uma vida circular, deve haver algum grau de inteligibilidade. Membros de um pequeno mundo gostam de pensar que está tudo funcionando bem. “Esta é a base de toda vida sensata - extrair do mundo em que habito aquelas coisas que posso compreender prontamente. Quanto mais consigo entender “o óbvio”, mais estou disposto a permitir que novas informações influenciam meu mundo” (CHATMAN, 1999, p. 212, tradução nossa¹¹).

Com o aporte teórico de Salomão (1996), a preocupação de Chatman (1999) se move para além da busca, acesso e uso de informação e inclui a compreensão do comportamento, por meio do qual as pessoas definem seus pequenos mundos e como se movimentam através deles em relação à informação. Ou seja, Chatman (1999) argumenta que o conhecimento universal pode alterar noções anteriormente sustentadas sobre maneiras de lidar com a vida diária se os provedores de conhecimento puderem aumentar a compreensão do tecido social que define a vida das pessoas. Na concepção de Salomão,

a preocupação aqui vai além da informação, buscando incluir toda a gama de comportamento de informação que apoia as pessoas enquanto elas se movem pela vida; como as pessoas definem seus pequenos mundos e seu movimento através deles (SALOMÃO, 1996, p. 4 apud CHATMAN, 1999, p. 212, tradução nossa)¹².

O resultado de compreender a vida em círculo é que a informação é clara o suficiente para dar um significado sensível às coisas.

Uma vida em círculo é aquela vivida dentro de um grau aceitável de aproximação e imprecisão. É uma vida vivida com alta tolerância à ambiguidade. Mas também é vivida em um mundo em que a maioria dos fenômenos são tidos como certos. As ocorrências são vistas como razoáveis e um tanto previsíveis. É um mundo no qual a maioria dos eventos se encaixa na ordem natural das coisas. (CHATMAN, 1999, p. 213, tradução nossa¹³).

Induzidas neste processo estão aquelas pessoas que vivem nesse mundo e que o definem de acordo com os valores dos demais. O que está subentendido nesta discussão é a diferença entre *insiders* (pessoas que fazem parte dessa comunidade) e *outsiders* (pessoas de fora, também denominados de estranhos) com relação aos estudos informacionais.

¹¹ This is the basis of all sensible life - to extract from the world I inhabit those things that I can readily understand. The more I can understand “the obvious,” the more willing I am to allow new information to influence my world.

¹² The concern here goes beyond information, seeking to include the full range of informational behaviors that support people as they move through life; how people define their little worlds and their movement through them.

¹³ A circular life lived with an unacceptable degree of approximation and imprecision. It is a life lived with a high tolerance for ambiguity. But it is also lived in a world where most phenomena are taken for granted. Occurrences are seen as reasonable and somewhat predictable. It is a world in which most events fit into the natural order of things.

2.3.3 O papel dos insiders e outsiders no contexto informacional

Ao introduzir o papel dos *insiders* e dos *outsiders* e o que isso significa à luz do comportamento em informação, Latour (1981 apud CHATMAN, 1996) levanta uma questão básica: É necessário ser um *insider* para compreender as experiências de vida dos outros? Sustentando essa noção, Merton (1972), observa que há uma grande expectativa de que os sociólogos negros estudem os problemas da vida dos negros, assim como há uma grande expectativa de que as mulheres sociólogas estudem os problemas das mulheres. Para Chatman (1996), nenhuma discussão séria sobre *insiders/outsiders* é concluída sem um exame da maior contribuição feita por um argumento central dos estudos de Merton (1972), onde o tema central do debate é a questão do acesso e da aquisição de conhecimento. Dito de outra maneira, *insiders* reivindicam acesso privilegiado para certos tipos de conhecimento. Ou seja, os *insiders* acreditam que somente eles podem realmente compreender o mundo social e informacional de outros *insiders*. “Embora esse conhecimento tenha um escopo estreito, serve para isolar e proteger a visão de mundo dos *insiders* da intervenção dos *outsiders*” (CHATMAN, 1996, p. 195, tradução nossa ¹⁴). Por outro lado, os *outsiders* também reivindicam acesso a novos conhecimentos. No entanto, suas reivindicações repousam sobre suas percepções de que eles têm uma visão de mundo mais cosmopolita e, portanto, de fácil acesso aos seus recursos.

A adesão a essa filosofia contribui para manter informações privilegiadas dos *outsiders*, exceto por meio de grande risco e custo pessoal (MERTON, 1972). Chatman (1996, 1999) se refere aos “*insiders*”, como as pessoas que estão incluídas dentro de um mundo pequeno, ou uma comunidade e, portanto, têm maior compreensão das normas sociais vigentes e as usam para aprimorar seus próprios papéis sociais. Ao fazer isso, eles estabelecem padrões para todos os outros. Uma das principais tarefas dos “*insiders*” é a construção da identidade de uma comunidade. Isso significa que eles têm um domínio sobre as normas e maneiras de julgar o que é importante em comparação com o que é trivial ou mesmo inútil. “Eles são o quadro de referência por excelência para observar e controlar não apenas o comportamento, mas também o fluxo de informações em um mundo social” (CHATMAN, 1999, p. 212, tradução nossa ¹⁵).

A ideia de que as coisas só podem ser compreendidas por outros *insiders* pode explicar por que existem barreiras informacionais entre estes dois mundos. Uma razão, segundo Chatman (1996), pode ser relativa à dúvida que os *insiders* têm em relação à capacidade dos *outsiders*

¹⁴ While this knowledge is narrow in scope, it serves to isolate and protect the insider's worldview from outsider intervention.

¹⁵ They are the quintessential frame of reference for observing and controlling not only behavior but also the flow of information into a social world.

(das pessoas de fora) de entender o mundo deles. “Parece então que, além de uma visão de mundo isolada e pequena, a sensação de que os *outsiders* não podem compreender um mundo diferente do seu leva a uma condição de sigilo e proteção” (CHATMAN, 1996, p. 194, tradução nossa ¹⁶). Consequentemente, é possível assumir que a relevância da informação para um grupo pode ser suspeita quando ela se origina fora do grupo.

Embora haja o risco conceitual de opor *insiders* e *outsiders* por completo, o que Chatman (1996) sugere é que a relação entre eles é de permanente tensão. Os de fora da comunidade, *outsiders*, são excluídos ou rejeitados pelos *insiders* no sentido de protegerem seus pequenos mundos, suas vivências (institucionalizadas dentro do pequeno grupo). Muitas vezes entendem os *outsiders* como invasores, mesmo sabendo serem detentores da informação relevante e do conhecimento útil. Essa dinâmica reforça o que Chatman (1996) pondera como pobreza informacional.

2.3.4 Pobreza em informação

“Um mundo empobrecido de informações é aquele em que uma pessoa não deseja ou é incapaz de resolver uma inquietação ou preocupação crítica” (CHATMAN, 1996, p. 197, tradução nossa ¹⁷). Como as necessidades não estão sendo atendidas, esse mundo da informação está em situação disfuncional. Um fator que contribui para a escassez de informações, de acordo com as análises de Chatman (1996), é a comunidade de *insiders*. Dito de forma mais clara, isso significa que o lugar de cada um dentro de um contexto social é moldado pelas normas de outros *insiders*. Como já discutido anteriormente, o papel de tais normas é definir quais informações são legítimas para buscar e apropriadas para compartilhar.

No seu estudo com idosas vivendo em uma casa de repouso, Chatman (1996, 2000) identificou que elas não estavam envolvidas na busca ou na partilha de informações porque desejavam mostrar uma aparência de normalidade. Em alguns casos, a impressão de bem-estar significava a capacidade de manter certo grau de independência e autonomia, ou revelava seus medos de enfrentar a possibilidade real de expulsão da comunidade de aposentados.

O pressuposto na comunidade de aposentadas era de que as suas moradoras deveriam estar relativamente saudáveis; e aquelas que precisassem dos serviços de enfermagem tinham que partir. Uma vez que as idosas temiam ser destituídas, elas escolheram parecer mais saudáveis

¹⁶ It seems then that, in addition to isolated and small worldview, the feeling that outsiders cannot understand a world different from their own leads to a condition of secrecy protection.

¹⁷ An information-depleted world is one in which a person is unwilling or unable to resolve a critical problem or concern.

do que eram.

Assim sendo, não contavam a ninguém suas preocupações com a saúde, suas incertezas sobre seu futuro, suas incapacidades de lidar com o processo de envelhecimento, ou sobre sensações de isolamento e solidão. Permaneciam em circunstâncias desfavoráveis, sequer contando aos filhos. Uma razão para isso poderia ser vista como dependência. Em outras palavras, as entrevistadas sentiam que se falassem com os filhos sobre as dificuldades, eles poderiam se esquivar e se afastar, diminuindo e até mesmo eliminando o apoio emocional ou financeiro.

As idosas também sabiam que as moradoras que pareciam abandonadas eram ignoradas pelas outras residentes. Por quê? Porque as moradoras não queriam assumir responsabilidades para cuidar umas das outras. Então, mesmo que as mulheres pudessem ter algum ganho a partir do compartilhamento de suas necessidades, após análise das possíveis consequências, elas optaram por não arriscar a compartilhá-las. Os limites deste mundo aparentemente isolado de apoio mútuo e de ajuda, constituído de uma pequena sociedade em que o envelhecimento das mulheres foi impulsionado por comportamentos de autoproteção, num esforço para transparecer normalidade (enganando aos outros e a si mesmas), enquanto suas vidas iam desfalecendo é o que Chatman (1996) denomina de pobreza em informação. Ou seja, pessoas pobres em informação percebem-se desprovidas de quaisquer fontes de informação que poderiam ajudá-las. Em não sendo uma condição isolada, a pobreza de informação é definida pelos comportamentos de autoproteção que são adotados com base nas normas sociais. Nas reflexões de Chatman (1996) é o predomínio de quatro conceitos essenciais que constitui um estilo de vida de pobreza em informação: sigilo, engano, assumir riscos e relevância situacional.

2.3.5 O sigilo e o engano como mecanismos de autoproteção

O propósito do sigilo é a proteção da invasão indesejada de qualquer pessoa, principalmente de um *outsider*. De acordo com Simmel (1950 apud Chatman, 1996), o sigilo é a ocultação da realidade por meios negativos ou positivos. Uma explicação plausível é o desejo que todos nós temos de reivindicar uma dimensão íntima ou privada da vida que é exclusivamente nossa. Luhmann (1989) apud Chatman (1996) também entende o sigilo como um mecanismo que as pessoas utilizam para se proteger contra invasões indesejadas no seu espaço privado.

Dito de outra maneira por Chatman “informação ocultada é compreendida como um mecanismo no qual uma pessoa ou grupo selecionado de pessoas se veem, eles mesmos, como

os insiders finais e únicos” (1996, p. 195, tradução nossa ¹⁸). Ironicamente, as informações sigilosas também incluem o elemento de controle ou tentativa de controlar, complementa Chatman (1996). Fundamentada em autores como Redlinger e Johnston (1980) e Ericson (1989), Chatman (1996) indica que o controle tem uma influência no processo de comunicação. Quanto mais envolvimento e afinidade as pessoas têm umas com as outras, maior será sua necessidade de proteger seu estilo de vida privado. Na vida cotidiana, um segredo pode ser visto como aquele que, se divulgado, acarreta um enorme risco. Nós retemos a informação para preservar nossa autonomia e para nos dar um direcionamento fundamental para nossas vidas pessoais.

O sigilo, portanto, fornece uma visão importante em relação à aquisição e ao uso da informação. O ponto é que, no sigilo, o objetivo é proteger contra o compartilhamento, consequentemente, o indivíduo simplesmente deixa de ser receptivo aos conselhos ou às informações. Decorre disso que a necessidade do sigilo explica porque um paciente não informa ao seu médico sobre o seu verdadeiro estado de saúde. Considerem-se ainda os casos das crianças que sofrem de abuso sexual e das mulheres vítimas de violência doméstica, como apontaram Dutton e Hemphill (1992) apud Chatman (1996).

Esposas que haviam sido agredidas e que frequentavam um grupo de tratamento para mulheres que haviam acabado de sair de um relacionamento abusivo foram objeto de estudo de Dutton e Hemphill (1992). Elas foram solicitadas a relatar a extensão da violência física e do abuso emocional em seu relacionamento. Os autores concluíram que o autoengano parece contribuir para a subnotificação da raiva dessas mulheres. Por isso, segundo Chatman (1996), mesmo em situações em que a informação seria para sua assistência e ajuda, o sigilo garante um certo controle sobre a própria vida. Neste caso, a pessoa com um segredo espera que a informação incompleta possa resolver seu problema. Bok (1983) esclarece a diferença entre sigilo e engano. Ela argumenta que, “enquanto todo engano exige sigilo, nem todo sigilo se destina a enganar” (BOK, 1983, p.7, apud CHATMAN, 1996, p. 196, tradução nossa ¹⁹).

Chatman (1996) argumenta que o engano é uma tentativa deliberada de mascarar a realidade, a qual vai sendo conscientemente distorcida. Isso é um processo destinado a esconder a verdadeira condição fornecendo informações falsas e enganosas. O resultado é a menor possibilidade de recebimento de informações úteis e um comportamento que faz parecer que a

¹⁸ Hidden information is understood as a mechanism in which a person or a selected group of people see themselves as the last and only insider.

¹⁹ while all deceitful requires secrecy, not all secrecy is intended for secrecy, not all secrecy is intended for secrecy, not all secrecy.

informação solicitada é irrelevante.

2.3.6 A disposição para assumir riscos e a relevância situacional

Um componente básico que afeta o comportamento em informação é o de assumir riscos. “Em geral, o objetivo do sigilo e do engano é proteger alguém em risco ou alguém que percebe que revelar informações sobre si mesmo é potencialmente perigoso” (CHATMAN, 1996, p. 196, tradução nossa ²⁰). O objetivo final de ambos os conceitos, portanto, é a autoproteção. Enquanto, segundo Chatman (1996), assumir risco é um termo emprestado da literatura em difusão de inovação, na qual o conceito de vantagem relativa é discutido. Neste contexto, é examinado como um atributo afeta a aceitação ou rejeição de uma inovação. Ou seja, consideramos a aceitação de uma inovação baseada em nossa percepção de saber se vale a pena ou não. Ele não parece merecer consideração se, relacionado ao custo pessoal ou econômico, o resultado seja negativo.

Do mesmo modo, “A decisão de se expor ao risco sobre nossos verdadeiros problemas muitas vezes não é tomada devido a uma percepção de que as consequências negativas superam os benefícios” (CHATMAN, 1996, p. 197, tradução nossa ²¹). É essa noção de custo que torna a aceitação de riscos um conceito atraente para estudos de pobreza de informação. Conforme aplicado aqui, o risco se refere não apenas a se uma ideia é aceita ou não, mas, mais importante, se deveríamos sequer considerar a possibilidade. Assim, no discurso cotidiano, para que as pessoas se beneficiem das informações recebidas de outsiders, é necessário que haja algum aspecto de confiança associado à fonte. Do contrário, porque correríamos o risco de contar aos outros sobre nossa vida privada? Averiguar a verdade de afirmações de outsiders, no entanto, nem sempre é viável, particularmente se o receptor da informação já estiver predisposto ao ceticismo e se a afirmação de conhecimento do outro não estiver prontamente acessível a testes de plausibilidade individual.

Então, o que constitui uma fonte confiável que poderia proporcionar uma situação favorável ao compartilhamento de informações? De acordo com Wilson (1983 apud CHATMAN, 1996) é uma pessoa honesta, cuidadosa com as afirmações, e sem vontade de enganar. Estes atributos encontram evidências convincentes em estudos que incidem sobre os líderes de opinião. Descobertas dos estudos de Chatman (1996), revelaram que líderes de

²⁰ In general, the purpose of secrecy and deception is to protect someone at risk or someone who perceives revealing information about themselves to be potentially dangerous.

²¹ The decision to take the risk of our real issues is often not made due to a perception that the negative consequences outweigh the benefits.

opinião eram procurados por outros entrevistados porque as pessoas confiavam neles. Em nosso estudo acreditamos que para as mulheres vítimas de violência doméstica se beneficiarem de informações recebidas de terceiros (rede de atendimento especializado, movimentos feministas, delegacia da mulher, etc.), seja necessário que haja confiança associada ao processo. Com Chatman (1996, 1999, 2000) vimos que o que parecem ser influências condicionais da pobreza de informação é o desespero dessas mulheres para proteger o real estado de necessidade que estão experimentando. A teoria dessa autora nos mostra que, pode ser que isso se deva à percepção de que é muito caro para elas compartilhar, pois o relacionamento estabelecido entre elas e os *outsiders* não oferecem oportunidades confiáveis, na maioria das vezes.

O conceito de relevância situacional também é fundamental para explicar a necessidade e o uso da informação. A relevância situacional diz respeito à utilidade conferida a determinada informação ou fonte informativa. Uma aplicação de relevância em um contexto diário, portanto, significa que o que será de interesse é aquilo que é útil, plausível e urgente em resposta a alguma preocupação ou problema. Ou seja, a ideia é que coisas que fazem sentido são relevantes, explica Chatman (1996). Mais importante ainda, as fontes de informação devem fazer sentido para uma mulher que está envolvida em alguma situação de violência doméstica.

Uma aplicação de relevância em um contexto de mulheres vítimas de violência doméstica, portanto, significa que o que será de interesse é o que é útil em resposta a suas preocupações ou problemas. Além disso, a compreensão do conceito de relevância fornece uma visão de por que fontes potencialmente úteis podem ser ignoradas: isto é, porque as mulheres que estão sofrendo violências, não veem um valor generalizado nas fontes fornecidas por *outsiders* com a intenção de lhes ajudar ou responder à sua situação. Mesmo se uma fonte for percebida como potencialmente útil, ela não fará muito bem à pessoa se não for legitimada por outros membros do seu pequeno mundo. Revalidamos a ênfase dada por Chatman, sobre a importância de estudar os contextos sociais intervenientes e que tangenciam o comportamento em informação. Não obstante as necessidades e buscas informacionais possam acontecer em nível individual, a teoria da pobreza informacional faz reconhecer que toda atitude em direção à informação e ao conhecimento por parte de populações invisibilizadas, como as mulheres, devem ser vistas como inseridas em uma conjunção de atendimento às normas sociais estabelecidas. O comportamento em informação que designa relevância, e valoriza uma fonte informativa em detrimento de outra, está contido no cenário tensional de *Insiders* versus *Outsiders*.

Por isso é válido analisar o comportamento em informação de mulheres que enfrentam violência doméstica, mulheres que comumente, estão situadas em contextos de mundos

pequenos, informacionalmente empobrecidos, lutando contra barreiras informacionais impostas pela sociedade “outsider”, mas também por suas próprias inabilidades em acessar e se apropriar de informações. Em conclusão, seriam as normas sociais com seus padrões e valores éticos e morais além das regras de conduta estruturalmente masculinas que afetariam os critérios em torno do processo informacional no qual se inserem mulheres vítimas de violência doméstica.

Para combater essa conjuntura de exclusão informacional, as organizações não governamentais, interferem trazendo informações de confiabilidade, fortalecendo não apenas o elo informacional com as mulheres, mas possibilitando mudanças nas posturas sociais e nas relações com as fontes informacionais e o modo pelo qual essas mulheres se apropriam de conhecimentos necessários no combate à violência das quais são vítimas.

3 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A temática da violência pode ser tratada em diferentes âmbitos e aspectos da vida social e privada, afetando disposições coletivas e subjetividades individuais. Constitui-se como um transtorno social enraizado na cultura patriarcal. A violência acontece a partir de conflitos coletivos e privados e disputas por poder e espaço, ocorre em diferentes graus e esferas, atingindo todo e qualquer tipo de pessoa ou classe social. Porém se acrescentarmos às questões de gênero, as mulheres são mais atingidas por esse fenômeno.

A violência de gênero abrange violências doméstica, sexual, psicológica, patrimonial e outras. A Organização das Nações Unidas (ONU) entende a violência contra as mulheres como forma de discriminação e violação aos direitos humanos. Sandenberg (2016) define violência contra mulher:

Atinge mulheres de todas as idades, classes, castas, raças, etnias e orientações sexuais, a violência de gênero é a violência contra a mulher apenas porque ela é mulher, ou a atinge de forma desproporcional. Inclui agressão ou sofrimento físico, mental ou sexual, ameaças, coerção e outros atos que privem as mulheres de liberdade. Embora esse tipo de violência possa ocorrer em qualquer cenário e tendo como agressores, pessoas que não sejam necessariamente próximas ou de conhecimento da vítima, em geral, é no âmbito familiar e doméstico, e principalmente da parte de parceiros ou ex- parceiros conjugais, que as mulheres acabam por vivenciar situações de violência. (SANDENBERG, 2016, p.42).

A violência de gênero atinge distintas conjunturas sociais: saúde, segurança pública, educação, direitos humanos e política. É preciso lidar com o tema e suas implicações em todas essas áreas, já que estamos de frente a um problema que existe como fenômeno estrutural na sociedade. Esse tipo de violência, socialmente engendrada, acontece em decorrência das desigualdades entre homens e mulheres. Durante toda a história os homens buscaram ativamente dominar não apenas os espaços ocupados pelas mulheres, mas sua sabedoria, conhecimento e também seus corpos. Para Minayo (2005),

o masculino é investido significativamente com a posição social (naturalizada) de agente do poder e da violência, havendo, historicamente, uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio de pessoas, das guerras e das conquistas (MINAYO, 2005, p. 24).

O Patriarcado, o androcentrismo²² e a cultura de misoginia em nossa sociedade, são facilitadores das violências sofridas pelas mulheres. Ao olharmos para dados estatísticos sobre essas violências percebemos que as vítimas sofrem em relações de dominação, caracterizadas

²² Androcentrismo diz respeito a uma predisposição estrutural de considerar o masculino como único paradigma de representação coletiva, estando o pensamento e as necessidades masculinas acima de todos os outros.

pela violência de gênero repercutindo em diversas outras formas de opressão. A frequência e suposta naturalidade da forma como e onde ocorrem os episódios de violência são resultados da estrutura social que garante ao homem poder sobre as mulheres. De acordo com Espírito Santo (2008, p. 328) “os problemas enfrentados hoje pelas mulheres, têm raízes históricas e sociais, são vistos como naturais até por elas mesmas e, como tal, difíceis de serem combatidos”. Essa violência é um fato complexo, analisá-la e enfrentá-la requer esforços de identificação e reunião de aspectos culturais e estruturais de nossa sociedade, indo além de levantamentos e análises estatísticas.

Para Scott (1995) as questões de gênero estão intrinsecamente ligadas às relações de poder. Devido a essa ligação, mulheres e homens estariam em posições hierárquicas ou até disposições culturais distintas, uma vez que as convenções sociais, embasadas em princípios biológicos, arbitrariamente colocam a mulher em posição inferior à posição masculina. Scott (1990) indica a arbitrariedade de disposições sociais que preveem a força masculina exercendo o domínio sobre a fragilidade e passividades femininas. É devido esse cenário naturalizado, que se torna difícil e ao mesmo tempo necessário conhecer e combater diversos aspectos da violência de gênero. É preciso o esforço de expressivas parcelas femininas para impulsionar ações de enfrentamento às violações de seus direitos.

A violência de gênero é um conceito ampliado que incorpora como vítimas mulheres adultas, adolescentes, crianças, idosas, mulheres LBGTQIA+, e, como algozes, os homens, na tentativa de exercer domínio físico, psicológico, patrimonial, dentre outros. Já a violência doméstica, se relaciona com atos exercidos por familiares, companheiros ou ex-companheiros que dividem o mesmo espaço doméstico, e podem cometer a violência dentro destes espaços ou fora deles (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 2002). A violência doméstica contra a mulher inclui diversas etapas e nuances, para além de suas tipologias, mas é sempre o ponto máximo de uma trama pessoal e familiar, que culmina em exploração, crueldade, ódio e represálias às distintas formas de liberdade, autonomia e cidadania femininas. Essa violência impacta fortemente a existência feminina, repercutindo em todas suas relações sociais (SANDERBERG; TAVARES; GOMES, 2016). Em uma publicação da Secretaria da Mulher de Pernambuco (2011) ²³ a violência doméstica contra a mulher é dividida nas seguintes tipologias:

Violência Física: Condutas que ofendam ou coloquem em risco a integridade física e saúde

²³ PERNAMBUCO. Secretaria da Mulher. **Das lutas e da lei:** uma contribuição das mulheres à erradicação da violência (2011).

corporal da mulher. O agressor tem a intenção de causar danos físicos por meio do uso da força física, ou utiliza-se de algum objeto ou instrumento, que podem provocar lesões ou não. Esse tipo de violência se traduz em: empurrões, pontapés, tapas, murros, espancamentos, cortes, chicotadas, puxões de cabelo, arranhões, mordidas, beliscões, chutes, queimaduras, roupas rasgadas, afogamentos, envenenamento, estrangulamento e lesões com armas de fogo, branca ou objetos perfuro cortantes.

Violência Psicológica: Toda conduta que cause prejuízo à saúde psicológica da mulher, acarretando danos emocionais, constitui-se em: xingamentos, constrangimento, privação de liberdade como o impedimento de trabalhar, estudar, visitar parentes, sair com amigos, cuidar da aparência pessoal, confinamento doméstico, chantagem e manipulação afetiva.

Violência Patrimonial: Se caracteriza por qualquer conduta de retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos da mulher como documentos, instrumentos de trabalho, bens, valores e direitos ou recursos econômicos. Também se configura em violência patrimonial a destruição de utensílios domésticos e o não suprimento de necessidades básicas do lar, além da apropriação indevida de rendimentos, salários, pensões e outros bens.

Violência Sexual: Se constitui em violência sexual para além do estupro e do abuso sexual, atos ou tentativas de relações sexuais sob ameaça ou uso de força física. Qualquer conduta que constranja ou intimide a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada. Impedir a mulher de utilizar algum método contraceptivo também se configura em violência sexual.

Violência Moral: Qualquer conduta que seja caracterizada como calúnia, injúria e difamação.

São vastas as consequências e dimensões da violência para a saúde e o bem-estar social e psicológico das mulheres. Principalmente por que a violência doméstica envolve relações pessoais e íntimas, conectadas a contextos afetivos familiares. Conforme Morais e Rodrigues:

Precisa-se entender que a violência doméstica acontece dentro de um ciclo e acaba estabelecendo um tipo de vínculo especial entre o agressor e a vítima. A primeira relação que se estabelece é de confiança. O companheiro ou marido traz para ela aspectos positivos e ela projeta nessa pessoa, perspectivas de vida e relacionamento de longo prazo com ele. Constata-se que a primeira violência nunca acontece no primeiro dia, no primeiro encontro. A primeira agressão rompe uma relação de confiança, atingindo uma relação que era satisfatória. Muitas mulheres chegam a se perguntar: O que fizeram de errado? (2016, p.93).

A violência doméstica obedece a padrões repetitivos. A psicóloga americana Lenore Walker denominou esses padrões de “ciclo da violência doméstica”, o qual se divide em três fases

distintas, complementares e estritamente ordenadas/encadeadas, como se lê na Figura 2 (MORAIS ; RODRIGUES, 2016).

A 1ª fase é chamada de “Aumento da Tensão”, “Criação da Tensão” ou “Fase de Tensão”, onde o agressor manifesta irritação e agressividade como resposta a atitudes e comportamentos de sua companheira, com acessos de fúria e raiva, faz ameaças buscando a intimidação da mulher. A 2ª Fase é o “Ataque Violento”, “Ato de Violência” ou “Fase de Explosão”, isto é, quando após a perda total de controle, o agressor concretiza a agressão contra a companheira. Como já visto, esse ataque tem diversas tipologias, que podem se juntar, interseccionando variadas agressões contra a mulher. Por fim temos a 3ª Fase, intitulada como “Lua de Mel” ou “Arrependimento e Promessas”, que é o momento onde o homem mostra-se arrependido, se compromete em não mais repetir as violências e a modificar suas atitudes. Em geral permanece por algum tempo atencioso e carinhoso, dificultando assim o rompimento do vínculo por parte da mulher (MANSUIDO, 2020).

É perceptível que a violência doméstica contra as mulheres se manifesta sempre num ciclo, e a naturalidade com a qual é encarada, por diversas vezes, torna-se difícil e complexo, para a mulher romper com o relacionamento afetivo. Esse ciclo é o retrato do arranjo social que sustenta o poder atribuído aos homens. E em relação à invisibilidade e normalização da violência de gênero, pode se dizer que ela ocorre em nome do silenciamento e naturalização, e inviabiliza a ruptura das mulheres com tais situações. De modo geral, as vítimas silenciam seus sofrimentos, seja por medo, seja por desconhecimento de seus direitos ou falta de acesso à informação que as encoraje a quebrar o ciclo violento. Assim a violência se estrutura nas relações assimétricas entre homens e mulheres, os homens sempre com aceitabilidade social para agredir física, moral, sexual, social, patrimonial e psicologicamente as mulheres, ao passo que as mulheres encontram dificuldade e resistências familiares, culturais, informacionais e econômicas para dar fim aos seus sofrimentos.

Figura 2 — Ciclo da violência doméstica contra a mulher



Fonte: Secretaria do Desenvolvimento Social

Fonte: SÃO JOAQUIM. Prefeitura Municipal. **Agosto Lilás**, 2019.

Nesse sentido, as organizações não governamentais feministas, podem contribuir, em auxílio às demandas femininas por legislação e políticas públicas que de alguma forma coíbam e também conscientizem homens e mulheres em relação ao fenômeno da violência de gênero.

As ONGs feministas contribuem para a transformação da esfera pública quando colocam em pauta três assuntos vinculados entre si, na vida privada, independentemente da classe social e das discussões políticas. São eles: a questão da violência doméstica e sua denúncia, cometidas por cônjuges, pais, patrões, irmãos, namorados e amantes; a paternidade responsável e o direito à concepção [...]. Estas questões revelam as injustiças sociais cometidas às mulheres, em regimes democráticos (BORSARI; CASSAB, 2010, p.56).

Para Barsted (2016), os movimentos sociais dão a necessária visibilidade às distintas formas de violências contra as mulheres, empenhando pautas políticas que foram e são decisivas na conquista de direitos específicos. As feministas lutaram pela igualdade e equidade de gênero, e para além de avanços legislativos, exigiram políticas de Estado eficazes, com capacidade de superar a violência contra as mulheres, presentes nas práticas, nas mentalidades e nos costumes

da sociedade.

No Brasil, a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, intitulada de Lei Maria da Penha, veio ao encontro dos anseios feministas pelo reconhecimento e criminalização dos crimes sofridos pelas mulheres, apenas por serem mulheres. A sanção dessa legislação deveu-se à grande pressão, feita pela Comissão Internacional de Direitos Humanos, que no ano de 2001 reconheceu a denúncia apresentada pela cearense e farmacêutica Maria da Penha. Em 1983 Maria da Penha sofreu dupla tentativa de homicídio cometida por seu ex-companheiro, que a deixou paraplégica, e desde então lutou pela punição severa do réu. Pressionando o país a cumprir os preceitos constantes na Constituição Federal, acerca da proteção à vida e à pessoa humana, bem como termos de compromisso assinados com entidades como CEJIL (Centro pela Justiça e o Direito Internacional), do CLADEM (Comitê Latino Americano e do Caribe para a defesa dos direitos da mulher), a Organização dos Estados Americanos (OEA), responsabilizou o país por omissão e negligência no que diz respeito à violência doméstica, utilizando como base o relato de Maria da Penha. A OEA recomendou que o país tomasse medidas para a criação de políticas públicas que coibissem as agressões no âmbito doméstico em desfavor das mulheres (VICENTIM, 2011).

Fica claro que as violências sofridas pelas mulheres implicam na estruturação de uma rede de apoio, que surge como reivindicação feminista para que o estado responda legal e oficialmente, contra essa violação, que resulta em fragilização dos vínculos familiares e emocionais, impossibilitando uma vida plena e retirando das mulheres dignidade, autonomia e cidadania.

A lei Maria da Penha também representou grande avanço em relação à responsabilização do estado em manter um aparelhamento público em auxílio das mulheres vítimas de violência, como os centros de atendimento integral e multidisciplinar, casas-abrigo para mulheres e filhos menores em risco iminente de feminicídio, delegacias especializadas da mulher, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal, especializados no atendimento feminino. além de campanhas oficiais de conscientização popular contra a violência doméstica e os centros de educação e reabilitação para agressores de mulheres (BRASIL, 2006).

Num recorte temporal ilustrativo, no Brasil, durante a pandemia mundial da COVID/19, os números relativos ao fenômeno da violência doméstica, triplicaram durante os meses de março a dezembro de 2020. Catorze estados brasileiros apontaram aumento no número de feminicídios, juntos, eles tiveram um aumento de 20% em comparação com o mesmo período de 2019. Casos de violência doméstica aumentaram em 50% durante a pandemia. Cerca de

1.005 mulheres morreram pelo simples fato de serem mulheres durante os meses mais críticos da pandemia em 2020. Isso quer dizer que, por dia, pelo menos três mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil, no auge das rotinas pandêmicas (UM VÍRUS, 2020).

Todos esses dados dizem respeito aos diversos tipos de violência das quais as mulheres são alvo. O cenário é quase sempre o mesmo: o âmbito familiar. O caráter cotidiano dessas violências tem potencial para ocultar sua evidência e descriminalizá-las no imaginário social. Bunch (1991) apud Barsted (2016, p. 17) ressalta que essas violências têm também “conotação política na medida em que são resultado de relações de poder, de dominação e de privilégio estabelecidas na sociedade em detrimento das mulheres”. A violência serviria assim como ferramenta crucial na manutenção do poder masculino.

Para desestruturar a centralidade social da figura masculina é necessária a resignificação dos papéis de homens e mulheres em nossa cultura, para produzir relações igualitárias. Nesse ponto, o acesso à informação de qualidade de forma democrática é crucial. No entanto, o que temos são cenários, onde, excluídas de importantes esferas sociais, as mulheres têm acesso limitado e controlado a informações. Logo, a exclusão informacional potencializada pela normalizada exclusão social empurra as mulheres para vivenciarem os riscos e efeitos dos diversos tipos e níveis de violência no âmbito doméstico e familiar, que vão gradativamente, arrancando delas a iniciativa de enfrentar seus sofrimentos, de denunciar e romper com os ciclos violentos, enfrentando a limitação de informações e conhecimento necessários a uma existência socialmente plena.

3.1 O MOVIMENTO FEMINISTA E SUAS ONG's

Ao longo de toda história humana, regularmente, as mulheres têm exercido papéis sociais de subalternização, e apenas quando se levantam para resgatar sua participação na história oficial, é que começam a ter visibilidade suas reivindicações. Ao longo do tempo, conforme lutaram e adquiriram direitos, foi sendo descoberta a dinâmica social perversa, centrada nos homens. Os avanços femininos, ainda esbarram em imposições culturais criadas e mantidas por homens (LERNER, 2019). Para Tosi (1998) diante da realidade aterradora vivenciada pelas mulheres, o feminismo surge como instrumento de luta. Silva (2019, p. 12), define o feminismo:

[...] um movimento político que reivindica a libertação da mulher de todos os padrões e expectativas comportamentais baseadas na discriminação de gênero. O feminismo tem a própria historicidade que articula a luta, militância e fundamentação teórica.

Embora seja difícil uma conceituação precisa do feminismo, por este possuir raízes

profundas no passado e ainda assim ser cotidianamente reconstruído, podemos afirmar com Alves e Pitanguy (1981) que ele é um movimento que vai além de tratar das relações de poder entre os sexos “o feminismo rompe com os modelos políticos tradicionais, que atribuem uma neutralidade ao espaço individual e que definem como política unicamente a esfera pública” (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 8).

De acordo com Pinto (2010), o feminismo tem suas raízes mais densas no final do século XIX, no Reino Unido, quando, sob um clima de ideologia democrática, as mulheres reivindicavam igualdade de direitos sociais, exigiam acesso à educação regular e direito ao voto. Essas mulheres, que ficaram conhecidas como *Sufragistas*, conquistaram seus direitos políticos, no Reino Unido, em 1918. No Brasil, as sufragistas ganharam direito ao voto em 1932 e seguiram dando notoriedade a outras pautas reivindicatórias. Sobre essa fase, didaticamente nomeada de “*Primeira Onda*”, Pinto (2010) ressalta que não apenas no Brasil mas também no Reino Unido e Estados Unidos, as primeiras mulheres, que iam a público lutar por seus direitos, eram mulheres da classe média, brancas, com bom grau de instrução e por isso, criticadas por mulheres das classes populares, que as acusavam de negligenciar as questões como direito à moradia, emprego, saúde e educação (ALVES; PITANGUY, 1988; PINTO, 2010).

Com a publicação em 1950, de “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir, temos a “*Segunda onda*” do feminismo, nessa obra, Beauvoir desafia: “ideias relacionadas à mulher que até então não tinham sido questionadas de maneira ampla, quebra tabus rígidos, e por isso foi duramente criticada” (SILVA, 2019, p.15). A autora argumenta que a condição de inferioridade, fragilidade e passividade femininas, não é biologicamente natural ou ditada pelos deuses e sim socialmente construída, por uma estrutura onde os homens determinavam como as mulheres deveriam ser, conforme seus interesses. O que o feminismo nesse momento busca, é compreender a origem das condições de opressão femininas. Assim, ganha força a convicção de que as mulheres são exploradas sob diversas formas em razão de seu sexo e funções reprodutivas, sendo o patriarcado ²⁴, o sistema responsável por executar e tornar natural a opressão, fragilização e silenciamento femininos, para isso se utilizando de ferramentas, como

²⁴ Dentro da teoria feminista o termo patriarcado refere-se a contextos sociais e políticos onde os homens estariam no centro do poder. Refere-se a um sistema que organiza as relações em sociedade, nos âmbitos político, econômico e até simbólico. A base estrutural é o homem exercendo seu poder, autoridade moral e controle dos valores e sentidos éticos e sociais. O patriarcado tem relações sociais extremamente hierarquizadas e o centro do poder é masculino. Guardadas as proporções, se antes as famílias e sociedades eram comandadas por seus patriarcas ou figuras patriarcais, hoje vemos uma sociedade capitalista moderna que aparentemente é construída por relações mais horizontais entre homens e mulheres, mas numa análise vertical (vertical no sentido de profundidade) verificamos, que a maior parte do centro de comando social atual, perpassa pelo controle masculino (LERNER, 2019).

o gênero.²⁵

No século XX, o movimento inicia, sua “*Terceira onda*” que se estrutura no reconhecimento e validação da diversidade de identidades femininas, respeitando a singularidade e a vivência de cada mulher, para exercer sua cidadania em todos os contextos de sua vida. Assim são validados os segmentos que interseccionam com mulheres bem diferentes das sufragistas do início. Os pleitos do feminismo negro, do feminismo popular, das trabalhadoras rurais, o LGBTQIA+, o transfeminismo e outros grupos com questões específicas como as de mulheres em situação de prostituição, chefes de família, idosas e mulheres deficientes, se alinham às demandas comuns à todas, reconhecendo que são as diferenças que norteiam as distintas gradações de discriminação e exclusão social feminina (SILVA, 2019, p. 23).

Muito se debate sobre o acontecimento de uma quarta onda do feminismo, com a introdução em massa das TIC’s (Tecnologias da Informação e Comunicação), pois o movimento estaria vivenciando uma maior e mais democrática propagação de suas ideias, em resposta às necessidades femininas. A maior parte das movimentações feministas no mundo virtual tem sido relacionada ao combate à misoginia, sexismo, desigualdades econômicas, e principalmente a violência de gênero. A quarta onda do feminismo é intrinsecamente ligada às demandas das pessoas das regiões periféricas do ocidente, aquelas pessoas que nunca antes – ou muitíssimo mal – tiveram espaço para se manifestarem e serem ouvidas, mas na internet encontraram esse espaço. É o caso das mulheres dos países da América Latina. Na internet, essas mulheres encontraram oportunidade para articular a própria luta contra a violência de gênero (SILVA, 2019, p. 31).

Os movimentos sociais como associações e união de pessoas, de forma livre e democrática, possuem uma variedade de atuações e propostas, incentivando melhorias, em benefício de populações menos favorecidas econômica e socialmente, minorias étnico-raciais e populações propositalmente invisibilizadas. Gohn (2000)²⁶ pontua que esses movimentos são ações sociais

²⁵ Para Scott (1990) o conceito de gênero refere-se a ideia de oposição à existência do determinismo biológico/natural nas relações entre os sexos, levando a discussão para o campo social, que determinaria e estruturaria as relações entre os sexos. De acordo com os estudos sobre gênero, homens e mulheres só podem ser definidos em termos recíprocos e não se pode compreender qualquer um dos sexos, por estudos inteiramente separados. A grosso modo, os estudos sobre gênero vão se ampliando, elevando o conceito gênero à uma categoria analítica, largamente utilizada nas ciências sociais, e atualmente em outras áreas acadêmicas, que buscam considerar as influências contextuais das relações entre homens e mulheres.

²⁶ Em relação aos movimentos sociais brasileiros, Gohn esclarece que em sua maioria eles são de cunho popular e urbano, em particular os que se vinculam “às práticas da Igreja Católica, na ala articulada à

coletivas, de caráter sociopolítico e cultural, que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas. Ainda segundo Gohn (2000), para a existência de um movimento social exigem-se três características estruturais.

I. Os movimentos sociais seriam forças coletivas que ordenadas, concentram pessoas em torno de objetivos comuns;

II. Esses movimentos ocorrem de forma independente à institucionalização, mediante intervenções coletivas de reivindicação e resistência contínuas e sequenciais;

III. A existência de todo e qualquer movimento social é, antes de tudo, política.

Sobre o papel político dos movimentos sociais Gohn (2005), afirma:

A força política de um movimento, ou grupo, é dada pelo projeto político que ele constrói, pelos valores que o sustentam, pelo impacto que suas ações provocam na sociedade civil e política, pelos desafios que enfrenta e a forma como faz isso; pelos resultados que obtém com suas ações: resultados qualitativos que se traduzem em reações nos sujeitos sociopolíticos [...] resultados quantitativos dados pelos números de conquistas e de derrotas que se obtém na trajetória das ações (GOHN, 2005, p. 4).

Assim as ideias feministas vão sendo propagadas para a sociedade brasileira. A aproximação com sindicatos e partidos políticos, de modo mais formal, além do reconhecimento, por parte do estado, das pautas feministas, são um convite para a formalização. Movimentos sociais independentes, como clubes de mães, grupos de operárias e sindicatos de professoras, se formalizam em conselhos públicos alojados no aparato estatal e em organizações não governamentais (ongs). Essas organizações assumem o papel de articuladoras de distintos movimentos de mulheres, além de atuarem na captação orçamentária, agindo como membro articulador e executivo de projetos sociais (MONTAÑO, 2002).

As ONGs, ou como intituladas atualmente, Organizações da Sociedade Civil (OSC)²⁷, pertencem ao grupo de entidades que fazem parte do chamado terceiro setor, regulamentadas e previstas, dentre outras, pelas Leis Federais nº 9.637 de 1998, nº 9.790 de 1999 e Decreto Legislativo nº 3.100 de 1999. Elas legitimam recursos físicos, humanos, orçamentários, pedagógicos, assistenciais e ideológicos dos movimentos sociais. Concebem um fluxo de cooperação e articulação de iniciativas de bem-estar à sociedade civil, formam redes alternativas às práticas corporativas e fechadas em si mesmas, não têm a filantropia como centro

Teologia da Libertação” (2000, p. 281). O que diferencia estes movimentos sociais de seus antecessores (associações de bairro e sociedades de amigos) é a forma de organizar a comunidade local, se estruturando sobretudo na autonomia.

²⁷ Desde meados de 2005 o que se conhece por Organização não governamental, passou a ser chamado de Organizações da Sociedade Civil (OSC), contudo, em nossa pesquisa permaneceremos utilizando o termo ONG.

de sua existência, mas servem às necessidades populares; os conhecimentos que circulam nas ongs não são acadêmicos, mas atividades educativas são suas munições para intervenção social. outro fato, sobre as primeiras ongs brasileiras, é que elas foram empreendidas como legado de toda uma geração de intelectuais e ativistas, que haviam lutado contra a ditadura militar, muitas, até, vivenciando o exílio (RAMOS, 2004).

Os projetos de escopo limitado das ongs destacam métodos de comunicação e ação mais diretos, que propiciam a troca e apropriação de experiências individuais e coletivas. Outro benefício das atuações segmentadas dessas entidades é a rápida assimilação e adaptação a conjunturas políticas e estruturais, que possibilitam aos movimentos feministas a institucionalização e a articulação junto ao poder público e a fundos financiadores e a arregimentação de mulheres, que na vivência de suas diversas exclusões desconhecem seus direitos e potencialidades. O enfrentamento a violência doméstica, a luta por direitos reprodutivos totais, o combate ao tráfico de mulheres, a disponibilização de cursos e oficinas que proporcionem emprego e renda, são exemplos de ações reivindicadas pelos movimentos sociais femininos e postos em práticas pelas ongs.

3.2 O CENTRO DAS MULHERES DO CABO

O Centro das Mulheres do Cabo é uma organização feminista, fundada em 1984 e constituída como entidade sem fins econômicos, organizada como associação de mulheres, que tem como missão construir a igualdade de gênero e raça, e afirmar os direitos humanos das mulheres na perspectiva feminista. Historicamente, o CMC atuou em defesa dos direitos humanos, da democracia e justiça social, adotando a comunicação como um direito humano, como uma estratégia para o empoderamento das mulheres e sua efetiva cidadania, colocando a mulher na posição protagonista em suas relações sociais. Sobre a história da entidade, a atual coordenadora, Nivete Azevedo, relata que:

“O Centro teve início a partir da articulação de mulheres que lutavam por direitos básicos, a primeira reivindicação foi pelo abastecimento de água, no Distrito de Ponte dos Carvalhos, na cidade do Cabo de Santo Agostinho. As mulheres foram lideradas por Efigênia, uma das fundadoras da ong, mulher que já era engajada nas causas feministas. Efigênia despertou nas mulheres daquela comunidade o incômodo com os cenários hostis e também estimulou as mulheres a pensar na necessidade de mobilização, de estarem juntas, se fortalecendo.

Em relação a educação não haviam creches, em relação a saúde não haviam postos de saúde comunitários. E então a luta foi se estruturando, primeiramente no formato de uma

Associação de Mulheres Populares, lutando pela saúde da mulher, pelas creches para as crianças, para que as mulheres pudessem trabalhar fazerem suas “virações”, “fazer faxina”, pois as crianças não tinham com quem ficar, as mulheres então construíram o que seria a primeira creche da cidade do Cabo de Santo Agostinho no bairro da Charnequinha, que existe até hoje”.

A saúde e a educação eram assim as maiores preocupações, e através dessas duas áreas de atuação as mulheres foram sendo atraídas. Ao institucionalizar o movimento feminista na cidade do Cabo de Santo Agostinho, a ong assume o desafio de ampliação e aprofundamento democráticos, a consolidação da criação de um espaço próprio, organizado pelas mulheres para outras mulheres. Wright (1996) revela que nos primeiros anos da fundação do CMC, houve a reunião das militantes de diversos partidos, mulheres que participavam de associações de bairro e clubes de mães. “E ainda se associaram ao Centro, mulheres sem qualquer outro espaço de participação, atraídas pelas perspectivas de satisfazer suas necessidades de gênero, além das mulheres que fizeram da ong um espaço de formação e exercício profissional” (WRIGHT, 1996, p.72).

Ser um local de agrupamento participativo para mulheres que até então estavam restritas ao ambiente familiar, à conjuntura do privado, pode ser apontado como a maior contribuição social da entidade. O CMC é uma organização que produz conhecimentos aplicados a partir da realização de diagnósticos, pesquisas e avaliações, produzindo e divulgando relatórios e publicações com o conteúdo dessas iniciativas também desenvolve, de forma participativa, soluções em tecnologias sociais, metodologias e técnicas voltadas à transformação social.

As ações da ong visam o atendimento às necessidades práticas das mulheres, como seu bem-estar pessoal, afetivo-emocional e político-econômico, sempre com vistas a modificar a posição passiva e subalterna da mulher. Para tanto, o critério principal das atividades e ações desenvolvidas é aliar discussão crítica a aprendizados práticos, levando sempre em consideração que as mulheres necessitam, para além da modificação de seus papéis sociais, terem problemas e lacunas informacionais resolvidos, como falta de emprego, problemas de saúde da mulher e da família e o combate aos diversos tipos de violência e exploração que enfrentam.

O CMC atua como mediador, propagador e catalisador de informações que dizem respeito às mulheres, além de ser um referencial histórico e de memória do movimento feminista em toda a região conhecida como Território de Suape. Uma das principais atividades desenvolvidas, são as campanhas de enfrentamento a violência contra a mulher, seja de forma física ou em plataformas digitais e redes sociais, a ong leva ao conhecimento das mulheres

diversos temas e aspectos sobre o tema.

Atualmente, o CMC não faz atendimentos diretos às mulheres vítimas de violência doméstica, devido à existência dos centros de referência e das delegacias especializadas, previstas na Lei Maria da Penha. Mas, segundo a coordenadora da entidade, ainda há uma demanda livre e espontânea de mulheres que buscam alguma orientação e ajuda na entidade a respeito da violência doméstica. A inserção da ong em ações e atividades nas localidades menos favorecidas da cidade, cria e fortalece no imaginário de muitas mulheres, que o CMC é um lugar onde elas podem buscar ajuda, sendo um local seguro e confiável, para a exposição sobre as violências sofridas por elas.

As atividades realizadas pelo CMC atendem um número aproximado de 500 mulheres a cada ano, e vão ao encontro do fortalecimento feminino a partir de informações e formação sobre direitos, violência de gênero, empoderamento feminino, autoconhecimento e autocuidado. São promovidas oficinas terapêuticas sobre gênero e identidade racial, cursos sobre o feminismo, rodas de diálogo, grupos de terapia comunitária, rodas de cuidados e formação e qualificação para geração de renda. Para possibilitar essas experiências às mulheres, são firmadas parcerias mediante a submissão de projetos a editais de organizações nacionais e internacionais, alinhadas com os princípios feministas. Entre os principais parceiros estão: Actionaid Brasil, Fundação OAK Suíça, Oxfam Brasil, Fundação Malala, Instituto L’Oreal Paris, Embaixada Australiana, Unicef, Freedom Fund Inglaterra e Secretaria Estadual da Mulher, através de emendas parlamentares.

A ong conta com 16 (dezesseis) funcionárias, dentre elas a coordenação geral, a coordenação administrativa-financeira, a gerente administrativa, a gerente financeira, educadoras sociais, jornalista e comunicadoras comunitárias, estas últimas responsáveis pelas ações descentralizadas. O CMC participa do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, do Conselho Municipal de Educação e Conselho Municipal do Fundeb, todos do Cabo de Santo Agostinho. O Centro também é fundador e coordenador do Comitê de Monitoramento da Violência e do Femicídio no Território Estratégico de Suape e na Mata Sul de Pernambuco sendo ainda membro diretor da Associação Brasileira de ongs (ABONG).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No intuito de explorar a seleção de elementos pertinentes para a efetividade e proficiência deste estudo e considerando tais procedimentos determinantes para o êxito da pesquisa, nesta seção são apresentados os procedimentos metodológicos que foram utilizados. Os procedimentos são orientações sobre o uso de métodos e técnicas que direcionaram a busca das respostas relativas ao problema e aos objetivos da pesquisa. De acordo com Rodrigues (2006) os procedimentos metodológicos estão relacionados com o delineamento do modo como deverá se proceder à pesquisa.

4.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

A pesquisa é o pilar fundamental do conhecimento científico, sendo a ciência a força hegemônica para construir e compreender a realidade, a partir da capacidade do pesquisador de fazer perguntas e buscar respostas. Seja para problemas vitais relacionados ao ser humano como a pobreza e a fome, seja para responder a perguntas que dizem respeito à construção da sociedade, como a violência e a segregação de minorias (MINAYO, DESLANDES, GOMES, 2013).

As pesquisas científicas se dirigem à resolução de problemas de forma pragmática. Na área das ciências sociais não é diferente. A pesquisa social deve sempre buscar a solução coletiva de problemas práticos, arraigados nas estruturas, nas relações e nos próprios atores sociais. Para Richardson (1999, p. 17), grande parte das pesquisas sociais não almeja formular teorias ou testá-las, os estudos querem encontrar a resposta para determinados problemas, ou descrever fenômenos de forma a entendê-los e sugerir melhorias.

Mills (2009) defende que as investigações de cunho social desenvolvem em seus pesquisadores o que ele denomina de “imaginação sociológica”, que é a forma através da qual o cientista e pesquisador social inovam em suas pesquisas, passando de um enfoque a outro de forma criativa e produtiva, modificando sua própria visão sobre determinado problema durante a elaboração das pesquisas, transfigurando também o próprio objeto de estudo. Ele alerta ainda para a relevância de uma ciência comprometida com o contexto social ao qual se atrela e também que seja resolutiva no sentido de criar soluções inovadoras.

Neste estudo, a ênfase da abordagem social é entender como se caracteriza o comportamento em informação das mulheres vítimas de violência doméstica, no contexto de suas relações com a família e com a comunidade, e como apropriam-se das informações para

se reposicionarem na vida e na sociedade.

Por buscar apontar aspectos do comportamento em informação de mulheres, essa investigação é descritiva, que “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno” (GIL, 2010, p. 42). A descrição e a caracterização do comportamento em informação das mulheres foram fundamentadas nos conceitos definidos por Chatman (1996, 1999, 2000). Como estudo descritivo, foi detalhado o objeto investigado enfatizando aspectos informacionais relevantes, que possibilitaram alargar a compreensão sobre a área dos estudos dos usuários, mais especificamente do comportamento em informação em contextos socioculturais diversificados.

A investigação descritiva, aqui utilizada também incluiu uma abordagem complexa que explora vertentes qualitativas possibilitando perspectivas mais completas sobre o objeto de estudo,

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2013, p.21).

O comportamento em informação das mulheres, na abordagem qualitativa, aborda fatores do contexto delas em seu cotidiano e na relação delas com o CMC.

4.2 COLETA DOS DADOS

Sobre as fontes utilizadas para o estudo, no primeiro momento lançou-se mão da pesquisa de caráter bibliográfico, que segundo Gil (2010, p. 44) “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Nesta etapa foi realizado um apanhado teórico sobre o comportamento em informação, aprofundando-se também nos conceitos defendidos por Chatman (1996, 1999, 2000). Também está presente o debate sobre os movimentos e ongs feministas e sobre a violência doméstica contra a mulher.

Ainda em relação às fontes, recorreu-se à pesquisa documental que difere da bibliográfica por sua natureza: a pesquisa documental prevê a análise de materiais, e documentos que não receberam tratamento ou organização analítica (GIL, 2010).

Os dados foram coletados mediante três procedimentos específicos: análise documental, entrevistas semiestruturadas com profissionais e gestoras do CMC e, por último, com as

mulheres vítimas de violência doméstica e atendidas pela entidade.

4.2.1 Análise documental

Foram analisados os documentos como folders, cartilhas, panfletos e outros tipos de materiais informativos, utilizados pelo CMC para divulgação de suas atividades e também seus resultados (Quadro 2). Devido ao contexto da pandemia mundial de COVID-19, toda a pesquisa documental foi feita de forma eletrônica, utilizando as redes sociais da entidade além de sua página oficial na internet, com a finalidade de conhecer mais profundamente o CMC e as atividades promovidas, enfatizando as ações que possibilitam às mulheres buscar, acessar e se apropriar de informações sobre a Violência Doméstica Contra a Mulher. Assim, foram identificados os seguintes documentos descritos no Quadro 2, que promovem ou são resultados das atividades do CMC com as mulheres.

Quadro 2 — Relação dos documentos analisados

TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	ANO
Folder da Exposição Fotográfica: “Todas por uma vida sem violência”.	Divulgação de exposição fotográfica, com mulheres feministas que atuam no combate à violência contra a mulher.	2018
12 anos da Lei Maria da Penha. Vídeo gravado ao vivo no Programa do CMC na Rádio Comunitária Calheta FM e disponibilizado na plataforma Facebook.	Entrevista com a Delegada da Mulher da cidade do Cabo de Santo Agostinho, Dr. Ângela Patrícia, sobre os 12 anos de promulgação e importância da Lei Maria da Penha.	2018
Folder comemorativo aos 12 anos da Lei Maria da Penha.	Elucida os tipos de violência contra a mulher e como se defender e buscar os meios legais, ação faz parte das atividades do Comitê de Monitoramento da Violência e do Feminicídio no Território Estratégico de Suape (COMFEM).	2018
Folder Dia Internacional de Combate à Violência Contra as Mulheres.	Explica a institucionalização e motivos para escolha da data, traz dados atuais sobre diversos tipos de violência contra as mulheres além de defender a importância de que toda a sociedade se engaje contra a permanência do cenário misógino e patriarcal.	2018

Folder sobre Interferência da política armamentista nacional no quadro de feminicídios.	Traz dados estatísticos que alertam para o fato de que não apenas as mulheres são vítimas do armamentismo social ilegal, mas também membros da família, como filhos e parentes, os quais residam no mesmo local que o agressor.	2019
Primeira mulher a usufruir da Lei Maria da Penha no Brasil: Cileide Cristina.	Traz a história de Cileide Cristina da Silva, residente no Cabo de Santo Agostinho e considerada a primeira mulher no Brasil a usufruir da Lei Maria da Penha. Explica a importância da legislação para a erradicação da violência doméstica no Brasil.	2019
Seminário com depoimentos de mulheres que superaram a violência doméstica.	Organizado pelo COMFEM, o seminário deu voz às mulheres que superaram históricos de violência doméstica, visando encorajar outras mulheres a denunciarem e quebrarem o ciclo de agressões.	2019
Ação “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher”.	Divulgação da ação, que é dividida em caminhadas nas cidades do Território Suape, além de eventos em igrejas, escolas, academias de ginástica, feiras livres e grupos de mães e idosas, as ações integram a agenda da campanha buscando maior visibilidade e adesão social para o combate à violência contra a mulher.	2019
Pandemia do novo coronavírus e o enfrentamento da violência contra as mulheres.	Divulgação de folder elaborado pelo Governo do Estado, que orienta as mulheres em relação a casos de violência doméstica no contexto da pandemia do Coronavírus. Traz telefones dos órgãos públicos ligados a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência.	2020
Pandemia e violência Contra mulheres negras.	Apresenta especificidades do cenário pandêmico em relação à violência doméstica, especificamente na vida de mulheres negras.	2020
Políticas de gênero e os desafios da violência contra a mulher.	O programa Rádio Mulher do CMC traz como tema “As políticas de gênero e os desafios da violência contra a mulher”, falando de legislações que combatem a violência doméstica, da institucionalização da rede de apoio a mulheres que sofrem agressões, além de formas de combater esse tipo de violência.	2021
Encontro de Mulheres em celebração aos 15 anos da Lei Maria da Penha	Debate aberto sobre violência doméstica, visibilidade social da legislação que combate esse tipo de violência e da importância da denúncia por parte das mulheres contra seus agressores.	2021

Episódio do Podcast “Cantos do Sabiá” em comemoração aos 15 anos da Lei Maria da Penha.	O podcast semanal abre espaço para que o CMC fale sobre o Aniversário da Lei Maria da Penha e o Combate à Violência contra a Mulher. Relaciona ainda, o aumento expressivo de casos de violência doméstica e feminicídio durante a pandemia de coronavírus.	2021
---	---	------

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2022).

A análise documental se constituiu em etapa fundamental da pesquisa por identificar quais os formatos, público-alvo e recursos utilizados nas atividades promovidas pelo CMC. E, posteriormente, descobriu-se que, embora, haja o movimento espontâneo de ida até a ong em busca de informações e orientação a respeito da violência doméstica, as atividades promovidas é que fortalecem a confiabilidade em relação à instituição, incentivando que as mulheres busquem resolver suas lacunas informacionais e de conhecimento, até então silenciados pela inexistência de um agente informacional confiável.

4.2.2 Entrevistas semiestruturadas

O principal instrumento de coleta utilizado foram as entrevistas semiestruturadas, técnica que possibilita descobrir nuances e significados que apenas os entrevistados detêm sobre determinado assunto (RICHARDSON, 1999). Essas entrevistas forneceram elementos para a análise do comportamento em informação, desde a identificação das necessidades informacionais até seu acesso, uso e apropriação pelas mulheres que buscaram atendimento na ong. Ao longo da realização das entrevistas, também se lançou mão da técnica do Incidente Crítico, que consiste em questionar/indagar, no momento da conversa, sobre alguma lembrança em relação a uma determinada experiência (RAMPAZZO, 2008). Nesses momentos, foi solicitado que as entrevistadas aprofundassem algum fato ou fala específica, por ser considerado relevante à análise. Gil (2010) diz que este momento deve favorecer uma visão holística e ampla, incluindo considerações de ordem histórica, política, cultural e econômica. Por se tratar de um estudo com foco em entrevistas individuais, não foi definido o número de participantes de forma prévia.

O primeiro roteiro de entrevista (Apêndice A) foi utilizado com a coordenadora e a psicóloga responsável pelo acolhimento inicial das mulheres no CMC. Também foram feitas duas visitas à sede da entidade para possibilitar a familiaridade com o espaço a ser analisado, conhecendo suas instalações, e também para entrevistar a coordenadora, que forneceu dados sobre a fundação da ong, sua forma de atuação no passado e na atualidade, além de outras particularidades da entidade. Nesse momento se soube que o CMC, já teve entre suas

associadas, figuras expoentes no cenário municipal e regional. Dentre elas, uma de suas fundadoras e primeira diretora, Efigênia Oliveira, a primeira mulher a se tornar vereadora na cidade do Cabo de Santo Agostinho chegando a concorrer às eleições executivas municipais da cidade. Outra integrante do CMC, com grande relevância no cenário feminista pernambucano é a advogada Lucidalva Nascimento, que ingressou na ong ainda nos anos iniciais de fundação, como estagiária de direito, atendendo mulheres e meninas em situação de rua e vulnerabilidade. Ativista do feminismo negro e do enfrentamento à violência contra as mulheres, Lucidalva Nascimento chegou a se tornar secretária executiva estadual na Secretaria da Mulher de Pernambuco em 2010. Representou o CMC na rede de organizações feministas para elaboração do texto base de criação da Lei Maria da Penha. O texto levado à votação na Câmara dos Deputados e aprovado em 2006 sofreu inúmeras revisões, que, para as feministas, eram de grande importância, para aumentar a efetividade da lei. Lucidalva é reconhecida, como a primeira advogada que requereu a aplicação da Lei Maria da Penha, 40 (quarenta) dias após sua promulgação, em um atendimento realizado nas instalações do CMC.

As entrevistas com as profissionais, do Centro das Mulheres, foram fundamentais para compor parte do referencial teórico e para mediar o acesso às mulheres que se dirigiram ao CMC em busca de ajuda sobre a violência doméstica que sofriam. A conversa com a gestora e com a psicóloga da ong também possibilitou a obtenção de informações sobre a sua fundação, números de mulheres atendidas, natureza dos atendimentos, dentre outros dados, relevantes para delinear a importância da entidade no cenário social da região.

O segundo instrumento (Apêndice B), foi utilizado com mulheres que buscaram algum tipo de informação ou orientação sobre a violência doméstica no CMC. Chegou-se à primeira entrevistada por intermédio do próprio Centro, e embora se acreditasse chegar a uma segunda entrevistada a partir da primeira, logo se percebeu que as mulheres recebidas pela entidade, raramente têm algum tipo de relação com outras mulheres na mesma situação. O que há, é apenas a relação individual entre a mulher e o CMC, especificamente em relação à temática da violência doméstica.

Assim, o critério de inclusão na pesquisa foi estabelecido com a participação de mulheres que procuraram a ong, para adquirir informações e orientações relacionadas com a violência doméstica, tendo ou não participado das atividades da ong. Não houve um recorte temporal definido, tendo em vista que atualmente o Centro das Mulheres do Cabo não faz mais atendimentos diretos a demandas espontâneas. Desde 2010 já está estabelecido todo o aparato público de serviços como os centros de referência e delegacias especializadas da mulher, os

quais devem ser acionados pelas mulheres em caso de violência doméstica. Embora existam essas instituições oficiais, ainda há a busca por informações no próprio CMC. A justificativa dada pelas entrevistadas e também pelas integrantes do Centro, é que muitas vezes as vítimas se sentem mais acolhidas e confiantes em buscar a ong, que é uma organização com vínculos de afetividade e confiança já estabelecidos no cotidiano das mulheres de camadas populares da região. Aqui já é possível sublinhar a relação entre *insiders* e *outsiders*, apontada nos estudos de Chatman (1996).

O estudo levou em consideração as normas e diretrizes para realização de pesquisas que envolvem seres humanos, conforme preconiza a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O projeto foi submetido no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Pernambuco, em 14 de julho de 2021 e aprovado para execução em 21 de julho de 2021, conforme parecer número 4.858.966. Assim, respeitaram-se os princípios de autonomia, da beneficência e da justiça. Ademais, o compromisso ético da pesquisa foi complementado com a utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento indicado sempre que a investigação for dirigida a pessoas (Apêndice C). Seu objetivo é resguardar os direitos e identidade das participantes do estudo, portanto, faz-se necessário deixá-las cientes dos objetivos da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas remotamente através de chamadas de vídeo pelos aplicativos WhatsApp e Google Meet, como protocolo de prevenção ao contágio do Coronavírus, tendo em vista que ainda vivenciamos um contexto pandêmico. A comodidade para as entrevistadas também foi levada em conta na realização remota das entrevistas.

Os benefícios da pesquisa residem na sua capacidade de contribuir como instrumento de caráter científico na temática sobre a importância das organizações sociais feministas e suas dinâmicas informacionais. Também é importante ressaltar que, embora no momento de qualificação desta pesquisa tenha sido sugestão da banca examinadora a opção pela coleta de dados por meio de questionários eletrônicos, tornou-se inviável a exequibilidade, pelos seguintes motivos: **a.** a ONG não dispunha de dados atuais para contatar as mulheres, em número expressivo; **b.** pretendia-se adentrar no campo de estudo de uma forma mais profunda, buscando conhecer mais e melhor a realidade de cada entrevistada. Ademais, essa foi uma tentativa de seguir os caminhos metodológicos da própria Chatman (1996, 1999, 2000), que se utilizou da etnografia ²⁸, em suas pesquisas.

²⁸ A pesquisa etnográfica visa compreender, na sua cotidianidade, os processos do dia a dia em suas diversas modalidades, os modos de vida do indivíduo ou do grupo social. Faz um registro detalhado dos aspectos singulares da vida dos sujeitos observados em suas relações socioculturais. Trata-se de um

A primeira entrevista, feita como teste, já indicou a necessidade de ouvir mais as entrevistadas, de aprofundar com elas os episódios vivenciados, assim, todas elas demonstraram necessidade e urgência em falar, sobre toda a experiência vivida, como se quisessem expurgar as dores sentidas.

Nossas entrevistadas foram indicadas pela psicóloga do CMC, profissional que atende diretamente as mulheres que porventura venham buscar alguma orientação na ong. Foram selecionadas mulheres com histórias mais representativas e às quais ela conseguiria contatar, tendo em vista que o CMC não consegue fazer o acompanhamento de todas as mulheres atendidas. Portanto, as entrevistadas são mulheres que mantiveram um vínculo de participação e de contatativo com o CMC. As conversas aconteceram individualmente entre Janeiro e Março de 2022, gravadas no formato de áudio e posteriormente transcritas pela pesquisadora. Cada mulher autorizou o uso de suas falas, mediante leitura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

O número de participantes não foi predeterminado. Cada entrevista durou entre 01(uma) e 02 (duas) horas, e conforme adentramos o campo de estudo fomos percebendo quantas entrevistas poderiam atingir os objetivos da pesquisa. Há também que se considerar a resistência que algumas mulheres apresentaram para falar sobre o assunto, tendo se negado a participar da pesquisa. Assim, a quantidade de entrevistas foi de 04 (quatro) mulheres, quantitativo que se mostrou ser o necessário para responder ao objetivo do estudo. Dessa forma, finalizou-se essa etapa, diante da suficiência de significados expressos e identificados nas falas.

4.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

As entrevistas buscaram identificar os conceitos de Chatman no que diz respeito ao comportamento em informação: **a.** Quais as circunstâncias que as levaram a buscar informações no CMC; **b.** O tipo de informação de que elas necessitavam; e, **c.** Que espécie de uso e apropriação destinaram à informação. Assim, foi possível avaliar quais as foram as motivações e inclinações pessoais das mulheres, além de identificar os sentimentos envolvidos nessa dinâmica e já nomeados e identificados nos estudos de Chatman.

A exploração dos resultados foi realizada com base em análise de conteúdo, por ser um meio de produzir inferências acerca de dados, verbais ou simbólicos, obtidos a partir das entrevistas e observações de interesse da investigação. (BARDIN, 2006; FRANCO, 2021).

mergulho no microsocial, olhado com uma lente de aumento. Aplica métodos e técnicas compatíveis com a abordagem qualitativa. (SEVERINO, 2018, p.116)

Além disso, a análise de conteúdo refletiu os objetivos da pesquisa e teve como apoio, indícios manifestos e capturados no âmbito das comunicações emitidas, mediante interpretação do significado dos enunciados das locutoras (mulheres vítimas de violência) e de suas interlocutoras (profissionais e gestoras do CMC). As falas das entrevistadas foram associadas ao contexto a que se referiam uma vez que, como explica Franco (2021, p. 21), “a relação que vincula a emissão das mensagens está diretamente articulada às condições contextuais dos seus produtores”.

A descrição das mensagens gravadas foi a primeira etapa da análise dos dados, e a interpretação, a última. A inferência foi o procedimento intermediário que permitiu a passagem da descrição à interpretação. As reflexões desta pesquisa fizeram menção aos trabalhos desenvolvidos na área da Ciência da Informação (CI) por Chatman (1996, 1999, 2000), especificamente nas suas análises das barreiras sociais de acesso à informação.

Produzir inferências, de acordo com Franco (2021), é o que confere relevância teórica à análise de conteúdo. A expressão de uma mensagem escrita, falada ou figurativa é sem sentido até que seja relacionada com teorias explicativas. O vínculo entre as mensagens e as abordagens teóricas depende do domínio teórico do investigador. Reiterando,

[...] produzir inferências em análise de conteúdo tem um significado bastante explícito e pressupõe a comparação dos dados, obtidos mediante discursos ou símbolos, com os pressupostos teóricos de diferentes concepções de mundo, de indivíduo e da sociedade (FRANCO, 2021, p. 33-34).

Foi, portanto, no conteúdo manifesto e explícito das mensagens faladas que se iniciou o processo de análise das barreiras sociais de acesso à informação. Isso significou, entretanto, levar em consideração também o conteúdo oculto das mensagens e de suas entrelinhas (FRANCO, 2021), encaminhando a interpretação para além do que podia ser quantificado e classificado, indo ao encontro do que poderia ser decifrado mediante códigos simbólicos, valorizando mais o momento das entrevistas e os contextos sociais nos quais a história de cada mulher foi produzida.

4.3.1 O procedimento de pré-análise

A pré-análise se constituiu em estabelecer contato com os documentos sobre o problema levantado. Além dos documentos que haviam sido definidos a priori (Quadro 2), também foi realizada a leitura do conteúdo das entrevistas transcritas pela pesquisadora. Foram construídos quadros ilustrativos de pré-análise, a partir das respostas obtidas nas entrevistas com o propósito de facilitar o procedimento de agrupamento e classificação e auxiliar a posterior criação de

categorias, e, dessa maneira, a efetiva possibilidade de inferir, analisar e interpretar os resultados.

4.3.2 A análise temática e a definição de categorias

Em seguida, a categorização se constitui em uma operação de classificação, a partir dos objetivos da pesquisa. “Formular categorias, em análise de conteúdo, é, via de regra, um processo longo, difícil e desafiante” (FRANCO, 2021, p. 63).

Os dados analisados foram selecionados após uma leitura flutuante (BARDIN, 2006) de todos os documentos e das mensagens das entrevistadas. Os componentes das mensagens analisadas foram agrupados em categorias molares (mais amplas e relacionadas aos objetivos da pesquisa) e posteriormente reagrupados em categorias moleculares (mais específicas, de acordo com as inferências da pesquisadora), como apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 — Criação de categorias de análise do conteúdo

CATEGORIAS MOLARES	CATEGORIAS MOLECULARES	DESCRIÇÃO
As circunstâncias que impulsionaram a busca de informações no CMC	a. Vergonha de assumir sua condição de vítima de violência doméstica b. O tempo necessário para romper com o silêncio c. A cooperação e o acolhimento de outras mulheres.	Essas categorias tratam das circunstâncias que impulsionaram as mulheres a buscar informação no CMC.
Necessidades informacionais das vítimas de violência doméstica.	a. Informações sobre procedimentos para denunciar o agressor b. Informações sobre serviços de apoio à vítima.	Descreve as necessidades de informação das vítimas de violência doméstica. O que, de fato, elas foram buscar no CMC e o tipo e orientação que necessitavam.

Uso das informações recebidas no CMC.	a. Ações imediatas contra agressor; b. Busca do reconhecimento à condição de ser mulher.o	Descreve a apropriação das informações e dos efeitos resultantes na vida das mulheres. Em outras palavras, identifica as ações tomadas após o atendimento e as posturas sociais adotadas pelas mulheres.
---------------------------------------	--	--

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2022).

As categorias molares foram criadas *a priori* e as categorias moleculares *a posteriori*, e delimitadas enquanto análise temática (MINAYO, 2001), a partir da identificação de temas que caracterizavam a constituição e essência do fenômeno em estudo, a partir do conteúdo das entrevistas. A análise temática exigiu subscrever os compromissos teóricos de Chatman (1996, 1999,2000). Essa operação contou com uma leitura exploratória do conteúdo registrado a partir das entrevistas, fazendo uma identificação prévia de temas que se destacavam. Posteriormente, os temas foram revisados para verificar sua capacidade descritiva sobre a mostra de dados qualitativos coletados nas entrevistas.

5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A vida começa quando a violência acaba. É isso que se consegue compreender após ouvir os relatos das vítimas de violência doméstica. Mulheres que ao longo dos anos conviveram diariamente com abusos, xingamentos, humilhações, agressões físicas e ameaças de morte, sendo obrigadas, inclusive, a desvincularem-se dos laços familiares, da vida social e até delas mesmas. Por muito tempo foi difícil, quase impossível, para elas, acreditar que poderiam romper com os ciclos abusivos. A normalização da violência é o que dói mais, a auto culpabilização pelo que sofreram, as direciona para o lugar da dor. Foi necessário reunir forças sobre-humanas para romper com o silêncio e com as agressões que sofreram.

Nesta seção são apresentados os resultados da pesquisa, com suas respectivas análises. Na primeira subseção é apresentado o perfil das entrevistadas e na segunda são apontados os dados qualitativos relativos ao comportamento em informação das mulheres que procuraram o CMC na busca de orientação para romper com a violência doméstica.

5.1 PERFIL DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Para preservar a identidade das entrevistadas, elas serão identificadas com nomes de autoras feministas negras brasileiras: Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro e Carla Akotirene. Na primeira parte do roteiro utilizado, indagou-se a respeito de aspectos como idade, quantidade de filhos, situação da moradia e outras questões para traçar um perfil sociodemográfico. **Lélia Gonzalez**, a primeira das entrevistadas, atualmente não tem nenhum problema em falar das violências sofridas. É reconhecida no município do Cabo de Santo Agostinho, por dar inúmeras entrevistas a veículos locais e nacionais. Ficou famosa como a primeira mulher a utilizar a Lei Maria da Penha no Brasil, quando no dia 22 de setembro de 2006, seu ex-marido foi enquadrado sob a legislação recém-promulgada. Lélia tem 52 anos e se identifica como uma mulher cisgênera²⁹, preta. Não alfabetizada, tem quatro filhos, dos quais um deles ainda mora com ela, em uma casa alugada, no maior e mais pobre bairro da cidade do Cabo de Santo Agostinho. Divorciada, atua como dona de casa e mantém a subsistência do lar com menos de 01 (um) salário-mínimo advindo de benefícios sociais.

Conceição Evaristo, tem 65 anos, se considera uma mulher cisgênera, parda, cursou o

²⁹ O conceito de cisgeneridade define pessoas que tem sexo, anatomia e biologia alinhados com a identidade de gênero ao qual se identificam. A cisgeneridade passou a ser considerada, a partir dos estudos de gênero empreendido pela pesquisadora norte americana Judith Butler, que defende a separação entre a identidade de gênero e outras questões como orientação sexual e anatomia dos corpos.

ensino médio, atualmente está desempregada, morando sozinha numa casa própria com uma renda de menos de 01 (um) salário-mínimo. Divorciada, a atual dona de casa já trabalhou como auxiliar administrativa e recepcionista. Atualmente mora em um dos bairros mais populosos do Cabo de Santo Agostinho.

Djamila Ribeiro, tem 29 anos, afirma ser uma mulher cisgênero, negra, que acessou a escola até o ensino médio. Atualmente trabalha como cabeleireira autônoma, dessa atividade remunerada ela obtêm uma renda mensal próxima a 02 (dois) salários-mínimos. É casada, mora em casa própria em um bairro limítrofe entre as zonas urbana e rural, também do Cabo de Santo Agostinho.

Carla Akotirene, tem 37 anos, se identifica como mulher cisgênera preta, está concluindo o ensino médio. Separada há menos de um ano, ela mora com 03 (três) filhos, em uma casa própria, em um bairro da zona rural do Cabo de Santo Agostinho. Beneficiária de um programa de auxílio financeiro governamental, ela complementa sua renda, como faxineira, tem assim uma renda total mensal de 01 (um) salário mínimo e meio. O quadro 4 apresenta uma síntese do perfil das entrevistadas.

Quadro 4 — Perfil das entrevistadas

Nome	Idade	Cor	Estado Civil	Escolaridade	Profissão	Renda
Lélia Gonzalez	52	Preta	Divorciada	Analfabeta	Dona de casa	Menos de um salário-mínimo
Conceição Evaristo	65	Parda	Divorciada	Ensino médio	Desempregada	Menos de um salário-mínimo
Djamila Ribeiro	29	Negra	Casada	Ensino médio	Cabeleireira autônoma	Dois salários-mínimos.
Carla Akotirene	37	Preta	Separada	Ensino médio incompleto	Faxineira	Um salário-mínimo e meio.

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa (2022).

Ao delinear o perfil sociodemográfico das entrevistadas, nota-se serem mulheres vivendo em vulnerabilidade social, à margem da sociedade: trabalhadoras de baixa renda, desempregadas, com dificuldade em aceder à educação e consequentemente ao mercado de

trabalho formal. Residentes em bairros de classe média baixa, são responsáveis pela criação dos filhos, fruto dos casamentos desfeitos pela violência doméstica. Como bem explicitado por Chatman (1999), essas mulheres vivem em mundos pequenos, numa demarcação espacial e social, onde vivenciam rotinas e preocupações em comum, expostas a situações circunscritas a um horizonte informacional pequeno e restrito, cujos limites influenciam o seu comportamento em informação. Nesse mundo pequeno, as experiências em comum e as convicções são aceitas por elas, sem nenhum questionamento, se naturalizam e transformam-se em padrões comportamentais.

A essas mulheres foram negadas oportunidades de sobrepor a realidade ditada pelos homens, atores sociais que escrevem e dominam a historicidade feminina. Dessa forma, a vida delas objetifica o lugar de exclusão e não acesso às informações, reiterando a imprecisão informacional, nos limites dos grupos sociais onde se inserem. Esse contexto caminha para promover o que Chatman (1996) intitula de pobreza informacional. A pobreza em informação potencializa a noção de mundo pequeno, que se refere ao arranjo social no qual todas as experiências vividas se moldam à cultura comum que fornece as normas de comportamento. Essas normas sociais, de forma subliminar ou não, oprimem as mulheres, colocando-as em uma posição servil, de subjugo, em relação aos homens.

Aspectos relacionados à renda, educação, gênero e raça ditam e também reforçam toda a exclusão social e informacional femininas. Para Lisboa (2008), as mulheres mais pobres estão apartadas de exercer minimamente seus direitos por estarem localizadas em arranjos familiares sem ingresso a autoridade social, a qual possibilitaria melhorias na vida. Também alijadas do poder político, não partilham de âmbitos decisórios, não têm voz, nem o controle da ação coletiva. Para Lisboa (2008, p.03) “da mesma forma, não têm acesso ao poder psicológico que decorre da consciência individual de força e manifesta-se na autoconfiança. Em suma, não são consideradas cidadãs”. Vivenciam um quadro social completamente desfavorável, para enfrentarem, dentre outras opressões, a violência doméstica.

Ao encontro desse quadro, Lisboa (2008) acentua a importância de alguns pilares fundamentais para a emancipação feminina, sobretudo na América Latina:

- I. A participação econômica das mulheres aumentando sua renda e estimulando, além do desenvolvimento econômico, um melhor posicionamento social feminino;
- II. O empoderamento político, que possibilita a representação equânime nas esferas decisórias e centralizadoras de poder;
- III. As conquistas educacionais, que estruturam a ocupação feminina no mercado de

trabalho e na influência política;

IV. E ainda, as questões de saúde e bem-estar que englobam quesitos, como a natalidade, o aborto e o direito sobre o próprio corpo, problemáticas que atravessam as mulheres de forma incisiva, e que por isso devem ser consideradas como prioridade para a elevação social feminina.

5.2 O COMPORTAMENTO EM INFORMAÇÃO DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Ao analisar o conteúdo das mensagens das vítimas de violência doméstica é evidenciado o comportamento em informação que caracteriza a pobreza em informação. Essa pobreza é determinada pelos comportamentos de autoproteção utilizados em resposta às normas sociais. Chatman (1996) identificou 04 (quatro) características de uma vida pobre em informações, a saber: Sigilo, Engano, Assumir risco e Relevância situacional. Esta seção está dividida em subseções, as quais caracterizam as categorias molares e suas decorrentes subcategorias moleculares, como se mostra no Quadro 5.

Quadro 5 — A estrutura de apresentação do comportamento em informação

Categorias Molares	Categorias Moleculares
As circunstâncias que impulsionaram a busca de informações no CMC	a. Vergonha de assumir sua condição de vítima de violência doméstica b. A decisão de buscar informação no CMC c. A cooperação e o acolhimento de outras mulheres.
Necessidades informacionais das mulheres vítimas de violência doméstica	a. Informações sobre procedimentos para denunciar o agressor b. Informações sobre serviços de apoio à vítima. c. O Centro das mulheres do Cabo como fonte confiável de informação
Apropriação das informações recebidas no CMC	a. Ações imediatas contra o agressor; b. Busca do reconhecimento à condição de ser mulher.

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa (2022).

5.2.1 As circunstâncias que impulsionaram a busca de orientação no CMC

A violência doméstica contra a mulher é considerada um problema de saúde pública em todo mundo, tendo como ponto culminante e mais grave, o feminicídio. Esse tipo de violência não é algo contemporâneo, ao contrário, data de primórdios da civilização, numa estruturação que chega aos nossos dias, embasada no patriarcalismo e no sexismo. A impunidade e os laços afetivos presentes nas relações intrafamiliares também são fatores que contribuem para naturalização da violência contra as mulheres. Assim, as circunstâncias que envolvem, por parte das mulheres, o rompimento do ciclo de violência, incluem sempre muita desconfiança, vulnerabilidades e incertezas.

Esta categoria descreve o contexto e o momento em que há a percepção de que buscar por determinada informação torna-se para além de útil, essencial para cessar o sofrimento que vivenciam. Também narra a consequente ação, de fato, de procurar ajuda. Os relatos das mulheres são evidências e testemunhos do difícil processo de reconhecer sua condição como um problema passível de solução e de procurar a ajuda necessária.

Os depoimentos foram entremeados por lágrimas, silêncios e pausas, e também por desordem na cronologia dos fatos, devido à dificuldade (relatada por elas) em resgatar dores e sofrimentos passados, acontecimentos que desnudavam sentimentos e dores antigas. Tentou-se preservar a ordem das falas, mesmo que desconexas ou contendo erros gramaticais e vícios de linguagem para manter a fidelidade dos sentimentos que as mulheres transmitiam com suas falas, pausas e também silêncios. “O ponto de partida da análise de conteúdo é a mensagem (oral ou escrita), seja ela verbal, gestual, silenciosa, figurativa ou diretamente provocada” (FRANCO, 2021, p. 21).

5.2.1.1 *Vergonha e medo de assumir sua condição de vítima de violência doméstica*

Os relatos contêm ramificações essenciais para as maneiras pelas quais as pessoas se veem e são definidas por outras e ainda o efeito que esse processo tem sobre o uso ou à atitude de evitar ou buscar informação. O Quadro 6 fornece pistas essenciais para as maneiras pelas quais a informação é apoiada ou negada pelos membros de um grupo social.

Quadro 6 — A vergonha e o medo de assumir sua condição de vítima de violência doméstica

[...] Nos primeiros anos da relação, a gente acha que eles vão mudar, aquelas promessas de mudança que todo agressor faz, dizia que a culpa era da bebida e tudo mais. Mas, ao longo dos anos, fui percebendo que a mudança não viria. Então começa a vir a parte da vergonha das pessoas, da vergonha dos vizinhos que podem achar que a gente apanha porque quer. Você vai perdendo a coragem de sair de casa, não consegue encarar ninguém de frente, olho no olho. E mesmo as pessoas que querem te ajudar, você se afasta, por medo e vergonha. Começa a esconder todo aquele sofrimento, aquela tortura... Quando ficava a marca das surras que ele dava em mim e alguém questionava eu dizia que tinha caído, que tinha me arranhado inventava mil e uma mentiras, por medo do que ele pudesse fazer se soubesse que eu tinha falado das agressões, era pra sofrer calada, senão apanhava mais. Queria me livrar daquilo, mas não sabia como, meus parentes nem imaginavam o que sofria e talvez nem me apoiassem a me separar... (LÉLIA GONZALEZ).

[...] Quando eu casei procurei me dedicar muito à família e a ele. E não ganhei nada. Apenas tristeza. E depois que as coisas mudaram de figura, que eu fui entristecendo, pessoas da minha família e da dele, me condenavam. Que eu devia ser submissa a ele, porque homem é assim mesmo e a mulher tem que entender. Então eu escondia o que sofria, o que sentia, tinha vergonha, me sentia culpada por aquilo que passava, achava que ninguém podia me ajudar a sair daquela situação. E mantinha segredo sobre o que acontecia dentro de casa, porque não adiantava: ninguém me entendia. As pessoas diziam que ele era um bom marido, que eu não tinha o que reclamar. Achavam que porque ele não me batia, e colocava comida em casa, dava sustento da família eu tinha que suportar as torturas psicológicas. Então eu tinha que fingir que estava tudo bem na minha casa. Quando alguém me perguntava por que eu estava triste eu inventava qualquer história, porque as torturas psicológicas, como não deixam marcas, as pessoas desmerecem. Meus pais também eram idosos, não podiam me ajudar muito, então eu mentia pra despistar... (CONCEIÇÃO EVARISTO).

[...] Eu tinha medo, por conta da minha família, eu tinha vergonha, do que iam pensar. Vergonha da vizinhança. Achava que não seria bem atendida, que ninguém me entenderia se eu buscasse ajuda, que ninguém lá na delegacia me daria atenção. Então eu ia guardando pra mim, também por que sou evangélica, então tentava manter segredo sobre aquela situação... algumas pessoas próximas até sabiam o que acontecia, mas outras pessoas não. Eu colocava desculpas para justificar, criava histórias, para que não soubessem que eu estava incomodada de passar por aquelas coisas... (DJAMILA RIBEIRO).

[...] Fui casada durante 13 anos e estou separada há 05 meses E só agora eu percebo que vivia num casamento abusivo. Nossa casa foi construída por nós dois, e ele queria que eu saísse da casa. Então me senti desamparada sem ter onde morar num lugar que não tenho ninguém. Meu casamento já era um casamento ruim há muito tempo e como eu não tinha parente aqui perto, ele dizia que eu não tinha nada, que eu não tinha direito a nada. Isso já era uma forma de me humilhar. Ele também me ameaçava sim senhora, dizia que se eu me separasse dele eu iria ter que deixar a casa pra ir morar na rua. Então durante muito tempo escondi essa questão dos meus próprios filhos, dos vizinhos e das minhas amigas, tinha vergonha em assumir que ele queria que eu fosse morar na rua, de tão ruim que ele era... Então quando resolvi me separar foi uma surpresa pra muita gente... Minha família, que mora em outro estado, nem imagina o que já passei, só digo que me separei por que não dava mais, não gostava mais, tenho que esconder, pra ninguém ficar preocupado que ele me mate, alguns parentes mandam até eu voltar pra ele, que é melhor ser casada do que ser sozinha, mas não volto, aguentei muito calada, escondendo, protegendo as maldades dele, sentindo vergonha de uma coisa que eu não tinha culpa de passar... (CARLA AKOTIRENE).

[...] Inicialmente elas tentam manter o sofrimento em segredo mesmo. Dissimulam a situação perante a família, aos amigos próximos, elas negam, escondem... A grande maioria das mulheres que morrem, suportam a violência caladas, sem pedir ajuda, seja por vergonha ou medo do agressor. Muitas delas quando chegam aqui no Centro, dizem: “mas foi a primeira vez”, “foi só um empurrão”, mas quase nunca é apenas isso que acontece no ambiente privado, e na conversa elas vão se abrindo mais, ou às vezes a pessoa não percebeu que chegou naquele ponto de agressão porque já tinha passado um empurrão, um puxão de cabelo, um grito, essa coisa de cercar os pertences, de prender, deixar em cárcere privado. Elas muitas vezes tentam nos enganar, e se enganar como forma de poupar os agressores ou não encarar a realidade de que estão sendo vítimas de violência doméstica. A experiência nos mostra que essa violência começa lá atrás, de forma muito sutil, e as mulheres inventam desculpas até para elas mesmas, para desculpar ou justificar o comportamento dos agressores. A grande maioria das mulheres que morrem, suportam a violência caladas, sem pedir ajuda, seja por vergonha ou na tentativa de enganar a si mesmas ou aos outros... (COORDENADORA DO CMC).

[...] Algo que percebi durante as experiências, é que muitas mulheres passaram por situação de violência durante toda a vida e permaneceram caladas, deixando a situação em segredo. Isso, enquanto a violência atingia somente ela. Até que essa violência atinge os filhos, aí ela consegue perder a vergonha, o receio, e ganha força para reagir. Algo como: “Suporto tudo calada, escondendo de todo mundo o que passo, faça o que quiser comigo, mas não com meus filhos...” Muitas mulheres vêm até nós, mas não estão prontas para fazer a denúncia, pois,

para fazer a denúncia, você precisa estar consciente de que vai dar seguimento a um processo judicial longo. Então elas inventam histórias, minimizando a situação, dizem que foi a primeira vez que foram agredidas, que eles nunca fizeram aquilo, mas nós já sabemos que não é verdade... (PSICÓLOGA DO CMC).

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2022).

A vergonha sela, com a cumplicidade coletivamente compartilhada das pessoas que formam o grupo social das mulheres, um pacto de produção e reprodução da violência doméstica e da soberania masculina. Diante da ausência de apoio familiar e social, a mulher é responsabilizada pela violência sofrida. Assim, é comum a comunidade entrar mais e mais em uma espiral de dominação, e, na falta de um entendimento mais adequado para desfazer-se de seu mal-estar, permite-lhe depositar na própria vítima a culpa e a responsabilidade pela crueldade com a qual é tratada. Assim, as vítimas de violência se transformam em culpadas, são censuradas e até aconselhadas a permanecer em relações abusivas, suportando boa parte do tempo, sozinhas, a sua injusta sorte. A vergonha em expor para a sociedade e mesmo para agentes públicos as agressões sofridas expressa a autoridade e o poder masculinos que ainda fundamentam a base estruturante da família, suportados pela própria legitimação social dessa hierarquia. Se a sociedade vê o casamento como parte de uma vida de sucesso, um compromisso para a vida toda, valorizando a figura do marido provedor, a estruturação social e cultural às situações de violência doméstica se perpetuam. Ademais, é a cultura e a tradição dos povos que formam as normas e as leis, gerando direitos e obrigações (MUNIZ; FORTUNATO, 2018).

Embora na atualidade esses valores cedam lugar para outras composições, com relações democráticas, essa transição ainda se encontra em curso, pois o peso da tradição instrui e pereniza muitas gerações, fazendo obstáculos às transformações. Portanto, assumir e compartilhar que a relação conjugal e familiar tem problemas é um passo difícil para muitas mulheres, porque a própria sociedade, em geral, não quer ouvi-las.

As falas fornecem pistas para perceber que as mulheres sentiam a necessidade de manter em sigilo sua condição de vítima. De acordo com Chatman (1996), os fatores presentes que contribuem para uma vida de pobreza informacional são o **Sigilo** e o **Engano**. O sigilo e o engano são recursos de autoproteção, para preservar da opinião e julgamento dos outros as aflições, angústias e incertezas. O sigilo, neste sentido, a ocultação da realidade de vítima de violência doméstica, é o recurso que as mulheres encontraram de reivindicar uma dimensão privada das suas vidas. Assim, elas encontraram um modo de manter em segredo suas experiências reais e assumiram, sozinhas, o fardo da violência.

Os relatos revelam como as normas sociais, definidas como apropriadas no pequeno mundo das mulheres, interferem na escolha de manter em silêncio o sofrimento: ao optarem por não mais manterem as relações violentas, temem a represália de amigos e principalmente de familiares, os quais, por vezes, tentam dissuadi-las em contrário. Uma vez que suas necessidades e o direito a uma vida sem violência não foram, algumas vezes, bem compreendidas por familiares e outros membros da comunidade, o engano foi a tentativa deliberada de atuar, isto é, de distorcer a realidade dos sofrimentos e humilhações. O engano, conforme Chatman (1996) é um processo destinado a esconder as suas verdadeiras condições, fornecendo informações falsas e enganosas sobre a realidade vivida.

Ambos, sigilo e engano se caracterizam em um processo de negação e indicam que elas se sentiam culpadas e envergonhadas pela violência a que estavam submetidas, expondo como a participação como membros de um determinado grupo social contribui para a pobreza em informação. As mulheres necessitavam cessar com os episódios de violência, naturalizados por seu grupo social, mas para tal seriam necessárias informações sobre como reagir a essa condição e onde encontrar alguma orientação. Outrossim, sentiam e sabiam que as pessoas a sua volta não iriam apoiá-las. Assim, no início dos episódios de violência, elas demonstram que se envolveram em comportamentos de autoproteção para impedir que outros detectassem as suas necessidades.

Como consequência, o sigilo era necessário, levando em conta que, confiar em alguém, revelaria a dimensão das suas necessidades e dores. Além disso, compartilhar informações não necessariamente significava que aos outros iriam entendê-las e apoiá-las. Vivendo em mundos pequenos, a estrutura fundamental da realidade é que ela é compartilhada. Assim sendo, a informação, como comportamento público, é moldada pelos outros, que definem o que é aceitável dentro de um mundo social (CHATMAN, 1996). E, conseqüentemente, além dos homens, como os relatos revelam, mulheres também repetem padrões de comportamento que corroboram com a violência doméstica e tornam aceitáveis agressões e assédios. A necessidade de ter êxito no casamento, ser bem-sucedida, é, segundo Chatman (1996), derivada das normas sociais. Compreender o efeito dessas normas sobre o comportamento é compreender que, para as vítimas da violência doméstica, o ato de buscar informações não é apenas reconhecer, mas também compartilhar uma situação problemática com membros de um meio social homogêneo. Ademais, embora a reação de cada mulher à sua situação de vítima seja única, as tensões acumuladas no cotidiano, as injúrias e as ameaças tecidas pelo agressor, criam, na vítima, uma sensação de perigo eminente. E, assim, o sigilo é uma tentativa de preservar e proteger suas vivências (seus pequenos mundos) de estranhos e do convívio social. Como evidenciado por

Chatman (1996), o sigilo é uma tentativa deliberada de não informar aos outros sobre nossas verdadeiras preocupações. Em suma, o objeto do sigilo é proteger tanto quanto possível a imagem real da realidade pessoal.

É razoável observar como um mundo cultural estabelece padrões para comportamentos de busca de informações. Os relatos revelam que, no interior de um mundo pequeno, até mesmo a atividade de busca de informações pode ser vista como normativa. Percebe-se que o tipo de informação mais crítica não estava sendo solicitada, nem buscada, tampouco compartilhada. Ou seja, as vítimas de violência doméstica olhavam o mundo, com sua realidade cotidiana, definida pelos horizontes deste pequeno mundo, e buscavam (ou evitavam) informação dentro do contexto específico e pequeno em que viviam, onde o controle social era um fator na formação de uma visão delas mesmas.

5.2.1.2. A decisão de buscar informação

A ação de reunir forças e buscar ajuda no CMC foi uma catarse, o ponto último do desespero e também da esperança para as mulheres (Quadro 7), todas elas, excluídas dos fluxos informacionais regulares. Romper com o silêncio a respeito das violações que sofriam, reunir forças para buscar apoio e acesso às informações que necessitavam para enfrentar o quadro violento, era decidir por uma vida com dignidade, seria experimentar o sonho de serem livres das amarras de seus algozes.

Quadro 7 — A decisão de buscar orientação informacional no Centro das Mulheres do Cabo

[...] na verdade, já haviam ultrapassado todas as circunstâncias e eu não tinha criado coragem para isso, pra você ter ideia, todo mundo que conhece o indivíduo tem medo dele. Eu era a que mais tinha e convivia com ele. Então num dia, isso depois de 20 anos de opressão, de 'palavrões', de humilhação, de bater em mim, de todo tipo de violência que você pode imaginar que existe, que ele praticava, nem sei onde ele ia buscar tanta forma de me maltratar. Eu e minha filha, sem aguentar mais, aconselhadas por uma vizinha, fomos buscar ajuda no Centro das Mulheres, naquele momento era a única solução que eu via, era eu ir lá, pra querer saber como me livrar daquilo tudo. Eu fui, mas fui com medo, viu? Querendo desistir a todo momento, não acreditava que podia sair daquele casamento não, não via saída, achava que iria morrer naquela situação...(LÉLIA GONZALEZ).

[...] eu vivia uma vida conjugal muito conturbada há vários anos, tive até um AVC, fiquei debilitada, em depressão, não sabia o que fazer, nesse meio tempo houve a separação e na separação eu fiquei com a necessidade de buscar ajuda psicológica, procurar uma luz no fim do túnel, por que mesmo separados ele ainda me infernizava, e eu não sabia o que fazer para acabar com aquilo, fui ao Centro pra saber quais os meus direitos nessa situação, depois de tantos anos de sofrimento eu precisava fazer alguma coisa, buscar alguma orientação pra dar um rumo na minha vida, não foi fácil, a gente sempre acha que ninguém vai poder ou vai querer ajudar a gente de verdade, mas juntei forças e busquei o auxílio lá no Centro, graças a Deus me receberam, né?... (CONCEIÇÃO EVARISTO).

[...] eu já enfrentava as calúnias, injúrias, a violência psicológica há muitos anos. O que me motivou, a circunstância, foi que surgiu, ele inventou, uma história nova, ainda mais terrível, pior do que tudo que já tinha acontecido, eu estava enlouquecendo, daí pensei: não dá mais, preciso fazer alguma coisa. Agora ou eu tomo uma atitude ou isso não vai parar, já estava afetando meus filhos, meu trabalho, eu sou cabeleireira conhecida no bairro, tinha uma imagem a preservar, daí veio a ideia de procurar o Centro, eu sabia que lá iriam me informar e também me acolher, fui buscar solução lá no Centro. Tava decidida de verdade, o que elas me aconselhassem eu tava disposta a seguir, não aguentava mais! (DJAMILA RIBEIRO)

[...] Eu nem sabia que tipo de ajuda eu precisava, mas sabia que tinha que fazer alguma coisa. Durante 10 anos eu tinha noção de que o que eu passava não era o certo, mas não tinha forças, nem tinha ninguém para me aconselhar da forma certa, ou me ensinar a buscar um esclarecimento certo sobre o que eu devia fazer. Nos últimos tempos eu estava precisando de uma orientação para não perder minha casa, tava desesperada com medo de ficar sem teto, isso foi a pior coisa, a 'gota d'água' que me fez buscar o Centro das Mulheres, queria que elas me ensinassem com agir... (CARLA AKOTIRENE).

[...] É comum a maioria delas, passarem muito tempo até decidirem buscar ajuda, orientação sobre como proceder em relação a violência que sofrem. A violência doméstica e falta de apoio familiar, as deixa desumanamente vulneráveis e fragilizadas. Então nos procuram tanto em relação às violências domésticas, como a questão de pensão alimentícia. Mas majoritariamente é a questão da violência. Agressões físicas, psicológicas, e na maioria das vezes, essa procura acontece quando a situação já está incontrolável, já está chegando ou já chegou na violência física de fato ou sob o risco de acontecer um feminicídio. O sentimento das mulheres que nos procuram é de urgência, desespero mesmo... (COORDENADORA DO CMC).

[...] Elas vêm até aqui, querendo saber de informações, principalmente, quando sofrem violência física. Às vezes são mães aflitas com filhas que estão em situação de violência. Querem orientação para solucionar seus problemas, já que não sabem ao certo como devem reagir para se livrarem das violências... (PSICÓLOGA DO CMC).

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2022).

O tempo que cada uma das mulheres necessitou para romper o silêncio e buscar ajuda é uma evidência de que, no mundo real, uma quantidade razoável de pessoas não sabe onde localizar as informações que necessitam. Por consequência, optam por não serem informadas na tentativa deliberada (ou não) de falsear a realidade em que vivem. Permanecer desinformadas é o mecanismo para permanecerem em conformidade com as normas sociais determinadas pelo grupo social no qual estão inseridas. Essa dinâmica caracteriza a pobreza em informação. Ou seja, pessoas pobres em informação percebem-se desprovidas de quaisquer fontes de informação que poderiam ajudá-las. Em não sendo uma condição isolada, essa pobreza é definida pelos comportamentos de autoproteção que são adotados com base nas normas sociais.

O silêncio que oculta muitos tipos de violência contra a mulher reforça a premissa que a denúncia é importante, mas a mudança deve ser social. Somente quando o problema deixar de ser visto como pessoal, alcançando *status* de problema social, é que se poderá obter a visibilidade necessária ao fenômeno da violência. Esta nova percepção merece e tem urgência de repercutir na família, na sociedade e nas políticas públicas do Estado. Como destacam Muniz e Fortunato (2018, p. 8) “A impulsão do Estado pelos movimentos feministas à busca dos direitos das mulheres é algo que se destaca, mas há muito que ser modificado, principalmente no que tange à valorização das mulheres na sociedade”. A visão da mulher como propriedade e objeto, ainda é latente e a violência doméstica está arraigada nessas concepções machistas.

O cotidiano de um mundo pequeno, de acordo com Chatman (1999), está atrelado a

pequenas rotinas que dão sentido à existência. Portanto, embora os centros de referência e delegacias especializadas sejam uma inovação e também a principal política pública voltada para as mulheres no Brasil, as entrevistadas demonstraram resistência em procurar esses serviços. Essa é uma questão fundamental, pois proporciona uma base na qual se pode explorar pelo qual os *outsiders* são vistos com certa suspeita e desconfiança e porque parece haver tão pouca tolerância em relação às coisas que no mundo dos *insiders* são admitidas.

Os centros de referência e as delegacias especializadas da mulher, os quais assumem, neste contexto, o papel de *outsiders*, são aparelhos públicos de orientação e encaminhamento jurídico-legal, além de atuarem na punição e repressão da violência contra a mulher. “Tais centros têm a função de facilitar o acesso das mulheres ao sistema judiciário, fornecendo informações, orientações, aconselhamentos e escuta sensibilizada na perspectiva de garantir defesa, proteção, conscientização e politização” (ARAÚJO, 2013, p. 1). Todavia, um estudo com mulheres que buscaram as delegacias especializadas para aplicação da lei Maria da Penha apontou que as participantes foram unânimes em relatar o despreparo e a indiferença dos profissionais, alegando que não exerceram uma escuta humanizada e, muitas vezes, expressaram opiniões e julgamentos sexistas e misóginos (TAVARES, 2015). Na magistratura, a maior parte de funcionários são homens, que, frequentemente, conduzem as resoluções procedimentais para uma reconciliação conjugal, ação que respalda os valores patriarcais, que minimizam as violências sofridas pelas mulheres a episódios pontuais e aceitáveis na esfera privada e afetiva intrafamiliar. O estudo de Tavares (2015) mostrou que nem mesmo as delegacias da mulher estão totalmente aptas para receber, acolher e orientar as vítimas.

Isso leva a uma situação levantada por Chatman (1996), de que um exame da necessidade e apropriação de informação é significativamente influenciado pela identificação de *insider* e *outsider*. A ideia de que as coisas só podem ser compreendidas por outros *insiders* pode explicar por que existem barreiras informacionais entre as mulheres vítimas de violência doméstica e as delegacias da mulher. Uma razão pode ser a dúvida que as mulheres têm em relação à capacidade de essas delegacias especializadas (*outsiders*) de entender o mundo delas. Parece então, que, além de uma pequena visão de mundo isolada, no sentido de que os *outsiders* não conseguem compreender as vivências pessoais femininas, bem como suas demandas informacionais, leva essas mulheres a uma condição de sigilo e proteção em relação à informação.

Tudo isso culmina naquilo que Chatman (1996) concebe como mecanismos de autoproteção, tentativas de manter em sigilo as necessidades, dificuldades e demandas informacionais. Um dos motivos é o medo das mulheres, de que, na hora da denúncia, serão

desacreditadas, pois um *outsider* (alguém de ‘fora’), não tem interesse em ajudá-las. O Brasil possui delegacias especializadas no atendimento à mulher, mas, apesar disso a reprodução de comportamentos machistas afasta a vítima, como mostra o estudo de Tavares (2015). Por isso, não é incomum que mulheres sofram violências, mas não se sintam capazes de sair desses relacionamentos. E é este vínculo que muitas vezes faz com que a vítima não reconheça a problemática na qual está inserida. Apesar dos avanços da Lei Maria da Penha, que devem ser ressaltados, muitas mulheres sequer se compreendem vítimas.

Porém, embora perdure essa situação de violência, este estudo nos aponta que existiram mulheres que lutaram por respeito e reconhecimento e contra sua condição de opressão. Mulheres que, apesar da demora, iniciaram um processo para ampliar seu papel e seus direitos perante a sociedade, na perspectiva de alcançar a liberdade de uma vida sem as agressões e também obter apoio legal para exercerem um novo papel na sociedade, sem mais viverem subjugadas aos seus agressores.

5.2.1.3 A cooperação e o acolhimento de outras mulheres

Em todos os casos analisados (Quadro 8), as mulheres só conseguiram transpor as dificuldades em reagir às violências que sofriam e buscar os meios de ação contra seus agressores, a partir do incentivo e ajuda de outras mulheres de sua comunidade, parentes ou amigas. A busca de informação foi um processo que resultou do reconhecimento de que existia um problema e que uma solução era necessária. No entanto, foi fruto de um longo e conflitivo processo de tempo, no qual as vítimas da violência doméstica entendem que precisam de ajuda externa e se decidem por buscá-la. Aqui identificamos a importância da capacidade das mulheres de ajudar umas às outras, fator decisivo que impulsionou as vítimas de violência a dirigirem-se ao CMC.

Quadro 8 — O apoio e o acolhimento de outras mulheres

[...] a gente tinha uma vizinha, não tão próxima, mas morava no Engenho que a gente morava, era cabeleireira. Minha menina um dia foi ajeitar o cabelo, ela então falou, que tinha muita pena de mim, por que eu vivia naquela situação, que meu ex-marido contou rindo ao marido dela que todo dia 'quebrava minha cara'. Então essa moça procurou o Centro das Mulheres, pegou o contato e entregou à minha filha. Eu fiquei meio assim, porque se falasse o nome Centro das Mulheres do Cabo lá em casa, era briga, agressão mesmo. Então fiquei pensando, pensando, daí essa vizinha disse: "Vá! Elas vão lhe acolher, lhe entender, vá escondida!" Então minha menina me encorajou e me levou lá, não pensei em ir em outro lugar não. Fui direto pra o Centro, fui me escondendo por trás dos carros, dos muros, lembro que entrei no Centro das Mulheres correndo, com medo de algum vizinho me ver e contar a ele... (LÉLIA GONZALEZ).

[...] Nunca tinha pensado em procurar outro lugar não, tinha medo, vergonha. Então, uma vizinha, não lembro exatamente quem, sugeriu ir ao Centro das Mulheres. Na época eu estava muito desorientada no pensamento, na mente. Mas foi essa pessoa, que me disse: "Vá lá no Centro das Mulheres do Cabo, é um local bom pra você resolver essas questões da pensão e também tem serviço de psicólogo." Daí, mesmo com medo e vergonha eu chamei minha irmã e fomos. Lá chegando, fui bem acolhida e já fui logo perguntando tudo o que tava precisando de saber... (CONCEIÇÃO EVARISTO).

[...] Não procurei delegacia nem nada, tinha vergonha do que iam pensar quando eu chegasse lá. Eu conhecia uma funcionária de lá do Centro, que era minha vizinha, pedi para ela me levar até lá. E também já acompanhava as redes sociais e ouvia o programa delas na rádio comunitária... (DJAMILA RIBEIRO).

[...] Uma amiga me falou sobre o Centro das Mulheres do Cabo e também eu sabia que tinha uma vizinha que frequentava lá. Fui aconselhada por elas a buscar ajuda com as meninas do Centro. Então fui lá, expliquei pra elas o que estava acontecendo, e elas me orientaram me explicaram sobre os vários tipos de violência, que não é apenas física, que eu estava sofrendo violência moral e patrimonial, e que eu podia inclusive prestar queixa dele já pela Lei Maria da Penha. Eu não cogitei em ir na delegacia direto não. Queria ouvir de pessoas mais simples, mais populares, que me entendesse mais, sobre o que eu devia fazer pra resolver o assunto...

(CARLA AKOTIRENE).

[...] A maioria nunca procurou ajuda em outro local a respeito desse assunto. É mais comum que sejam trazidas pela vizinhança, já que em alguns casos os parentes moram longe, e são os vizinhos que presenciam / escutam os episódios de violência. Muitas vezes a gente recebe denúncia de vizinhos. Recebe vizinhos que vêm buscar informações para socorrer mulheres em situações de violência, em geral são pessoas que sabem das nossas atividades e atendimentos, que conhecem o Centro a partir das ações que fazemos nos bairros e escolas das comunidades...

[...] Existe a rede de acolhimento prevista na legislação como o centro de referência da mulher, delegacias da mulher, mas ainda fazemos atendimentos, por que as vezes elas têm receio de ir diretamente numa delegacia. Então há a procura de mulheres que são das comunidades onde realizamos, de forma pontual ou regularmente, ações e atividades, elas chegam até aqui por conhecer nosso trabalho com as mulheres, ou através de algum vizinho ou parente que sugere, aconselha, que elas venham nos pedir ajuda ou orientação... (PSICÓLOGA DO CMC).

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2022).

Considerando as precárias condições familiares em que estavam inseridas as entrevistadas, a busca por alguma informação, ocorreu em momentos limítrofes, quando elas já não suportavam os sofrimentos aos quais eram submetidas, por parte de seus agressores. Assim, elas entenderam que necessitavam agir. Todavia, conforme relatam, a interferência de vizinhas e outras mulheres que sabiam da situação, foi crucial nesse momento. Foram essas mulheres que encorajaram e indicaram o CMC para que as entrevistadas pudessem acessar informação para o enfrentamento às violências sofridas. Ou seja, para essas mulheres solidárias, em briga de marido e mulher há, sim, que se meter a colher. Nesta nova perspectiva, não mais se justifica que os problemas de família sejam vistos como de cunho privado. A velha máxima de que em briga de marido e mulher não se mete a colher cedeu em favor de uma preocupação de maior magnitude: igualdade de gênero é um problema social. Inclusive, no Brasil, está disponível um aplicativo “Mete a Colher”³⁰, que recebe pedidos de ajuda e oferece orientações, além de indicar os serviços de organizações de apoio que têm uma rede de advogadas, psicólogas e assistentes sociais espalhadas pelo país, disponíveis para auxiliar vítimas de violência doméstica de forma gratuita.

Insistir na convicção de que a violência doméstica é assunto privado é praticar mais um ato de violência. Entender que a mulher agredida é quem deve assumir se deverá ou não se manifestar e expor sua família, é descarregar nela um fardo que se acresce à violência que ela já suporta. A depender da pressão e das normas sociais pelas quais essa mulher está exposta, ela não encontra condições de decidir, nem mesmo em causa própria. Portanto, ‘meter a colher’, nesse caso, não é invadir a privacidade, é, antes de tudo, aprofundar ações coletivas pelo fim da violência contra mulheres, a fim de garantir que suas vozes e histórias sejam ouvidas, em vez de desacreditadas ou silenciadas.

Ao se decidirem por buscar apoio no CMC, em lugar de procurarem atendimento nos

³⁰ <https://www.meteacolher.org/>

centros de referência e nas delegacias especializadas, essas mulheres corroboram com o que Chatman (1996) identifica como a permanente tensão entre *insiders* e *outsiders*. Embora exista a necessidade por informação, as mulheres acreditam que os *outsiders* (delegacias e centros de referência), em relação ao seu círculo social, não podem, não sabem ou não se interessam em oferecer ajuda. E ainda que os *outsiders* detenham a informação relevante e competência para ajudar, a prioridade em buscar o CMC reside no fato de que a entidade está inserida no cotidiano dos grupos sociais segregados, se constituindo em um *insider* confiável para fornecer orientações.

5.2.2 Necessidades informacionais das mulheres vítimas de violência

Esta categoria descreve quais eram as necessidades de informação das entrevistadas e que caracterizavam o tipo de orientação que elas buscavam (Quadro 9).

Quadro 9 — Necessidades de informação e orientação

[...] *Eu quis procurar o Centro das Mulheres para denunciar ele, para ele ser preso, eu precisava saber como fazia isso, porque já temia pela minha vida. E Também eu queria entender mais sobre as violências que eu sofria, que até então eu achava que era normal. Mas o principal mesmo era como denunciar ele e depois me separar, tirar ele de dentro de casa, não sabia como fazer isso, não entendia de ir na delegacia, dar queixa, de como era o processo, não sabia nada, precisava de muita informação sobre isso...* (LÉLIA GONZALEZ).

[...] *Eu procurei informações de como conseguir apoio psicológico e também para saber dos meus direitos, de como conseguir que ele pagasse pensão alimentícia para meus filhos, eu não sabia como deveria agir em relação a esse assunto.* (CONCEIÇÃO EVARISTO).

[...] *Então, fui lá querendo saber como fazer o Boletim de Ocorrência, quais as opções possíveis que ele poderia ser enquadrado na lei Maria da Penha ou em outra lei e como eu fazia para conseguir uma medida protetiva, pra ele ficar longe de mim.* (DJAMILA RIBEIRO).

[...] *Meu maior interesse em buscar ajuda no Centro, a informação que eu queria urgente era saber meus direitos sobre a casa que eu moro. Ele me expulsava dia e noite quando morava comigo. Então eu queria saber o processo de dividir a casa, da minha parte, da parte dele. Mas no final das contas, eu tive muitas outras informações, sobre vários tipos de violência, inclusive, na última vez que ele começou a quebrar as coisas dentro de casa, as meninas do Centro já tinham me informado que isso também entra na Lei Maria da Penha, então eu não tive dúvidas, quando ele começou os insultos e o 'quebra-quebra' liguei pra polícia, os policiais chegaram e levaram ele, disseram que ele estava preso*

porque colocou minha vida e a vida dos meus filhos em perigo, não importasse que ele não me agredia diretamente. Quando eu ia saber disso? Desse direito todo? Só o Centro das Mulheres mesmo, para me dar essa instrução toda... (CARLA AKOTIRENE).

[...] Elas sabem sobre violência porque vêem nos meios e comunicação, mas ainda precisam de muita informação, sobretudo sobre outras tipologias de violências, como as psicológicas, as patrimoniais e a violência moral. Mas a principal demanda por informação é sobre como denunciar, como dar a entrada no divórcio, em quais casos há o direito a medida protetiva e sobre a guarda e pensão alimentícia dos filhos menores... (COORDENADORA DO CMC).

[...] Elas buscam informações para outras mulheres também, vizinhas e parentes, em geral sobre direitos, como pensão alimentícia, denúncia do agressor, divórcio. Na maioria das vezes elas tem uma vaga noção sobre a lei Maria da Penha, mas não sabem como devem e podem proceder. Daí, buscam orientação sobre seus direitos como mulher vítima de violência ou como mães que querem garantir os direitos dos filhos, na maioria das vezes menores de idade... (PSICÓLOGA DA ONG).

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2022).

Esta categoria focou nas necessidades de informação das mulheres que se dirigiram ao CMC. Foram identificadas duas categorias moleculares: Informações sobre procedimentos para denunciar o agressor, e Informações sobre serviços de apoio à vítima.

5.2.2.1. *Informações sobre procedimentos para denunciar o agressor*

Já sabemos que a violência doméstica se desenvolve em um ciclo, que tende a se repetir e se agravar. O ciclo inicia com um acúmulo de tensão, parte para um episódio violento que pode ter a forma de uma discussão mais inflamada, um empurrão, uma ameaça e até mesmo uma agressão física. O período seguinte é o da “lua de mel”, em que o agressor pede desculpas e se mostra arrependido. E, então, a sequência recomeça. Esse ciclo deve ser interrompido o quanto antes, pois à medida que se repete, gradualmente se agrava e pode culminar no feminicídio, desfecho mais extremo da violência.

A pesquisa apontou que as mulheres vítimas de violência doméstica definiram como mais imediatas, as informações a respeito de procedimentos legais e questões jurídicas, relacionadas ao término dos relacionamentos, como se segue:

- Procedimentos para denunciar seu agressor;
- Processo para efetivar o divórcio;

- Guarda e pensão alimentícia dos filhos;
- Medidas protetivas para as vítimas.

Na sua teoria de mundos pequenos, Chatman (1996) expõe os limites da relação informacional para evidenciar aspectos normativos dos grupos. Uma vez reconhecido que as informações podem ser procuradas ou evitadas pelas pessoas de um mundo pequeno, se entende como a informação é valorizada e transmitida no interior desses mundos.

Um componente básico afetando o comportamento do processo de busca e compartilhamento de informação é o de **Assumir riscos** (CHATMAN, 1996). Em geral, o objetivo do sigilo e do engano é proteger alguém em risco ou alguém que percebe que revelar informações sobre si mesmo é potencialmente perigoso. Assumir riscos é um elemento que incide diretamente no comportamento em informação de populações socialmente excluídas, diz respeito à decisão de expor ou não seus verdadeiros problemas, por meio da análise das consequências negativas e dos benefícios. Refere-se, portanto, à decisão das mulheres de assumir os riscos para resolver seus problemas. Os resultados desta pesquisa proporcionam um entendimento significativo das funções de autoproteção e de risco na pobreza em informação das vítimas de violência doméstica. Revelar que necessitam de alguma orientação para cessar com seus sofrimentos, significava assumir o risco de expor sua intimidade, de sofrer represálias dos agressores e de serem julgadas negativamente, pela própria família, amigos e vizinhança. Sem contar que, nos casos de violência doméstica, a decisão de denunciar o agressor é sempre mais difícil, a vítima tem geralmente um vínculo não apenas financeiro, mas também emocional com o agressor.

Deste modo, na vida real e no momento de tomar uma decisão, muitos fatores estão presentes para dificultar a libertação da mulher agredida. Ademais, para uma mulher que tem suas capacidades intelectuais menosprezadas pela violência sofrida, pode ser muito difícil compreender que a situação da violência não é parte da vida e que não deve ser aceita.

Como se depreende das demandas das mulheres vítimas de violência doméstica, as necessidades informacionais estão centradas nas preocupações imediatas, críticas e urgentes indicando a relevância da situação. Chatman (1996) já havia reconhecido que, para buscar e utilizar algum tipo de informação que não esteja disposta em seu círculo social, pessoas informacionalmente empobrecidas necessitam entender que aquela informação é essencial para que possam seguir com o percurso normal, ou até diferente de suas vidas, como o caso das mulheres que querem cessar a violência doméstica. A esse reconhecimento da importância de adquirir determinada informação para seguir o curso normal da vida, no caso de nossas

entrevistadas – erradicando a violência que sofrem - Chatman denomina de **relevância situacional** (1996).

Chatman (1999) apontou que pessoas pobres em informação, na sua maioria, buscam informações, que atendam três condições: **a)** que a informação seja vista como crucial; **b)** que exista o anseio de que a informação seja relevante e capaz de mudar sua atual situação; e, **c)** se existir a compreensão de que a vida até ali experimentada não está mais em perfeito funcionamento, que algo carece de ser modificado.

As informações que as mulheres buscavam eram substanciais para que elas reorientassem o rumo de suas vidas, reorganizando sua existência de forma digna e livre da violência. As diretrizes recebidas no CMC tornaram-se úteis, pois correspondiam às angústias e aos temores latentes, fazendo sentido a partir da apropriação das informações. Esses sentidos viabilizaram os próximos passos ao caminho da erradicação da violência que sofriam e também à conquista de direitos legais não apenas para elas, também para seus filhos.

Responder às necessidades informacionais das mulheres pode evitar que a violência se configure em um feminicídio. De acordo com Terra, D'Oliveira e Schraiber (2015), as adversidades encaradas pelas mulheres ao buscarem algum tipo de ajuda e informação, para romperem relações violentas, fazem parte de uma sistemática intitulada de *Rota Crítica*, que seria um percurso traçado, quase que invariavelmente marcado por avanços e retrocessos, sempre sob o risco permanente da revitimização das mulheres, seja retornando à relação conjugal, seja se decepcionando com os serviços assistenciais que podem não atender de forma eficiente e humanizada essas vítimas. Por isso, a atuação do CMC como uma rede informal, acolhedora e principalmente feminista, que auxilia as mulheres em momentos de desespero e desconsolo, é importante.

5.2.2.2. *Informações sobre serviços de apoio à vítima*

O processo de denunciar o agressor é doloroso, pois essa violência não se manifesta só nas agressões físicas ou no abuso sexual, passa também pelo abuso psicológico, pela violência moral e patrimonial. Por isso, as necessidades informacionais incluíam informações sobre como acionar os sistemas de proteção e acolhimento, visando apoio às vítimas (Quadro 9). Os novos conhecimentos foram seletivamente introduzidos no mundo informacional dessas mulheres, e, uma condição que influenciou esse processo foi a relevância das informações em resposta aos seus problemas e preocupações do dia-dia.

O apoio psicológico é fundamental para romper o ciclo da violência doméstica e familiar em relacionamentos abusivos. Portanto, toda mulher vítima de qualquer tipo de violência

doméstica deve ter conhecimento da rede de apoio institucionalizada pelo aparato público que foi criada para ajudá-la de forma gratuita e universal. Desde serviços de terapia psicológica ou de profissionais jurídicos para encaminhar legalmente as respectivas demandas da violência doméstica contra a mulher no âmbito do direito.

A procura pelo CMC não significou apenas informação e orientações para seguir caminhos diferentes, mas propiciou novas condutas, ou seja, um reposicionamento mais assertivo, tanto na vida íntima e familiar, quanto na vida em sociedade. O acolhimento da ONG fortalece a expectativa de usufruir de maior autonomia, a partir de um reposicionamento identitário, de ser e estar no mundo, o qual Perrotti (2017) definiu como de protagonismo social. O conceito de protagonismo aí implicado remete para uma compreensão claramente conectada à vida cidadã, ao reconhecimento do outro como condição de constituição de si mesmo, em relação dinâmica (PERROTTI, 2017). Do ponto de vista deste estudo, implica acessar, utilizar e contextualizar as informações, atribuindo-lhes sentido próprio, vinculando-as às suas experiências, suas memórias, seus modos de ser, de sentir e de estar no mundo.

A decisão de se expor ao risco sobre seus verdadeiros problemas foi tomada em decorrência da percepção de que os benefícios superariam as consequências negativas. Condição já definida por Chatman (1996) como relevância situacional, que corresponde à análise da pertinência da informação em resposta a problemas e preocupações, essa relevância situacional expressa o grau de utilidade da informação de acordo com a importância que ela tem naquele momento crítico.

5.2.2.3 O Centro das Mulheres do Cabo como fonte confiável de informação

De acordo com Chatman (1996), para que as pessoas se beneficiem das informações, é necessário que haja algum aspecto de confiança associado à fonte informacional. O CMC se constituiu nessa fonte, em consequência do seu papel, não apenas de fornecedor de informações confiáveis, mas, em função do atendimento cordial, prestativo e respeitoso dispensado às mulheres. Os relatos podem ser lidos no Quadro 10.

Quadro 10 — O CMC como referência em fonte de informações às vítimas

[...] *Eu não suportava mais, já temia pela vida dos meus filhos. Comigo ele já tinha cometido todo tipo de violência, agora estava partindo pra cima dos meninos. Então resolvi enfrentar o perigo de fazer alguma coisa. Só que eu não sabia o que fazer. Então, fui no Centro das Mulheres, morrendo de medo, me escondendo por trás dos muros, por baixo dos carros, com medo que alguém me visse e dissesse a ele, eu só tinha 10 minutos livres, porque era o tempo que ele achava que eu tava pegando meu menino mais novo na escola, se passasse desse horário, ele já se irritava, ele me batia, dizendo que eu tinha desviado o caminho. Quando a gente chegou lá, “Você sabe o que é você ser acolhida por alguém que nem lhe conhece?” Elas me acolheram me levaram lá pra cima, conversaram, me explicaram sobre violência, me disseram que as coisas, a vida não era da forma que ele me dizia... Eu confiei no que elas me disseram por conta que eu já conhecia o trabalho delas lá no meu bairro e por que minha vizinha me recomendou muito bem. Me garantiu que lá elas saberiam me encaminhar para resolver meu problema. E realmente, elas me orientaram a respeito do que eu tava precisando saber naquele momento, me informaram sobre como denunciar, todos os passos de como eu tinha que fazer naquele momento, para acabar com o tormento... (LÉLIA GONZALEZ).*

[...] *Alguém, que não lembro agora, me disse que eu procurasse o CMC, que lá eu iria encontrar orientação, para os problemas que estava enfrentando que elas eram de confiança que ia valer a pena eu procurar. Então criei coragem e fui lá com minha irmã. Um dia antes eu havia tido mais uma contrariedade em relação ao meu ex-marido, então foi a gota d’água. No outro dia cheguei no Centro, chorando muito, com muita angústia. Com medo, mas também pensando que eu tinha que fazer alguma coisa, já estava insuportável, e eu não ia mais voltar atrás, eu ia seguir, tava disposta a resolver aquilo a qualquer custo mesmo... Então, foi lá no Centro das Mulheres que fui recebendo as orientações, fui me informando sobre como proceder para resolver a pensão alimentícia dos meninos, elas me deram tanto apoio, tanto carinho, tanto conhecimento. Fui atendida pela psicóloga, na época ela ainda fazia acompanhamento, e eu fiquei sendo acompanhada por ela. Durante muito tempo da minha vida o Centro era o melhor lugar do mundo pra mim, me sentia bem e feliz em estar lá... (CONCEIÇÃO EVARISTO).*

[...] *Como eu já te disse, houve uma situação que foi o limite, afetou toda minha família, meus filhos... Então resolvi dar um fim, independente do que isso custasse, foi quando procurei o Centro das Mulheres, já estava decidida a encarar mesmo, a colocar um fim naquela situação... Eu ouvia o programa do Centro das Mulheres na rádio comunitária de vez em quando, via algumas coisas delas no Facebook e tinha uma vizinha que trabalhava lá. Então falei com essa vizinha, que estava com esse problema, que não sabia como resolver, a quem recorrer, então ela me aconselhou a buscar o atendimento. Chegando lá, elas me acolheram me explicaram tudo o que era necessário fazer para denunciar, para resolver esse problema que já estava me tirando o sono, e eu senti sim, confiança nelas.*

Se não fosse pelo Centro eu não teria ido a delegacia, não teria conseguido o que consegui em relação a essa situação, elas me apoiaram durante todo o tempo, até o momento que consegui a medida protetiva, elas tiravam minhas dúvidas, me davam força e passavam confiança em resolver aquele martírio... (DJAMILA RIBEIRO).

[...] Quando eu cheguei no Centro eu não disse tudo o que ele fazia, que ele me xingava, me abusava, nada disso. Mas aos poucos fui ganhando confiança nas meninas de lá e fui falando a verdade toda, tudo o que acontecia dentro de casa. A experiência no Centro das Mulheres foi muito boa, elas me trataram muito bem, conversei com a psicóloga delas. Depois que fui me acostumando a entender um pouco mais desses assuntos, que elas me levaram pra o Centro de Referência, que também foi muito bom pra mim, por que lá fui tendo tratamento psicológico, passei pela assistente social, e consegui o advogado para ver a papelada do processo. Mas o Centro das Mulheres é ainda melhor que o Centro de Referência, as meninas de lá são como minhas amigas, eu confio plenamente no que elas me dizem... (CARLA AKOTIRENE).

[...] Acontece muito de quando estamos realizando nossas atividades em alguma localidade, durante uma palestra, nas rodas de terapia comunitária ou de autocuidado, nos momentos de diálogo, de elas assumirem que estão sofrendo violência doméstica. Tem as mulheres que não se sentem à vontade para falar na frente das outras, mas no final das atividades, nos procuram em reservado para conversar. Quando elas vêm até nós, é por que não suportam mais as agressões, as violências, em geral, já estão dispostas a enfrentar os riscos de romper com aquela situação. Por que na mente delas denunciar é sempre mais perigoso do que permanecer no sofrimento... Elas vêm aqui, principalmente, pela confiança que elas têm pela instituição, pelo reconhecimento do nosso trabalho nas comunidades. Chegam perdidas, desorientadas a respeito de questões cruciais: “como denunciar meu agressor?”, “como consigo a pensão alimentícia”? “como conseguir uma medida protetiva?”, são essas as informações primordiais que afligem elas e que elas recorrem ao CMC para resolver, para se informar... (COORDENADORA DO CMC).

[...] Nós as orientamos, fazemos uma fala sobre a questão do ciclo da violência, explicamos todo o processo desse ciclo, falamos da importância da denúncia e indicamos os caminhos para elas. Frisamos que é importante denunciar, mas aí fica a critério delas. Quando trabalhávamos diretamente recebendo as vítimas de violência no Centro, tentávamos, a partir de um acolhimento mais aprofundado encorajar a denúncia, mais do que informação, fortalecíamos a mulher para fazer a denúncia, trazíamos elas para o lugar do atendimento psicológico, então, no momento do atendimento psicológico, a gente dava total assistência, até elas se sentirem encorajadas a denunciar, a enfrentar o agressor, a assumir os riscos mesmo. [...] Elas querem saber o que fazer para cessar a violência sofrida, tem algumas que nos procuram apenas para falar/desabafar e ter acesso a atendimentos

A credibilidade do CMC já estava consolidada em razão das ações, desenvolvidas regularmente nas comunidades, essa atuação legitimou a entidade como autoridade informacional em relação às questões de interesse das mulheres, incluindo informações e conhecimento sobre os tipos de violências das quais elas podem ser vítimas, a aquisição e execução de direitos como cidadãs, o incentivo, na forma de cursos e oficinas que habilitem essas mulheres à inserção no mercado de trabalho formal ou como empreendedoras, disposições sobre procedimentos com relação à saúde feminina, conscientização da relevância e necessidade do acesso das mulheres à educação regular e a toda engrenagem social e cultural que diz respeito à cidadania e ao empoderamento feminino. O CMC criou e assumiu uma identidade de confiança e aceitação nas comunidades onde esteve inserido.

Para as entrevistadas, que buscaram o Centro, a entidade forneceu informações jurídicas para os processos de denúncia e também assistência psicológica imediata. Todo o apoio fornecido às mulheres levou a ong ao mérito de ser considerada uma *insider* respeitada. De ser encarada, no imaginário social e cultural, como verdadeiramente interessada nas questões daquelas mulheres, circunscritas a mundos pequenos, já definidos por Chatmam (1996, 1999), com vivências limitadas pelas normas sociais estabelecidas para suas vidas.

5.2.3 Apropriação das informações recebidas

Esta categoria descreve como as mulheres vítimas de violência doméstica lidaram com a informação e com os efeitos resultantes da apropriação dessa informação em suas vidas. Focalizou a sua atenção nas ações tomadas após o atendimento recebido no Centro das Mulheres do Cabo e como suas vidas seguiram adiante.

Quadro 11 — Apropriação das informações

[...] As meninas do Centro me deram um gravador para gravar as conversas com ele, gravar as violências e as agressões. Também me explicaram que estava pra sair uma lei, que colocava os homens na cadeia de verdade, me deram o número da polícia e disseram como eu tinha que fazer. Pronto, parece uma coisa, nesse mesmo dia ele me agrediu, então minha filha correu no “orelhão”, ligou e os policiais vieram, nesse dia finalmente eu tive a coragem e o apoio para denunciar. Nesse mesmo dia ele foi preso em flagrante... Diante do que aprendi com as meninas do Centro eu passei a ficar confiante que poderia mudar minha vida. Foi a partir daí que tomei a coragem de denunciar e seguir com o processo até ele ser preso.

Lá no Centro, fui muito bem acolhida e aprendi sobre outros tipos de violência, que não era só a física não, existem outras também. Hoje conheço meus direitos, e o que eu tenho dúvida vou buscar saber. Aconselho as meninas mais novas daqui de perto, que elas não aceitem capricho dos namorados. Por que a agressão, a violência, começam com ciúmes “bestas” e depois vai aumentando, até que pode chegar em morte. Lá no Centro também tive muito apoio psicológico, que me fortaleceu para estar aqui hoje contando a história. Além dos cursos que elas promovem, pra gente aprender e poder ter nosso dinheiro, nossa dignidade... (LÉLIA GONZALEZ).

[...] Lá no Centro elas tinham uma advogada que me ensinou certinho como eu entrava na justiça com o pedido da pensão alimentícia e a questão da guarda dos meninos. Eu fiz como ela me informou e deu tudo certo. Também me orientaram para conseguir o atendimento psicológico que eu estava precisando, e consegui, fiquei me tratando e aliviando minha mente. Também teve informação sobre a guarda dos meninos, quais dias eles ficavam comigo, os dias que iam ver o pai, que isso era outra coisa que me preocupava bastante, mas lá elas me guiaram. [...] Então eu passei a ir pra lá duas vezes na semana, eu conversava e daí, fui me abrindo, fui me abrindo. E as coisas foram “clareando” pra mim, fui aprendendo que tudo que eu tinha passado não era o certo, nem era normal. Lá eu aprendi a não ter vergonha do que aconteceu, e começar a falar mesmo, pra todo mundo, porque são coisas que eu passei muito difíceis, né? Aprendi muito com as meninas do Centro, ao ponto de hoje em dia não permitir que ninguém me machuque, que ninguém me humilhe. Ninguém me fere, seja lá como for, com quem for, aonde quer que eu vá. Eu sei o que mereço, meus direitos, o que é certo e o que é errado se fazer com uma mulher. Os tipos de violência que a gente mulher pode sofrer. Então eu já ensino a outras mulheres, dou meu exemplo e mostro como a mulher deve ser. Devemos ser donas da nossa vida e buscar nossos direitos, existem muitos órgãos do governo, ouvidoria, delegacias especializadas, essas coisas, que servem pra gente pedir que nossos direitos sejam respeitados!... (CONCEIÇÃO EVARISTO).

[...] Lá elas me explicaram tudinho, que violência psicológica e patrimonial também são violências, que tudo aquilo não era normal, que eu não devia desculpar as coisas que ele fazia, achando que isso era da personalidade dele. Então fui à delegacia em seguida, fiz o Boletim de Ocorrência, levei pra frente a denúncia e consegui: Tive direito a medida protetiva, durante seis meses, tempo suficiente para as coisas se acalmarem, e eu poder ter outra vida [...] Eu digo, que qualquer mulher que esteja passando alguma dificuldade, algum tipo de violência, procure ajuda. Às vezes, não dá coragem de ir na delegacia direto, de fazer um pedido de pensão alimentícia, um pedido de medida protetiva. Vai lá no Centro das Mulheres, você vai ser fortalecida e não vai estar sozinha. Hoje não me sinto mais eu contra o mundo, hoje sei que tenho direito, que devem ser respeitados e se não respeitarem existe a punição.

Converso com clientes e amigas que a gente deve enfrentar as coisas ruins que a gente pode passar, de cabeça erguida, buscando se informar para acabar com o sofrimento. Sou outra pessoa, mais consciente, levo outra vida, muito melhor, conhecendo meus direitos. Se alguém se atrever, eu já sei o que fazer, a quem recorrer. A informação que fui buscar serviu para mudar a minha vida e hoje aconselho outras mulheres... (DJAMILA RIBEIRO).

[...] Com minhas idas ao Centro, com as conversas que tive lá, hoje eu consigo enxergar e entender que eu vivia uma relação abusiva. Ele me dizia que eu era feia, que ninguém me queria, que eu iria morrer sozinha, que eu iria passar fome, então ele tá mexendo com seu psicológico, isso e um jeito de ele me maltratar, me humilhar, me deixar presa a ele. Eu mudei muito depois de procurar ajuda no Centro das Mulheres. Foi lá que percebi que tinha medo de viver sozinha, de passar necessidade, de não dar conta de me manter a mim e a meus filhos. Mas como elas conversam com a gente direitinho, a gente abre a mente. Depois do que aprendi lá fiquei mais decidida a realmente não querer mais ele. Ele me procura ainda, dizendo que mudou, mas não é verdade, assim que saiu de casa ele me dava R\$ 600 reais, quando ele viu que realmente eu não iria voltar pra ele, ele reduziu o dinheiro pra R\$ 350. Tudo pra me pressionar a voltar pra ele. E lá no Centro elas me explicaram sobre o ciclo da violência, ele faz igualzinho: tenta me manipular com palavras doces, com dinheiro para as crianças e quando percebe que eu tô decidida ele muda, fica com mais raiva ainda, vira uma fera pelo telefone. Hoje sou fortalecida e apesar das dificuldades eu sinto que posso andar com minhas próprias pernas, tô participando de cursos lá no Centro vou melhorar minha vida, livre da violência que ele me fez passar... (CARLA AKOTIRENE).

[...] Elas usam as orientações que damos, e vão entendendo quais os próximos passos a dar, em relação à violência sofrida e em relação à própria vida dali em diante. Ao longo do tempo, quando participam de nossas atividades, elas vão passando a ter um maior acervo de informações que servem para uma vida mais empoderada mesmo. Informação para fazer frente às informações erradas, que elas recebem de parentes, de amigas, de líderes religiosos. Conhecimento novos, a respeito de que elas têm direito a viver livres de violência. Elas usam as informações para reiniciarem suas vidas. Buscamos orientar as mulheres que nos procuram aqui na sede, e também as que participam das atividades nas comunidades, para que reverberem, multipliquem o conhecimento, as informações que receberam. A intenção é de que se forme uma rede de sororidade, de apoio feminino. Queremos influenciar as mulheres a se importarem umas com as outras, a ter uma relação de cuidado e de compreensão. De não julgar as mulheres que enfrentam a violência doméstica. Conosco elas aprendem que não podem, nem devem ser algozes de outras mulheres, que todas estamos expostas a uma estrutura cruel, seja em menor ou maior grau. Embora gere frutos, é um resultado muito sutil: ouvir no rádio,

ver na televisão, são formas de ir assimilando as questões femininas como pauta importante, essencial. Elas descobrem, a partir da atitude corajosa de romper com a violência, que podem exercer outros papéis sociais, não apenas de mulheres submissas, sem o exercício pleno de seus direitos. E notamos que mesmo de forma tímida, as informações que entregamos a elas são sementes, que elas vão fazendo gerar frutos com outras mulheres, vão ensinando umas às outras... (COORDENADORA DO CMC).

[...] Em geral elas vêm aqui para se informar sobre como denunciar, então daqui nós explicamos e fazemos encaminhamento para a rede de assistência. E elas seguem, a partir do que orientamos: elas vão denunciar, vão se divorciar oficialmente, solicitam a pensão alimentícia e tudo o que envolve esse contexto de violência contra a mulher. Elas recebem várias orientações, que as habilita a identificar o ciclo da violência. Daí, após todo o processo de escuta e de encaminhamento, essas mulheres vão entendendo seus direitos e exercendo-os... (PSICÓLOGA DO CMC).

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2022).

Nesta categoria foram identificadas duas categorias moleculares: Ações imediatas contra o agressor, e Busca de reconhecimento da condição de ser mulher.

5.2.3.1 Ações imediatas contra o agressor

As ações imediatas se constituíram no registro e encaminhamento de denúncias de violência e na solicitação de seus direitos aos órgãos competentes, manifestando as intoleráveis condições de violência às quais foram submetidas, agora não mais vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais, pelo menos para essas mulheres. Como se lê no conteúdo das entrevistas no Quadro 11, as mulheres tomaram para si a consciência da inferioridade geral, comumente acatada, até então. Assim principais ações desencadeadas foram:

- Denúncia e prisão do agressor em flagrante;
- Registro da denúncia de violência;
- Solicitação da pensão alimentícia;
- Guarda dos filhos;
- Medida protetiva.

As medidas protetivas têm caráter de medida cautelar *sui generis* e são autônomas em relação a qualquer processo, cível ou criminal. Independem ainda de representação da vítima. Em casos de urgência, o juiz responsável pelo caso pode solicitar uma medida protetiva de

emergência, determinando o afastamento do agressor e a proibição de qualquer forma de contato com a vítima e sua família.

Se a elevação do crime de feminicídio à categoria de crime hediondo (art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.072/90) não é a solução para o fim da discriminação da mulher enquanto gênero é, com certeza, uma forma de empoderar o seu *status*, colocando, via aparato legal, uma punição mais severa aos agressores. Embora a realidade brasileira faça concluir que a Lei Maria da Penha não será o fim da agressão contra as mulheres, ela é uma contribuição ao reconhecimento da condição de ser mulher.

Numa perspectiva otimista e por ser a violência doméstica produto da história construída pela sociedade, as ações de médio e longo prazo de busca de reconhecimento à condição de ser mulher podem ser compreendidas como uma situação incessantemente confrontada por novas experiências. E, assim, as transformações da sociedade tiveram como agentes, as mulheres que desempenharam e desempenham papel ativo e de destaque, como protagonistas da história, lembrando aqui do impulso dos movimentos feministas nas conquistas de marcos legais na equidade de gênero. O sentido das práticas sociais que foram longamente reiteradas e cristalizadas por homens e mulheres é agora questionado.

Há uma extensa história de pesquisa qualitativa para apoiar a posição que as normas sociais desempenham na aceitação ou no ato de evitar informações. Um desses conceitos é a dominação simbólica de Pierre Bourdieu, processo social de transmissão de valores e que naturaliza desigualdades na fala e no comportamento. Uma das formas de dominação do homem sobre a mulher é por meio da violência física, mas a dominação simbólica sobre a mulher, na teoria de Bourdieu (2012), legitima-se por meio do poder simbólico que seu parceiro exerce sobre ela, e com ele se obtém o equivalente daquilo que é obtido pela força, sem, porém, fazer uso dela. Bourdieu desmascara esse tipo de dominação, que, muitas vezes, não é reconhecida como tal.

O efeito da dominação simbólica de gênero se exerce através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação contra as mulheres, que são constitutivas das normas sociais e que fundamentam aquém das decisões da consciência, uma relação de conhecimento profundamente obscura a elas mesmas (BOURDIEU, 2012). Assim, a lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina só pode ser compreendida se a sociedade lançar luz aos efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre as mulheres (e os homens). Uma norma social incorporada, não é das que se podem sustar com um simples esforço de vontade, alicerçado em uma tomada de consciência libertadora.

Em outros termos, ela encontra suas condições de liberdade (no sentido mais amplo da palavra) no imenso trabalho prévio que é necessário para operar uma transformação duradoura

e produzir as disposições permanentes que ela desencadeia e desperta; ação transformadora ainda mais poderosa, por se exercer, nos aspectos mais essenciais, de maneira invisível e traiçoeira, como a violência simbólica.

Com Bourdieu (2012) podemos afirmar que o reconhecimento da dominação supõe sempre um ato de conhecimento, porém, isso não implica igualmente que levará a liberação das mulheres como efeito automático de sua "tomada de consciência".

Na Constituição Federal brasileira (BRASIL, 1988) homens e mulheres são iguais em direitos e deveres civis. Mas, na prática essa não é a realidade de muitas mulheres. De acordo com Bourdieu,

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte”. (BOURDIEU, 2012, p. 45).

A dominação masculina encontra assim, reunidas, todas as condições para o seu exercício. A força da dominação masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção. Consequentemente, na violência doméstica contra a mulher, o poder do parceiro é exercido com a contribuição da vítima, havendo uma forma incorporada de dominação que a faz parecer como natural e que contribui para eternizar essa subordinação.

5.2.3.2 *Busca do reconhecimento à condição de ser mulher*

Esta categoria molecular mostra como, após a procura pelo CMC, as entrevistadas passaram por uma redefinição dos papéis tradicionais legados a elas em nossa estrutura social. As mulheres vítimas de violência doméstica passaram por ajustes emocionais, sociais e psicológicos, ao qual seu mundo pequeno não as havia preparado. Avançaram no conhecimento sobre tipologias e características das violências por elas experimentadas, mostram-se aptas a exercerem seus direitos e cidadania de forma plena e ativa e também de reverberar a desnaturalização das violências sofridas por outras mulheres. As entrevistadas demonstram ser multiplicadoras dos valores feministas e da autoconfiança que adquiriram a partir do contato com o Centro das Mulheres do Cabo.

Por conseguinte, seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, que precisam se afirmar como tal, aos poucos. Sem dúvidas, “[...] o lugar da mulher na atualidade e a necessidade de continuar na busca pela igualdade de gênero vêm carregados pela sua condição histórica de submissão a que foi submetida desde a

colonização do Brasil”. (VERAS; SILVA, 2018, p. 44). Sociedade, como todos sabem, patriarcal e hierarquizada com hegemonia e chancela do poder do homem. A preservação dos interesses e privilégios dos homens depende do sucesso das narrativas de convencimento do restante da população, em especial das mulheres. Apenas pela aceitação das normas sociais de incentivo à diferença de gênero é que é possível reproduzir a estrutura injusta de dominação indefinidamente ao longo do tempo.

No Brasil, de acordo com o sociólogo Jessé Souza, as elites fomentam os processos de dominação (incluindo aqui a dominação de gênero) pela monopolização das estruturas e instituições: dos jornais, das redes sociais, das editoras, das universidades, das TVs, dos tribunais e dos partidos políticos (SOUZA, 2022).

As narrativas das mulheres vítimas de violência física devem, portanto, ser também compreendidas como uma violência simbólica, arraigada na sociedade que causa danos profundos no tecido social. Para Bourdieu (2012), a "violência simbólica", explica a tentativa das elites em convencer os dominados a aceitar seu papel de inferioridade na hierarquia social. Com Bourdieu (2012) entende-se que a violência doméstica implica, de fato, que a revolução simbólica a que o movimento feminista convoca não pode se reduzir a uma simples conversão das consciências e das vontades das mulheres, pelo fato de o fundamento dessa violência residir não apenas nas consciências mistificadas a que bastaria esclarecer, e sim nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem.

Se com Chatman (1996, 1999, 2000) temos que levar em conta o papel das normas sociais nas estruturas objetivas de todo tipo de violência contra a mulher, Bourdieu (2012) ressalta que só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica têm com seus dominantes a partir de uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os que o dominam e sobre si mesmos, o ponto de vista preponderante. Ou seja, de acordo com Bourdieu (2012), uma relação de dominação depende, profundamente, para sua perpetuação ou para sua transformação, da perpetuação ou da transformação das estruturas de que tais disposições são resultantes (particularmente da estrutura de um mercado de bens simbólicos cuja lei fundamental é que as mulheres nele são tratadas como objetos que circulam de baixo para cima).

Essa revolução no conhecimento, como vimos neste estudo, não deixa de ter consequências na prática e, particularmente, na concepção das estratégias destinadas a transformar o estado atual da relação de forças entre homens e mulheres. Mas, como assinala Bourdieu (2012) o princípio de perpetuação dessa relação de dominação não reside verdadeiramente, ou pelo

menos principalmente, em um dos lugares mais visíveis de seu exercício, isto é, dentro da unidade doméstica, na qual esta pesquisa concentrou todos os olhares. É preciso ampliar a visão em instâncias como a Escola ou o Estado, lugares de elaboração e de imposição de princípios de dominação que se exercem dentro mesmo do universo mais privado. Tem-se, assim, um campo de ação imenso que se encontra aberto às lutas feministas, chamadas então a assumir um papel original, e bem-definido, no seio mesmo das lutas políticas contra todas as formas de dominação.

Como se constata a partir das entrevistas, na maioria das vezes essas mulheres não sabiam a quem recorrer em busca de orientação. Essa dificuldade é mais uma expressão da pobreza em informação que as mantinham isoladas e circunscritas nos seus mundos pequenos. Essa dificuldade provoca perdas para toda a coletividade feminina, dificultando sua presença em espaços de representação política e em territórios de poder e decisão (PIOSIADLO; FONSECA; GESSNER, 2014).

Nesse ponto se nota o importante papel da ong, que se conecta com essas mulheres por laços de confiança e credibilidade, firmados por intermédio das atividades que desenvolve nas comunidades das quais essas mulheres fazem parte. O CMC constitui-se, em uma fonte informacional, que reúne características de *insiders*: confiabilidade, expectativa e interesse em oferecer ajuda.

Para Chatman (1999), nesse mundo pequeno as normas e o controle social delimitam o que as pessoas podem e devem esperar de suas vidas, uma vez que seus pontos de vista e suas perspectivas são submetidas ao julgamento da comunidade. Os relatos corroboram com a teoria dos estudos de Chatman. As mulheres hesitam em tornar público seu sofrimento, silenciam seus infortúnios, em consequência do medo dos comportamentos masculinos agressivos e do julgamento dos membros do seu grupo. As histórias narradas confirmam que, por muito tempo, elas não buscaram ajuda devido ao receio de serem ainda mais agredidas, ou até de pagarem o preço com a própria vida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica é a face mais perigosa e cruel de todas as coações e constrangimentos as quais as mulheres estão submetidas. De todas as violações, a que mais marca e humilha. Entrevistar mulheres que enfrentaram essa brutalidade foi, antes de tudo, doloroso para elas e para a pesquisadora. É reviver os anos de sofrimento, vergonha e medo. Entre as vozes embargadas, as falas são entrecortadas por pausas que remetem a lágrimas, mas também a sorrisos de felicidade, por resistirem, pela coragem em combater a opressão.

Esta pesquisa teve como objetivo geral examinar as características do comportamento em informação de mulheres vítimas de violência doméstica que buscaram algum tipo de orientação informacional no CMC. As características encontradas no comportamento dessas mulheres têm aplicabilidade geral para os estudos sobre barreiras sociais de acesso à informação. Especificamente, a pesquisa descreveu as circunstâncias que encorajaram as mulheres a buscarem informações; identificou o tipo de orientação procurada e que caracterizava a informação que necessitavam; e, por fim, analisou o comportamento das mulheres à medida que se apropriavam das informações no enfrentamento à violência.

Acredita-se que o estudo respondeu sua pergunta de pesquisa e seus objetivos, uma vez que descreveu como funciona o comportamento em informação de mulheres vítimas de violência doméstica no interior de um mundo social pequeno, evidenciando como as normas sociais afetam a maneira das mulheres vivenciarem essa problemática.

Este não foi um estudo com resposta fácil. Para cada mulher, o problema da violência doméstica se apresentou cheio de nuances, embora a pesquisa mostre que o comportamento em informação é produto de normas sociais e envolve conflitos decorrentes das posições familiares, sociais e até mesmo culturais ocupadas pelas mulheres. O estudo contribui para evidenciar as questões sociais que atravessam os fluxos informacionais na sociedade. Mostrou, igualmente, as formas, por meio das quais, as barreiras informacionais de diversas esferas da vida cotidiana e sob diferentes níveis, influenciam no comportamento em informação de vítimas da violência doméstica.

Devemos mencionar que o comportamento dos membros do mundo social (*insiders*) muitas vezes parece sem sentido para os de fora (*outsiders*), porque eles não entendem prontamente sistemas codificados particulares, aqui, considerando o fato de as mulheres sentirem vergonha e culpa por serem vítimas de violência doméstica. Este é um processo necessário para os pesquisadores entenderem, se esperam compreender, um mundo de vida diferente do seu.

As experiências vivenciadas e as normas sociais que conformavam o comportamento das

mulheres foram explicitadas na aceitação e naturalização da violência. Suas condutas, pensamentos e crenças, passavam pela aprovação dos *insiders*, membros da comunidade onde viviam.

Esse comportamento as colocava numa posição de fragilidade, tanto nos seus pequenos mundos, que naturalmente as oprimiam de forma naturalizada, quanto com relação ao mundo dos *outsiders*, para os quais não conseguiam dispensar confiança nem credibilidade. Esse era um dos motivos que as levavam a suportar caladas, tentando manter em sigilo e até mascarar os atos de violência que sofriam.

Se partirmos da situação na qual as mulheres tinham verdadeiramente necessidades de informação e que essas necessidades não estavam sendo compartilhadas (principalmente devido aos comportamentos de autoproteção), é razoável assumir que elas viviam uma realidade informacional empobrecida. Cremos ser inadmissível uma dinâmica social na qual a própria vítima de violência doméstica se sinta culpada pelas crueldades que sofre. A vivência de exclusões sociais ativas e passivas confina as mulheres a um contexto informacional limitado e circunscrito. Esse entrave, apenas pode ser transposto, quando elas se insurgem e buscam garantias sociais, pelo acesso às instituições do direito, que quase sempre estão fora do seu círculo social. Ao atravessarem esses limites, elas depreendem que os episódios de violência que enfrentam não devem ser encarados como determinações do destino e que os comportamentos agressivos masculinos, não devem ser acatados por elas.

As narrativas mostraram que a vida social limitada a contextos onde as informações não circulavam, só poderia ser modificada e levada a outros patamares, quando as mulheres, a partir de circunstâncias de extrema relevância, e sempre assumindo riscos, resolveram transpor as barreiras que as impediam de acessar e utilizar conhecimentos com potencial para proporcionar-lhes uma vida livre da violência doméstica.

Se falar sobre a violência doméstica contra as mulheres é tocar numa chaga que se encontra aberta há séculos, também há que se ressaltar, embora muito recentemente, o objeto de preocupação por parte de entidades ligadas aos direitos humanos e de políticas governamentais que tentam erradicar esse mal social. Porém, embora haja todo o aparato jurídico-legal e também institucionalizado, mantido pelo poder público, a coerção exercida pelas leis de enfrentamento à violência doméstica são apenas o pontapé inicial para alcançar a monstruosidade da violência de gênero.

A tônica deste estudo deve ser colocada na dimensão do valor que a Lei Maria da Penha pretende proteger, uma vez que a violência contra a mulher atinge bens de dimensão pública, não se circunscrevendo apenas à esfera privada e meramente familiar. Uma análise dessa lei e

dos instrumentos internacionais que lhe dão guarida permite concluir que ela repercute no domínio ético, estruturado por um valor democrático irrenunciável de dimensão pública: a igualdade de gênero.

As concepções que localizam as mulheres em posições de subalternidade em relação aos homens compactuam com a permanência do sexismo e da misoginia. São urgentes políticas públicas, não apenas de combate e erradicação da violência doméstica, mas iniciativas governamentais que abarquem novas perspectivas, mais igualitárias e éticas, incentivando a igualdade de gênero, seja através da educação formal, seja através de campanhas de sensibilização ou outra estratégia educativa. Esse não é dos empreendimentos mais simples e fáceis, mas é necessário para garantir que os direitos humanos estejam acima do privilégio de gênero, nas próximas gerações.

Para que se possa indicar um caminho sólido em direção à extinção desse problema, há que se investir na garantia de direitos iguais entre homens e mulheres no ingresso à educação formal, no acesso à saúde e à moradia, além de garantir às mães a custódia de seus filhos enquanto trabalham. A esfera da representação política também é muito importante, não exclui a relevância de todas as outras, mas tem um peso maior, porque a percepção de que todas as situações de violência, exclusão e silenciamento pelas quais as mulheres passam, podem e devem ser solucionados no campo político, ainda é a mais válida. A ausência feminina nas instâncias decisórias é um dos pontos de significativa contribuição para conservação de um sistema social desigual, que oferece menos às mulheres, principalmente se elas pertencem às classes menos favorecidas da sociedade. Assim é relevante o engajamento político, fortalecer a presença e a permanência das mulheres na política, e não deixar apenas aos homens a ocupação desses espaços.

Para conseguir finalizar esta pesquisa, é substancial afirmar que o estudo possibilitou e também potencializou novos pontos de vistas, não apenas sobre a violência doméstica contra as mulheres, mas sobre a importância e a magnitude social do movimento feminista, em específico das organizações não governamentais feministas. O feminismo, com suas nuances e interseccionalidade, é um tema de importância social, cultural, midiática e política, e seus elementos mobilizadores e ações efetivas, fazem dele mecanismo essencial, não apenas para entender os papéis estabelecidos para as mulheres em nossa sociedade, mas para combater as desigualdades sociais entre elas e os homens. Embora tenha havido progresso nas reivindicações feministas, há ainda muito espaço a ser conquistado e muita invisibilidade e silenciamento precisam ser erradicados.

As narrativas também evidenciaram que o Centro das Mulheres do Cabo exerce papel

importante como fonte de informação no combate à violência doméstica para as mulheres que vivem na região onde a ong está localizada. A informação viabilizada se volta para compreender as relações de gênero, as construções dos papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade e como as mulheres podem sobrepor os cenários de violência. É notório o envolvimento e aproximação do Centro com as mulheres, por meio de diálogos e disponibilização de informações de modo natural, quase familiar. Como essa pesquisa apontou, a entidade funciona como uma fonte de informação para o apoio feminino, no interior das comunidades.

Nossa pesquisa comprova que a falta de acesso ou o acesso ineficaz à informação é produto das desigualdades sociais e ao mesmo tempo produz condições de subordinação e desigualdade. É primordial possibilitar às mulheres que participem de todas as esferas da vida em sociedade, incluindo os fluxos informacionais regulares e seguros, para que consigam assumir o protagonismo de suas próprias vidas e que conquistem a autonomia e liberdade para viverem livres de todos os tipos de violência, segregação, invisibilização ou silenciamento, que as ameace dentro ou fora de suas casas.

Esta pesquisa tem suas limitações. A primeira diz respeito aos procedimentos metodológicos. Sabemos que Chatman privilegiou a etnografia como procedimento de coleta de dados. Neste estudo, o contato com o campo a ser investigado se limitou a entrevistas semiestruturadas, que se realizaram remotamente. O contato com o campo de investigação e os sujeitos analisados, em comparação aos estudos de Chatman, pode ser considerado rápido e até pouco aprofundado, culminando numa visão de campo talvez limitada acerca de todas as questões e nuances contida no processo analisado, o que indica a necessidade de estudos mais aprofundados para identificar, caracterizar e analisar outros fatores existentes e que intervêm no comportamento em informação de mulheres vítimas de violência doméstica.

Nesta pesquisa, colocamos sob a luz de um estudo científico, comportamentos humanos que podem e devem ser influenciados por realidades socialmente construídas ao longo de toda a existência das pessoas, e não apenas por uma urgência ou necessidade extrema, como o caso das vítimas de violência doméstica. Ampliar a análise para um escopo maior da vida social dessas mulheres pode trazer novos elementos intervenientes em seus comportamentos em informação. Outra limitação diz respeito à amostra. Esperava-se conseguir um maior número de mulheres para entrevistar, mas o fato de já haver na cidade do Cabo de Santo Agostinho toda a rede referencial de atendimento a vítimas de violência doméstica, diminuiu-se consideravelmente, os atendimentos dessa natureza feitos diretamente pela ong. Isso interveio diretamente no recorte temporal da pesquisa. De início, pretendia-se entrevistar mulheres atendidas pelo CMC entre os anos de 2018 e 2021, mas devido ao fato de as mulheres muitas

vezes não preencherem corretamente a ficha de cadastro para atendimento inicial disponibilizada pelo CMC, houve a impossibilidade de ter uma amostra suficiente dentro desse período. Apesar disso nossa amostra, apresentou-se como suficiente por possibilitar a identificação e a caracterização dos fatores definidos na teoria Chatman como presentes no comportamento em informação de populações que experimentam vivências circunscritas a mundos pequenos onde as normas sociais influenciam no modo de agir e pensar.

O esquema conceitual de Chatman é potencialmente frutífero e sugere, no âmbito da CI, olhar para ambientes sociais diversos, o quanto eles podem ser específicos e diferenciados e o quanto eles necessitam ser atendidos nessas particularidades. Descrever a atitude das mulheres após o uso das informações disponibilizadas pelo CMC possibilita perceber que a informação, como um recurso de empoderamento, proporciona a autonomia das mulheres no que diz respeito ao rompimento das agressões que sofrem. Vemos que o acesso à informação é um direito que não pode ser negado à ninguém, mas a estrutura patriarcal, cristaliza valores e normas, seguidos como regra incontestável. A tendência da dominação masculina é comprimir as mulheres para um ajustamento desigual no convívio social. Esse ajustamento inclui os fluxos informacionais insatisfatórios e que excluem as necessidades femininas.

Estudos que analisem o caráter social e até mesmo cultural da informação são indispensáveis na Ciência da Informação, porque precisamos quebrar padrões, também informacionais, pautados pelo sexismo. É necessário o entendimento de quais regras, costumes e normas sociais estão designando sobre o que é importante informar, de que forma e também para quem estamos informando. Investigações que pautem os fluxos, comportamentos e competências informacionais de populações socialmente segregadas podem identificar novas formas, necessárias e democráticas de disponibilizar a informações de modo horizontal, ampliando assim o escopo social da ciência da informação. Mais do que usuários e não usuários da informação demanda-se o conhecimento dos fatores sociais que afetam as maneiras como pessoas segregadas optam por se informar ou até ignorarem completamente a informação, em numa sociedade caracterizada como sociedade da informação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Cesaltina. Desigualdade social e pobreza: ontem, hoje e (que) amanhã. **Revista Angolana de sociologian**, Luanda, n. 9, p. 92-111, jun. 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ras/440>. Acesso em: 20 maio 2021.

ALVARENGA, Eliany. **A construção social da informação**: práticas informacionais no contexto de organizações não-governamentais/ONGs brasileiras. Orientadores: Marcílio de Brito; Emir José Suaiden. 1998. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília (DF), 1998. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34342?mode=full>. Acesso em: 28 jul. 2021.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 145-159, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/9896/7372>. Acesso em: 04 jan. 2022.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários e práticas informacionais: do que estamos falando? **Informação e Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 389-401, maio/ago. 2017. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/repositorio/2017/10/pdf_63eed7432_0000027710.pdf. Acesso em: 20 Set. 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Os estudos em práticas informacionais no âmbito da ciência da informação. In: ALVES, Edvaldo Carvalho; *et al* (Orgs.) **Práticas informacionais**: reflexões teóricas e experiências de pesquisa. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/769>. Acesso em: 22 abr. 2021.

ARAÚJO, Iara Maria de. Mulheres em situação de violência: resistências e enfrentamentos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, 2013. Florianópolis. **Anais**[...] Florianópolis: [S. n.], 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/old_20/1373327462_ARQ_UIVO_FazendoGeneromulheresemsituacaodeviolencia.pdf. Acesso em: 25 jan. 2022.

BANDEIRA, Lourdes Maria; MAGALHÃES, Maria José. A transversalidade dos crimes de feminicídio/femicídio no Brasil e em Portugal. **Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 29-56, 2019. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/123178/2/361526.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BARI, Valéria Aparecida. A inclusão social e a competência informacional: uma situação universitária. **Interdisciplinar**. v. 10, ano 5, p. 343-360, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/1277>. Acesso em: 28 dez. 2021.

BARSTED, Leila Linhares. O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. In: SARDENBERG, Cecília M. B; TAVARES, Márcia S. **Violência de gênero contra mulheres**: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 17-40. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/q7h4k/pdf/sardenberg-9788523220167-02.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2021.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019, v.1

BERGER, Peter. **Invitation to sociology**. New York: Anchor Books, 1963.

BERRÍO-ZAPATA, Cristian; *et al.* Exclusão digital de gênero: quebrando o silêncio na ciência da informação. **Revista Interamericana de Biblioteconomia**, Medelín, v. 43, n. 1, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rib/v43n1/2538-9866-rib-43-01-e8.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

BIANCHINI, Alice. Em briga de marido e mulher não se mete a colher? **Jusbrasil**. Sem data. Disponível em: <https://professoraalice.jusbrasil.com.br/artigos/121813931/em-briga-de-marido-e-mulher-nao-se-mete-a-colher> Acesso: 12 abr. de 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 11º ed. - Rio de Janeiro, 2012. 160p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília (DF): Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 09 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.072**, de 25 de julho de 1990. Dispõe sobre os crimes hediondos. Brasília (DF): Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm Acesso em: 09 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.504**, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Brasília (DF): Presidência da República, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18072.htm Acesso em: 09 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília (DF): Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 12 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.019**, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Brasília (DF): Presidência da República, 2006. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018**. Edição 2018.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. Edição 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 466/2012**. Brasília (DF): Presidência da República, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 08 maio 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas eleitorais**: eleitorado. 2021. [S. l.]: TSE, 2021. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 12 maio 2021.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 77-10, 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706qp0630a>. Acesso em: 18 out. 2021.

BUFREM, Leilah Santiago; NASCIMENTO, Bruna Silva. A questão do gênero na literatura em Ciência da Informação. **Revista em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 199-201, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/33285>. Acesso em: 02 dez. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), 5, 2003. Belo Horizonte, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 21 maio 2020.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54>. Acesso em: 09 fev. 2021.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. Passado, presente e futuro da noção de informação. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE EXPERTOS EM TEORÍAS DE INFORMACIÓN, 1, 2008. Espanha, 2008. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/1494/1672>. Acesso em: 29 jul. 2021.

CENTRO DAS MULHERES DO CABO (CMC). **Exposição fotográfica**: “todas por uma vida sem violência”. 16 maio 2018. Instagram: @centro.das.mulheres. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Bi1y00RF1BR/>. Acesso em: 25 out. 2021.

CENTRO DAS MULHERES DO CABO (CMC). **12 anos da Lei Maria da Penha**.

Entrevistada: Dra. Ângela Patrícia. Cabo de Santo Agostinho: Programa Rádio Mulher na Calheta FM, 06 ago. 2018. Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1918882161559971&id=927053224076208. Acesso em: 25 out. 2021.

CENTRO DAS MULHERES DO CABO (CMC). **07 de agosto, 12 anos da Lei Maria da Penha**. 14 ago. 2018. Instagram: @centro.das.mulheres. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BmddTDmF0Q-/>. Acesso em: 25 out. 2021.

CENTRO DAS MULHERES DO CABO (CMC). **Dia Internacional de Combate a Violência Contra as Mulheres**. 25 nov. 2018. Instagram: @centro.das.mulheres. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BqmxlZRFtuZ/>. Acesso 25 out. 2021.

CENTRO DAS MULHERES DO CABO (CMC). **Interferência da política armamentista nacional no quadro de feminicídios**. 16 jan. 2019. Instagram: @centro.das.mulheres. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Bsrjj_dFufx/. Acesso em: 25 out. 2021.

CENTRO DAS MULHERES DO CABO (CMC). **Primeira mulher a usufruir da Lei Maria da Penha**: Cileide Cristina. 07 ago. 2019. Instagram: @centro.das.mulheres. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B03Pt0aFDNx/>. Acesso em: 25 out. 2021.

CENTRO DAS MULHERES DO CABO (CMC). **Seminário com depoimentos de mulheres que superaram a violência doméstica**. 23 ago. 2019. Instagram: @centro.das.mulheres. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B1hKBAIFJAE/>. Acesso em: 25 out. 2021.

CENTRO DAS MULHERES DO CABO (CMC). **Ação “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher”**. 06 dez. 2019. Instagram: @centro.das.mulheres. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B5vMzE8la8U/>. Acesso em: 25 out. 2021.

CENTRO DAS MULHERES DO CABO (CMC). **Pandemia do novo coronavírus e o enfrentamento da violência contra as mulheres**. 20 mar. 2020. Instagram: @centro.das.mulheres. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B99OvRLl5vr/>. Acesso 25 out. 2021.

CENTRO DAS MULHERES DO CABO (CMC). **Pandemia e violência contra mulheres negras**. 16 jun. 2020. Instagram: @centro.das.mulheres. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CBfuNA7FyRs/>. Acesso em: 25 out. 2021.

CENTRO DAS MULHERES DO CABO (CMC). **Políticas de gênero e os desafios da violência contra a mulher**. Cabo de Santo Agostinho: Programa Rádio Mulher na Calheta FM, 25 set. 2021. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/live/?ref=search&v=604902374016244>. Acesso em: 25 out. 2021.

CENTRO DAS MULHERES DO CABO (CMC). **Encontro de Mulheres em celebração aos 15 anos da Lei Maria da Penha**. 18 ago. 2021. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/live/?ref=search&v=986230705497245>. Acesso em: 25 out. 2021.

CENTRO DAS MULHERES DO CABO (CMC). **Nossa história**. [Site Oficial]. [2021]. Disponível em: <http://www.mulheresdocabo.org.br/>. Acesso em: 29 set. 2021.

CHATMAN, Elfreda Annmary. The impoverished life-world of outsiders. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 47, n. 3, p. 193-206, 1996. Disponível em: <https://tefkos.comminfo.rutgers.edu/Courses/612/Articles/ChatmanOutsiders.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2021

CHATMAN, Elfreda Annmary. Theory of life in the round. **Journal of the American Society for Information Science**. New York, v. 50, n. 3, p. 207–217, 1999.

CHATMAN, Elfreda Annmary. Framing social life in theory and research. **The New Review of Information Behaviour Research**, London, v. 1, p. 3-17, Dez. 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/234822377_Framing_Social_Life_in_Theory_and_Research. Acesso em: 28 jul. 2021.

DAL POZZO, Clayton Ferreira; FURINI, Luciano Antonio. O conceito de exclusão social e sua discussão. **GeoAtos: Revista Geografia em atos**, v.1 n. 10, p. 86-92. jan/jun. 2010. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/225>. Acesso em: 05 ago. 2021.

DUTTON, Donald G.; HEMPHILL, Kenneth J. Patterns of socially desirable responding among perpetrators and victims of wife assault. **Violence and Victims**, v. 7, n. 1, p. 29-39, 1992. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/FMfcgzGlkXrSgFVfBwxhSqMNLqRLzGSH?project=1&messagePartId=0.3>. Acesso em: 18 out. 2021.

ERICSON, Richard V. Patrolling the facts: Secrecy and publicity in police work. **The British Journal of Sociology**, v. 40, p. 205-226, 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/590269> Acesso em: 10 abr. 2021.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero na ciência da informação. **Em Questão**, v. 14, n. 2, p. 317-332, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/4656/465645959014/>. Acesso em: 28 nov. 2020.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Novos paradigmas e novos usuários de informação. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/660>. Acesso em: 08 maio 2021.

FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. A educação e o processo de inclusão- exclusão social da mulher: uma questão de gênero?. In: CONGRESSO NACIONAL DE SUPERVISÃO EDUCACIONAL, 1, 1994. São Paulo, maio de 1994. Disponível em: [/www.scielo.br/j/reben/a/WYp9YrcWgsDyNGh6PXv57pc/?format=pdf&lang=pt](http://www.scielo.br/j/reben/a/WYp9YrcWgsDyNGh6PXv57pc/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 08 maio 2021.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

GOHN, Maria da Glória. Cidadania e direitos culturais. **Katálisis**, v. 8, n. 1, p. 15-23, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6931>. Acesso em: 28 jun. 2021.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo Cortez, 2005.

GREGORI, Juciane de. Feminismos e resistência: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos. **Caderno Espaço Feminino**, v. 30, n. 2, p. 47-68, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/38949/pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

HALLERÖD, Björn ; LARSSON, Daniel. Poverty, welfare problems and social exclusion. **International Journal of Social Welfare**, v. 17, p.15-25, 2008. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1468-2397.2007.00503.x>. Acesso em: 31 jul. 2021.

IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 17 ago. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Atlas da violência Ipea e FBSP. Brasília: Ipea, 2016. (Nota Técnica, n. 17). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 28 jan. 2022.

INSTITUTO UPDATE. **Eleitas: mulheres na política**. [São Paulo: Instituto Update], 2020. Disponível em: <https://www.institutoupdate.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

KATEMBERA, Serge. Ativismo digital na África: demandas, agendas e perspectivas. In: SILVA, Tarcízio. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiaspóricos**. 2. ed. São Paulo: LiteraRUA, 2020.

KAPPAUN, Aneline. O enfrentamento da violência de gênero: análise do poder coercitivo de proteção à mulher que tipificou o crime de descumprimento de medida protetiva de urgência. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS E SOCIEDADE: os desafios da democracia e dos direitos sociais no século. 1, 2018, Criciúma. **Anais[...]** Criciúma: [S. n.], 2018. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/AnaisDirH/article/view/4652/4250>. Acesso em: 11 fev. 2022.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LISBOA, Teresa Kleba. O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, VIOLÊNCIA E PODER, 8, 2008. Florianópolis: [S. n.], 2008. Disponível em:

http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST11/Teresa_Kleba_Lisboa_11.pdf. Acesso em: 25 jan. 2022.

LUCKMANN, Benita. The small life-worlds of modern man. *Social Research*, v. 37, n. 4, p. 580-596, 1970.

MANSUIDO, Mariana. **Ciclo da violência doméstica**: saiba como identificar as fases de um relacionamento abusivo. Site Câmara Municipal de São Paulo. Disponível em <https://www.saopaulo.sp.leg.br/mulheres/ciclo-da-violencia-domestica-saiba-como-identificar-as-fases-de-um-relacionamento-abusivo/>. Acesso em: 27 jan. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARQUES-PEREIRA, Bérangère. **La citoyenneté politique des femmes**. Paris: Armand Colin, 2003.

MARTELETO, Regina Maria. Informação e construção do conhecimento para a cidadania no terceiro setor. **Informação & Sociedade**. v. 11, n. 1, 2001. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/185/1/MARTELETOIS2001.pdf>. Acesso em: 23 maio 2021.

MERTON, Robert K. Insiders and outsiders: A chapter in the sociology of knowledge. **American journal of sociology**, v. 78, n. 1, p. 9-47, 1972. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/225294> Acesso em: 5 fev. 2022.

MILLS, Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MILOJEVIC, Ivana. Women's higher education in the 21ST century. **Futures**. v. 30, n. 7, p. 693-703, 1998. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0016328798000767>. Acesso em: 28 jul. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 23-26, mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a03cv10n1.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza ; DESLANDES, Sueli Ferreira ; GOMES, Romeu (Orgs.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2013.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAIS, Milene Oliveira ; RODRIGUES, Thais Ferreira. Empoderamento feminino como rompimento do ciclo de violência doméstica. **Revista de Ciências Humanas**, v. 16, n. 1, p. 89-103, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/1771/Empoderamento%20Feminino%20como%20Rompimento%20do%20Ciclo%20de%20Viol%C3%Aancia%20Dom>. Acesso em: 08 Ago. 2021.

MUNIZ, Alexandre Carrinho; FORTUNATO, Tammy. Violência doméstica: da cultura ao direito. In: BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Violência contra a mulher: um olhar do Ministério Público brasileiro**. p. 8-19. Brasília: CNMP, 2018. 244 p.

NASCIMENTO, Denise Morado; MARTELETO, Regina. A informação construída nos meandros dos conceitos da teoria social de Pierre Bordieu. **DataGramaZero**, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/5679>. Acesso em: 12 dez. 2020.

NASCIMENTO, Maria de Jesus. Informação e cidadania: necessidades e formas de busca por parte da mulher catarinenese. **Informação & Sociedade**. v. 13, n. 2, p. 123-150, jul./dez. 2003. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/11/pdf_6b5cec4da0_0013251.pdf . Acesso em: 28 fev. 2022.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. **Revista Psico**. v. 37, n. 1, p. 07-13, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/N%C3%83%C6%92O%20http://www.scimagojr.com/index.php/revistapsico/article/view/1405>. Acesso em: 11 fev. 2022.

OKABAYASHI, Nathalia Yuri Tanaka *et al.* Violência contra a mulher e feminicídio no Brasil: impacto do isolamento social pela COVID-19. **Brazilian Journal of Health Review**. V. 3, n. 3, p. 4511-4531, maio/jun. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/9998/8381.Acesso#:~:text=De%20acordo%20com%20os%20dados,no%20entanto%20grande%20parte%20dessas>. Acesso em: 19 jan. 2022.

PERNAMBUCO (Estado). Secretaria da Mulher. **Das lutas e da lei: uma contribuição das mulheres à erradicação da violência**. Recife: A secretaria da Mulher. 2011.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROTTI, Edmir. Mediação cultural: além dos procedimentos. In: SALCEDO, DIEGO. **Mediação cultural**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/25919899/Culture_Mediation_Media%C3%A7%C3%A3o_Cultural. Acesso em: 29 ago. 2020.

PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo social. In: GOMES Henriette Ferreira *et al.* (Orgs). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 11-26.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Célia Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia política**. v. 18, n. 36, p.15-23, jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624>. Acesso em: 28 jul. 2021.

PIOSIADLO, Laura Christina Macedo, ; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da; GESSNER, Rafaela. Subalternidade de gênero: refletindo sobre a vulnerabilidade para a

violência doméstica contra a mulher. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**. v. 18, n. 4, p. 728-733, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/LZGcmCkx8YzyqmdChrLFGMc/?lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2022.

RAMOS, Sílvia. O papel das ONG's na construção de políticas de saúde: a Aids, a saúde da mulher e a saúde mental. In: RIO DE JANEIRO. CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA DA UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES. **Temas Livres**. Rio de Janeiro: [S. n], 2004. p. 1067-1078. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v9n4/a27v9n4.pdf. Acesso em: 28 jul. 2021.

RAMPAZZO, Sonia ; CÔRREA, Fernanda. **Desmistificando a metodologia científica: guia prático para produção de trabalhos acadêmicos**. Erechim: Habilis, 2008.

REDLINGER, Lawrence; JOHNSTON, Sunny. Introduction: Secrecy, informational uncertainty, and social control. **Urban Life**, v. 8, n. 4, p. 387-397, 1980. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/089124168000800401> Acesso em: 20 abr. 2021.

RICHARDSON, Robert Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Diana *et al.* Declaração dos direitos da mulher e da cidadã, de Olympe de Gouges. **Translato**, n. 17, p. 182-189, jun/2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/translato/article/view/104834>. Acesso em: 11 ago. 2021.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica: completo e essencial para a vida universitária**. São Paulo: Avercamp, 2006.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar, TAVARES, Márcia Santana, GOMES, Márcia Queiroz. Monitorando a Lei Maria da Penha: reflexões sobre a experiência do Observe. In: SARDENBERG, C.M.B., and TAVARES, M.S. comps. **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento** [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 41-67. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/q7h4k/pdf/sardenberg-9788523220167-03.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2021.

SÃO JOAQUIM (Município). **Agosto Lilás**. [Site da Prefeitura]. Disponível em: <https://www.saojoaquim.sc.gov.br/noticias/ver/2019/08/agosto-lilas-combate-a-violencia-contra-mulher>. Acesso em: 28 jan. 2022.

SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa** São Paulo. v. 64, p. 38-47, fev. 1988. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1182/1188>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SCHRAIBER, Lilia Blima *et al.* Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. **Revista Saúde Pública**, v. 4, n. 36, p. 470-477, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102002000400013> . Acesso em: 15 jan. 2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v.

16, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 01 jun. 2021.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24.ed. atual. São Paulo: Cortez, 2018.

SEN, Amartya. Social exclusion: concept, application, and scrutiny. **Social Development Papers**, n. 1. jun. 2000. Disponível em: <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/29778/social-exclusion.pdf>. Acesso em: 31 Jan. 2021.

SILVA, Jacilene. **Feminismo na atualidade**: a formação da quarta onda. Recife: [S. n.], 2019.

SOUZA, Jesse. **Brasil dos humilhados**: Uma denúncia da ideologia elitista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1ª edição, 2022, 248 p.

TAVARES, Márcia Santana. Roda de conversa entre mulheres: denúncias sobre a lei Maria da Penha e descrença na justiça. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 2, p. 547-559. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/HSVtWDww9Y7GwwfCGNR5Snz/?lang=pt>. Acesso em 08 fev. 2022.

TELLES, Vera. Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, v. 6, n. 19, Salvador, 1993. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18793/12163>. Acesso em: 20 set. 2021.

TERRA, Maria Fernanda; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; SCHRAIBER, Lilia Blima. Medo e vergonha como barreiras para superar a violência doméstica de gênero. **Athenea Digital**, v. 15, n. 3, 109-125, 2015. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v15-n3-terra-doliveira-schraiber/1538-pdf-pt>. Acesso em: 20 fev. 2022.

THOMAS, William Isaac; THOMAS, Dorothy Swaine. **The child in America**: Behavior problems and programs. New York: Alfred A. Knopf, 1928. 583 p.

TOSI, Lucía. Mulher e ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna. **Cadernos Pagu**. v.10, p.369-397, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4786705>. Acesso em: 28 jul. 2021.

NA PANDEMIA, três mulheres foram vítimas de feminicídios por dia. **Marco Zero Conteúdo**. 08 de março, 2021. Reportagens. Disponível em: <https://marcozero.org/na-pandemia-tres-mulheres-foram-vitimas-de-feminicidios-por-dia/>. Acesso em: 20 maio 2021.

UM VÍRUS e duas guerras: uma mulher é morta a cada nove horas durante a pandemia no Brasil. **Marco Zero Conteúdo**. 08 de outubro, 2020. Reportagens. Disponível em: <https://marcozero.org/um-virus-e-duas-guerras-uma-mulher-e-morta-a-cada-nove-horas-durante-a-pandemia-no-brasil/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

VARELA, Aida. **Informação e construção da cidadania**. Brasília: Thesaurus, 2007.

VERAS, Érica Verícia Canuto de Oliveira; SILVA, Vankleida Maria da Conceição Silva. Ministério Público do RN no combate e prevenção à violência contra a mulher – a experiência do grupo reflexivo de homens. In: BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Violência contra a mulher**: um olhar do Ministério Público brasileiro. p. 37-62. Brasília: CNMP, 2018. 244 p.

VICENTIM, Aline. A trajetória jurídica internacional até formação da lei brasileira no caso Maria da Penha. **Revista Latinoamericana de Derechos Humanos**. v. 22, n. 1, p. 209-228, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-80/a-trajetoria-juridica-internacional-ate-formacao-da-lei-brasileira-no-caso-maria-da-penha/>. Acesso em: 28 jan. 2022.

VIEIRA, Letícia Becker *et al.* Intencionalidades de mulheres que decidem denunciar situações de violência. **Acta paulista de enfermagem**. v. 25, n. 3, p. 423-429, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/appe/a/T8hS4mc649nMMdDBT6CfmFk/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 26 fev. 2022.

WILSON, Tom . Human information behavior. **Informing science**, v. 3, n. 2, p. 49-56, 2000. WILSON, Tom. Models in information behaviour research. **Journal of Documentation**, v. 55, n. 3, p. 249–27, jul. 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228784950_Models_in_Information_Behaviour_R_e_search. Acesso em: 10 jan. 2022.

WRIGHT, Sonia **Gênero e autonomia na construção do Centro das Mulheres do Cabo**: (Pernambuco, 1984-1989). 1996. Orientadora: Zélia Maria Pereira da Silva. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/1653/1/arquivo4950_1.pdf. Acesso em: 07 maio 2021.

APÊNDICE A - ROTEIRO ENTREVISTA - CMC

Mestranda: Natalia Francisca Nascimento

Orientadora: Prof^a. Dr^a Nadi Helena Presser

Esta entrevista faz parte da pesquisa de campo de dissertação do mestrado no Programa de Pós- Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco – PPGCI/UFPE. Temos por objetivo caracterizar o comportamento em informação das mulheres participantes de atividades do CMC sobre a temática do enfrentamento e combate à Violência Doméstica Contra a Mulher (VDCM). Queremos analisar o comportamento dessas mulheres em relação a busca, acesso e uso/apropriação de informações, disponibilizadas pelo CMC a respeito da temática.

1- Fale um pouco sobre como as mulheres buscam o Centro. Em quais situações e circunstâncias elas procuram a ONG?

2- Por que elas buscam o CMC e não a rede de atendimento referencial?

3- Quais as necessidades informacionais dessas mulheres, que tipo de informação elas procuram no CMC? O que elas querem resolver?

4- Como as mulheres fazem uso das informações que recebem? Como elas se apropriam das orientações dadas pelo CMC?

5- Quais os maiores desafios encontrados no atendimento sobre VDCM a essas mulheres?

**APÊNDICE B - ROTEIRO ENTREVISTA - MULHERES ATENDIDAS
PELO CMC**

Mestranda: Natalia Francisca Nascimento **Orientadora:** Prof^a. Dr^a Nadi Helena Presser

1 - PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

1.1- Nome:

1.2 - Idade:

1.3- Identidade de gênero que você se identifica (autodeclarada: Feminino, Masculino, Transgênero, Outros)?

1.4- De qual cor ou raça você se considera (autodeclarada: Branca, Preta, Amarela, Parda, Indígena)?

1.5- Qual sua escolaridade?

1.6- Qual o seu estado civil (Solteira, Casada, Divorciada, Viúva, Relacionamento estável)?

1.7 - Situação da residência: (Própria, Alugada, Cedida, Outro)?

1.8- Tem filhos? *Quantos?*

1.9- Quantas pessoas moram com você (incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos)?

1.10-Qual é, aproximadamente, a sua renda mensal?

Até ½ salário mínimo (R\$525,00) Até 1 salário mínimo (R\$ 1.050,00)

De 1 a 2 salários mínimos (R\$ 1.050,00 a R\$ 2.100,00)

De 2 a 3 salários mínimos (R\$ 2.100,00 a R\$ 3.150,00) Mais?

1.11-É beneficiária de algum programa de assistência social?

() Auxílio Brasil () BPC (Benefício de Prestação Continuada) () Benefício Assistencial

1.12-Qual a sua colaboração na renda familiar? TOTAL

Total (minha renda é a única da família)

Parcial (parte da renda)

Nenhuma (a renda familiar é advinda de outra pessoa da sua residência)

1.13- Qual a sua profissão?

2 – COMPORTAMENTO EM INFORMAÇÃO

2.1- Quais foram as circunstâncias, os motivos que lhe encorajaram a buscar orientação no CMC?

2.2- Porque você buscou diretamente o CMC?

2.3- Que tipo de informação/orientação você precisava naquele momento?

2.4- Quais foram as atitudes que você tomou depois do atendimento e das informações obtidas sobre VDCM no CMC?

2.5- O que mudou em suas atitudes/postura, depois de ter obtido informações sobre VDCM, no CMC?

2.6 - Fale um pouco sobre os sentimentos, as emoções envolvidas naquele momento em que você buscou as informações no CMC.

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos a Sra. para participar como voluntária da pesquisa **O COMPORTAMENTO EM INFORMAÇÃO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**: Análise das barreiras sociais de acesso à informação na perspectiva de Chatman, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Natália Francisca Nascimento da Silva, email: natalianascimento7@gmail.com. Está sob a orientação de: Nadi Helena Presser.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Quando todos os esclarecimentos forem dados e você concordar com a realização do estudo, pedimos que após a leitura do termo, Aceite participar da entrevista de forma remota. Assinalando, ao final deste documento o devido Aceite.

A senhora estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade. A pesquisa tem como objetivos Examinar as características do comportamento em informação de mulheres que tenham procurado o Centro das Mulheres do Cabo em busca de alguma orientação e informação sobre a violência doméstica contra a mulher. As entrevistas acontecerão de forma remota, devido a pandemia da COVID-19. Caso você não disponha de aparelhos eletrônicos (computador, tablet ou celular), a entrevista acontecerá na Sede do Centro das Mulheres, tomando-se os devidos cuidados de higienização e distanciamento social. A entrevista será realizada individualmente em apenas 01 encontro, conforme sua disponibilidade e será gravado apenas o áudio da conversa, com duração livre, a depender do que a entrevistada queira ou tenha a relatar. A entrevistada tem total liberdade para responder ou não, às perguntas.

Eu, _____ após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e esclarecer as minhas dúvidas com a pesquisadora, concordo em participar da pesquisa como voluntária. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento). **() Aceito Participar () Não aceito Participar**